



cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho



PIICIE Alto Minho - School4All/ Projeto “+REDE”

**Estruturação e sistematização de contributos
para um plano de orientação vocacional**

- Relatório do Diagnóstico Regional

Março de 2022

Ficha Técnica

Entidade contratante: Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Entidade executante: Quaternaire Portugal, SA

Equipa de consultores:

- Filipa Barreira
- Maria Clara Correia
- Maria de Lurdes Cunha
- Patrícia Amaral

Relatório do Diagnóstico Regional - março de 2022

INDICE

1.	Apresentação do relatório	6
2.	Enquadramento territorial: demografia, economia, emprego e educação	9
2.1.	O território e a demografia	10
2.2.	A economia e o emprego	21
2.3.	Dinâmicas educativas e participação dos jovens nas vias de dupla certificação	34
2.4.	A estratégia regional	46
3.	A oferta de qualificações intermédias na região do Alto Minho	49
3.1.	Caraterização geral	49
3.2.	A rede de cursos profissionais e seus elementos de evolução	53
3.3.	Percursos formativos para o ensino superior	62
3.4.	Visões e perspetivas do sistema de atores sobre a rede de cursos profissionais	70
4.	A dinâmica das qualificações intermédias e os desafios ao seu desenvolvimento	75
4.1.	Onde pode crescer o emprego nas qualificações intermédias – tendências recentes	75
4.2.	Elementos de prospetiva: drivers de mudança, desafios e necessidades	85
4.3.	Elementos de prospetiva: a “voz do terreno” e as necessidades dos empregadores	89
5.	A relevância das qualificações intermédias no Alto Minho: síntese conclusiva	107
6.	Conclusões e reflexões para a valorização da educação profissional	112

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-Estabelecimentos e pessoas ao serviço por setor de atividade económica, 2019 e var. 2015-2019, Alto Minho (Quadros de Pessoal)	24
Tabela 2- N.º total de empresas não financeiras no Alto Minho, por concelho, entre 2015-2019	25
Tabela 3- N.º total de empresas não financeiras no Alto Minho, por setor de atividade, 2019	26
Tabela 4- Pessoal ao serviço em empresas não financeiras no Alto Minho, por setor de atividade, 2019	27
Tabela 5- Pessoal ao serviço em empresas não financeiras no Alto Minho, entre 2015-2019	28
Tabela 6- Evolução de retenção e desistência no 1.º e no 2.º CEB, Alto Minho, por concelho, 2015-2020 (%)	39
Tabela 7- Evolução de retenção e desistência no 3.º CEB e Secundário, Alto Minho, por concelho, 2015-2020 (%)	42
Tabela 8- Alunos matriculados no ensino secundário, por oferta de educação e formação, no Alto Minho, em 2019/20	50
Tabela 9- Número de turmas dos CEF 1.º ano, por concelho, de 2018/19 a 2021/22	53
Tabela 10- Evolução do número de AEF, Cursos, Turmas e Alunos na rede do ME, 1º ano, 2018/19 a 2021/22, Alto Minho	54
Tabela 11- Nº de turmas e de alunos dos cursos profissionais no 1.º ano nos últimos 4 anos, por concelho	55
Tabela 12- Os 10 cursos profissionais com maior número de alunos (no 1º ano), Alto Minho, de 2018/19 a 2021/22	56
Tabela 13- Inscritos em CTeSP, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, por CNAEF* e Cursos, de 2015/16 a 2020/21	66
Tabela 14 – Evolução do n.º de vagas no IPVC, por CNAEF* e cursos das licenciaturas de 1.º ciclo, anos letivos 2020/21 e 2021/22	68
Tabela 15 -Distribuição geográfica das empresas respondentes ao inquérito	91
Tabela 16- Atividades com maior nº de intenções recrutamento de trabalhadores com 12º ano de escolaridade + formação profissional.....	94
Tabela 17- Formação Profissional exigida pelos empregadores, por setor de atividade, e para um universo de 46 vagas identificadas com aquela exigência.....	105

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população residente no Alto Minho, 2001, 2011 e 2021	11
Gráfico 2 -Evolução da população residente no Alto Minho, por concelho, 2021	12
Gráfico 3 – População jovem (15-24 anos) residente no Alto Minho em 2021, por concelho	13
Gráfico 4 – Variação da população residente jovem (15-24 anos) por concelho, 2011-2021	14

Gráfico 5 – Distribuição da população residente do Alto Minho, por grupos etários e por concelho, 2021 (%)	15
Gráfico 6 – Índice de envelhecimento no Alto Minho, 2020, por concelho	16
Gráfico 7 – Capacidade de atração Demográfica, 2011- 2020 (estimativas), no Alto Minho, por concelho (%).....	17
Gráfico 8 – Evolução do nº de alunos jovens matriculados no Alto Minho, por níveis de ensino, anos letivos 2009/10 a 2019/20	19
Gráfico 9 – Previsão do n.º de alunos do ensino secundário na região Norte, por ano letivo	20
Gráfico 10 – Previsão do n.º de alunos do ensino secundário no Alto Minho, por ano letivo	21
Gráfico 11 – Taxas de atividade, emprego e desemprego no Continente e no Norte, 2020 (%)	22
Gráfico 12 – Emprego jovem (15-24 anos) por nível de educação no Norte 2010-2020 (milhares de indivíduos)	23
Gráfico 13 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos, por nível de educação e por concelho, 2019 (%)	30
Gráfico 14 – Remunerações base médias, por género e grupo etário, Continente e Alto Minho, 2019 (Euros)	31
Gráfico 15 – Taxas de desemprego, no Continente e na Região Norte (%).....	32
Gráfico 16 – Desemprego registado, total e jovem (<25 anos), por região e concelho, 2020 (média anual)	33
Gráfico 17 – Desemprego registado por nível de escolaridade no Alto Minho e por concelho, 2020 (média anual)	34
Gráfico 18 - Taxa de jovens entre 15 e 34 anos não empregados e que não estão em educação ou formação (série 2011 - %), no Norte (NUTS - 2013), de 2011 a 2020 (%)	35
Gráfico 19 - Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados e que não estão em educação ou formação, por grupo etário, no Norte, 1º T 2019-4ºT 2020 (%)	36
Gráfico 20 - Taxa de abandono precoce de educação e formação, 18-24 anos, na Região Norte e Continente, entre 2001 e 2020 (%) .	37
Gráfico 21 – Taxa de retenção e desistência no ensino secundário*, 2010-11/ 2019-20, Continente, Norte e Alto Minho (%)	40
Gráfico 22 - Taxas de retenção e desistência no 3º ciclo EB e no secundário, por CIM da Região do Alto Minho, Biénio 2018-2020 (%)	41
Gráfico 23 – Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, por modalidade de ensino, 2010-11/ 2019-20, Alto Minho (%)	43
Gráfico 24 – Taxa de participação em vias profissionalizantes* de alunos matriculados no ensino secundário em vias orientadas para jovens, no Continente, no Norte e no Alto Minho, 2016/ 2017 a 2019/2020 (%).....	44
Gráfico 25 – Taxa de alunos a frequentarem vias profissionalizantes, nível secundário, Alto Minho, por município, 2019/20.....	45
Gráfico 26 – Evolução do n.º de alunos matriculados no ensino secundário, por oferta de educação, no Alto Minho (2010/11 a 2019/20)	51
Gráfico 27 – A oferta formativa de cursos profissionais, 1.º ano, Alto Minho 2021/2022, por AEF	58
Gráfico 28 – A oferta formativa de cursos profissionais, 1.º ano, Alto Minho 2021/2022, por Curso	59
Gráfico 29 – Os 10 cursos profissionais (1.º ano) com maior número de alunos, Alto Minho, em 2021/22.....	60

Gráfico 30 - Evolução dos alunos inscritos nos CTeSP, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), de 2015/16 a 2020/21	64
Gráfico 31 – Os 10 domínios profissionais com maior volume de emprego (TPCO) no Alto Minho, 2019	76
Gráfico 32 – Os 10 domínios profissionais com maior volume de emprego jovem (TPCO 15-24 anos) no Alto Minho, 2019.....	78
Gráfico 33 – Os 10 domínios profissionais com maior volume de emprego jovem qualificado (TPCO 20-24 anos com nível secundário ou pós-secundário, não superior) no Alto Minho, 2019	79
Gráfico 34 – Tendência de reforço da procura potencial por emprego jovem	81
Gráfico 35 – Tendência de reforço do emprego jovem por efeito de rejuvenescimento/ substituição.....	82
Gráfico 36 – Tendência de qualificação progressiva (<i>upskilling</i>) do emprego.....	83
Gráfico 37 - Distribuição setorial das empresas respondentes ao inquérito (%).....	92
Gráfico 38 – Distribuição do nível de educação das previsões de recrutamento por parte das empresas	93
Gráfico 39 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por concelho (%)	101
Gráfico 40 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por setor de atividade (%)	102
Gráfico 41 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por nível de escolaridade requerido (%)	103
Gráfico 42 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por experiência profissional requerida (%)	104

1. Apresentação do relatório

O presente documento constitui o **diagnóstico regional de necessidades de qualificações intermédias no Alto Minho** contratado no âmbito da prestação de serviços da Quaternaire Portugal à CIM do Alto Minho. Este diagnóstico está associado à componente “Estruturação e sistematização de contributos para um plano de orientação vocacional”, desenvolvida no âmbito do projeto “+REDE”, dedicado à coordenação, dinamização, acompanhamento e monitorização transversal do PIICIE do Alto Minho.

Conforme caderno de encargos e partilhado com o sistema de atores, este diagnóstico constitui um dos produtos do Módulo de Aprofundamento Regional do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações e é fundamentalmente dedicado à análise das dinâmicas das qualificações intermédias: oferta, procura, necessidades e variáveis de contexto. O outro produto deste Módulo de Aprofundamento é o Mapa de Relevâncias que foi construído e validado e já disponibilizado à ANQEP no calendário que foi definido por esta instituição. Os dois produtos são vocacionados para apoiar o planeamento da rede de dupla certificação de jovens, em particular os Cursos Profissionais desenvolvidos pela rede de escolas do Ministério da Educação.

Elaborado num prazo de cerca de 4 meses, e necessariamente limitado no que respeita ao âmbito e diversidade do trabalho de terreno, este relatório cumpre dois objetivos centrais:

- Produzir, partilhar e disponibilizar um diagnóstico regional com informação e conhecimento relevantes sobre a oferta, as necessidades e a procura de qualificações intermédias na Região do Alto Minho.
- Apoiar o planeamento mais integrado e coerente da rede de cursos de dupla certificação, nomeadamente da rede de cursos profissionais 2022-2023 e contribuir para a valorização desta modalidade de educação-formação, disponibilizando informação relevante.

Para a produção deste relatório regional utilizaram-se fontes de informação diversas: documentais, estatísticas e recolhas de terreno. Foram assim analisados um conjunto de documentos – planos, relatórios, estratégia regional –, nomeadamente os disponibilizados pela CIM do Alto Minho, mobilizada informação estatística de fontes estatísticas oficiais – INE, GEP/MTSSS, ANQEP, DGEEC, PORDATA, IEF, entre outros –, realizadas reuniões e entrevistas (individuais e coletivas) e aplicado um inquérito por questionário aos empregadores.

No que respeita às **recolhas de terreno sob a forma de entrevistas e reuniões (individuais e coletivas)**, a equipa da Quaternaire Portugal participou nos seguintes momentos de trabalho:

- Painéis de discussão online com a participação de diferentes empregadores e do tecido associativo, que permitiram recolher informação e opinião relativa à realidade regional e setorial, abrangendo com maior ênfase os seguintes setores: social, agricultura, indústria e construção.
- Entrevista individuais aos dirigentes de diversas organizações: IPVC (Instituto Politécnico de Viana do Castelo); 2) IEF de Viana do Castelo; Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo; Centro de Emprego do Alto Minho (resposta enviada por e-mail) e Centro de emprego e formação de viana do castelo.

Adicionalmente, foi aplicado **um inquérito a uma amostra de empresas da região**, tendo sido obtidas 169 respostas válidas.

O resultado do percurso de trabalho é agora apresentado neste **relatório, organizado nos seguintes capítulos**, para além do presente capítulo 1:

- **O capítulo 2** é dedicado ao enquadramento territorial das dinâmicas das qualificações intermédias, com análise de variáveis e indicadores de contexto - demográficos, económicos, de emprego e de educação - e ainda com uma abordagem à estratégia regional, nomeadamente no que respeita aos principais vetores mais diretamente relacionados com a educação e formação.
- **No capítulo 3** apresenta-se a análise da rede de oferta de qualificações intermédias, com particular destaque para a rede de cursos profissionais, e a visão desta rede na perspetiva do sistema de atores da região. Este capítulo inclui ainda um ponto sobre os percursos formativos para o ensino superior, enriquecendo a análise com uma dimensão importante do ponto de vista da valorização dos percursos educativos e formativos dos jovens.
- **O capítulo 4** é dedicado às dinâmicas e desafios das qualificações intermédias, combinando uma análise das tendências de crescimento do emprego nas qualificações intermédias com base em dados de emprego por profissão nos anos recentes (análise retrospectiva), com a partilha de elementos de prospetiva das qualificações (*drivers* de mudança e desafios) e com a visão do território sobre as necessidades de qualificações.
- **O capítulo 5** sistematiza-se uma proposta, suportada nos elementos de informação e análise dos capítulos anteriores, de organização das relevâncias das qualificações intermédias no Alto Minho.
- Por fim, **no capítulo 6**, sistematizam-se algumas conclusões e propostas para a valorização da educação profissional.

Uma nota final:

- Este relatório poderá ser objeto de eventuais ajustamentos e aprofundamentos decorrentes da leitura e análise por parte da CIM do Alto Minho, municípios e escolas.

2. Enquadramento territorial: demografia, economia, emprego e educação

Neste capítulo é partilhada informação, e reflexão, sobre variáveis sociodemográficas, económicas e de educação-formação no território do Alto Minho, que enquadram as dinâmicas ao nível da produção e necessidades de qualificações intermédias, bem como as dimensões fundamentais da estratégia regional. No seu conjunto, constituem fatores de mudança a considerar no planeamento e organização das ofertas educativas e formativas.

Podemos considerar que a produção e as necessidades de qualificações intermédias no Alto Minho são influenciadas por cinco grandes tipos de dinâmicas:

- A evolução social e demográfica da região, que condiciona, desde logo, a disponibilidade e as características dos recursos humanos, mas que também faz emergir novas necessidades de qualificações para a prestação de serviços fora da tradicional esfera económica e empresarial.
- As tendências de evolução do quadro e perfil económico e empresarial, que vão ser determinantes na evolução das necessidades de qualificação, no plano regional sobretudo e, também, no plano territorial mais alargado, considerando que a formação de técnicos intermédios no Alto Minho, nomeadamente em áreas de especialização, pode satisfazer necessidades em territórios que não se confinam à região administrativa.
- As estratégias, os recursos humanos e materiais e as competências presentes nas escolas e nos operadores de educação-formação, cuja evolução se articula com as decisões sobre a configuração da rede educativa e as orientações de política e de financiamento da educação profissional.
- O quadro estratégico e a visão para o desenvolvimento da educação profissional assumidos pelos agentes regionais e locais – quais são os investimentos desejados e previstos? quais são as decisões para o desenvolvimento do território, as áreas de aposta e que capacitação individual e coletiva será necessária para as concretizar? Como vai

evoluir a cooperação, de recursos e de competências, entre escolas-centros de formação-empregadores? Que investimento vai ser feito na informação e orientação da procura social?

- As macro-tendências e os *drivers* de mudança no perfil dos empregos e das competências, destacando-se neste contexto as associadas à transição digital e às alterações nos modos de prestação de trabalho, mas também, a transição energética, a valorização dos ecossistemas e as novas necessidades sociais.

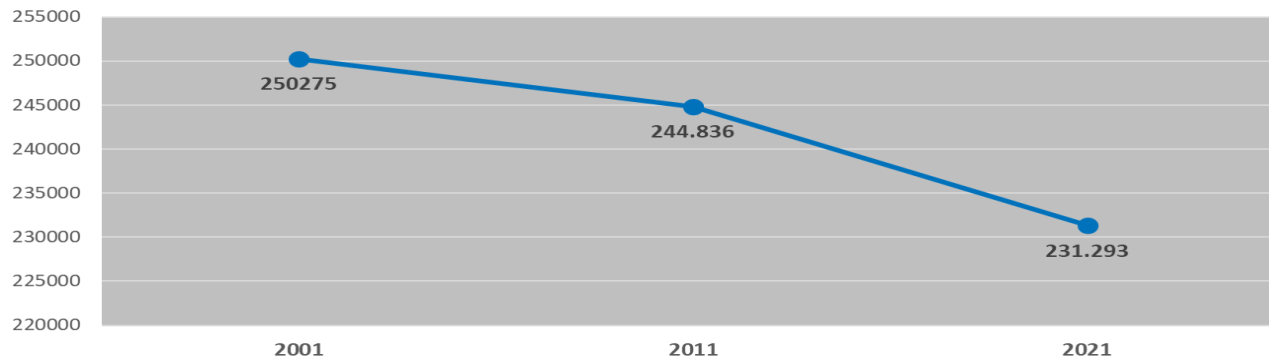
2.1. O território e a demografia

Iniciamos a análise retrospectiva com um enquadramento da evolução da demografia no Alto Minho. Os dados utilizados referem-se aos Censos 2021 que, embora preliminares, permitem-nos já uma visão acerca da evolução da população na região.

O Alto Minho, sub-região estatística de Portugal (NUTS III), faz parte da Região Norte e engloba 10 municípios: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. Tem uma superfície de 2.219 Km², uma densidade populacional de 104,2hab/km² e segundo os dados preliminares, uma população residente, em 2021, de **231.293 habitantes** (INE).

Entre 2001 e 2021 o Alto Minho perdeu 18.912 residentes. Assim, neste período, a população residente decresceu -5,5%, revelando uma tendência de decréscimo mais acentuada do que aquela que se verificou na região do Norte (-2,8%) e no Continente (-1,9%).

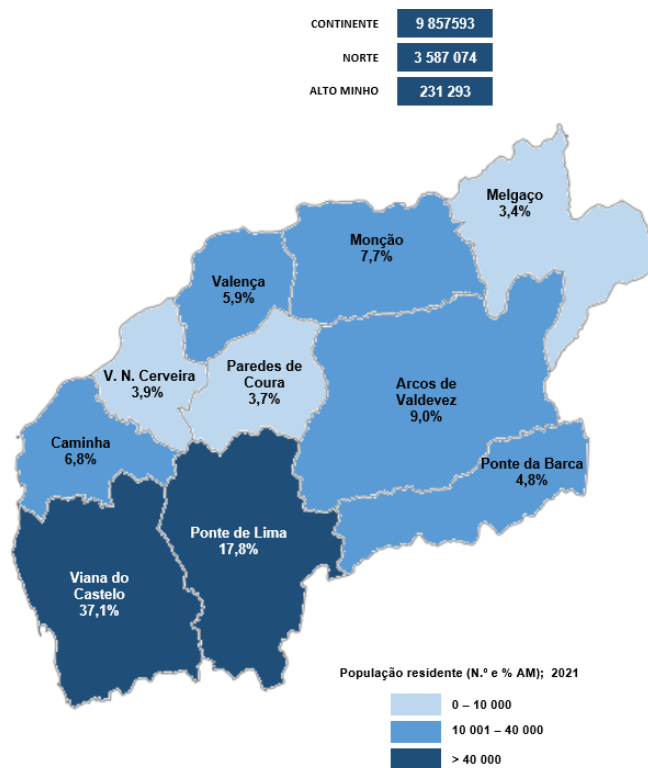
Gráfico 1 – Evolução da população residente no Alto Minho, 2001, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 (dados provisórios)

Melgaço, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira são os concelhos do Alto Minho menos populosos (concelhos com menos de 10.000 habitantes em 2021). Há três concelhos que registam um maior decréscimo da população residente entre 2011 e 2021: Melgaço (que é um dos menos populosos), Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, -15,6%, -9,3% e -8,4%, respetivamente.

Gráfico 2 -Evolução da população residente no Alto Minho, por concelho, 2021



Concelho	2011	2021	Var. 2011-2021 (%)
Continente	10 047 621	9 857 593	-1,9
Norte	3 689 682	3 587 074	-2,8
Alto Minho	244 836	231 293	-5,5
Arcos de Valdevez	22 847	20 720	-9,3
Caminha	16 684	15 800	-5,3
Melgaço	9 213	7 773	-15,6
Monção	19 230	17 818	-7,3
Paredes de Coura	9 198	8 632	-6,2
Ponte da Barca	12 061	11 049	-8,4
Ponte de Lima	43 498	41 169	-5,4
Valença	14 127	13 625	-3,6
Viana do Castelo	88 725	85 784	-3,6
Vila Nova de Cerveira	9 253	8 923	-3,3

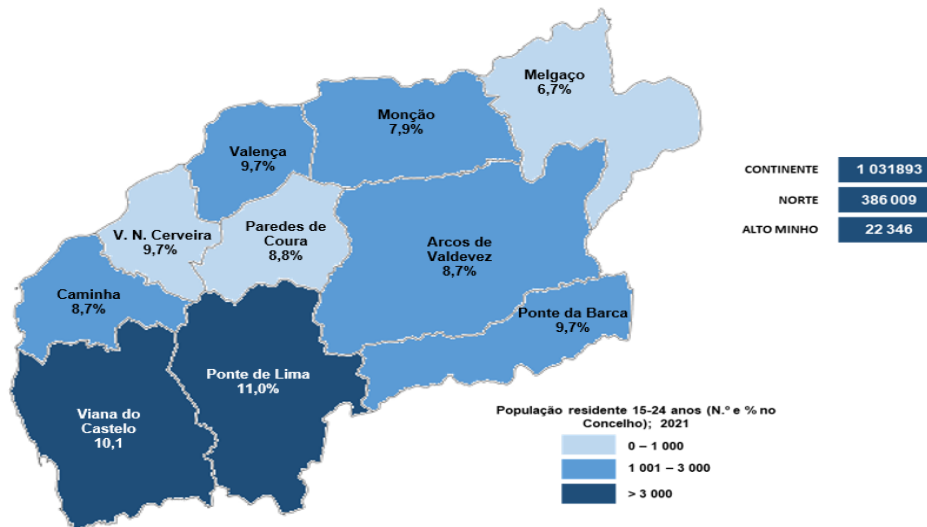
Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População – dados preliminares 2021

Do ponto de vista sociodemográfico, assinalam-se as seguintes dinâmicas suscetíveis de ter grande influência na dinâmica das qualificações:

(i) O envelhecimento demográfico pela base, isto é, com a diminuição de pessoas das camadas etárias mais jovens, diminuindo também o potencial de captação de alunos-formandos, sendo já bem visível na diminuição da população escolar. A população mais jovem, no grupo etário (15-24 anos), regista uma regressão demográfica mais acentuada na região do Alto Minho (-13,1%), por comparação com este grupo etário na Região Norte (-9,4%) e no Continente (-4,4%). Alguns concelhos registam maiores perdas populacionais de jovens entre 2011 e 2020, nomeadamente, **Melgaço** (-32,4%), **Caminha** (-23,9%), **Monção** (-19,9%) e **Ponte da Barca** (-18,2%), com perdas superiores a 15%.

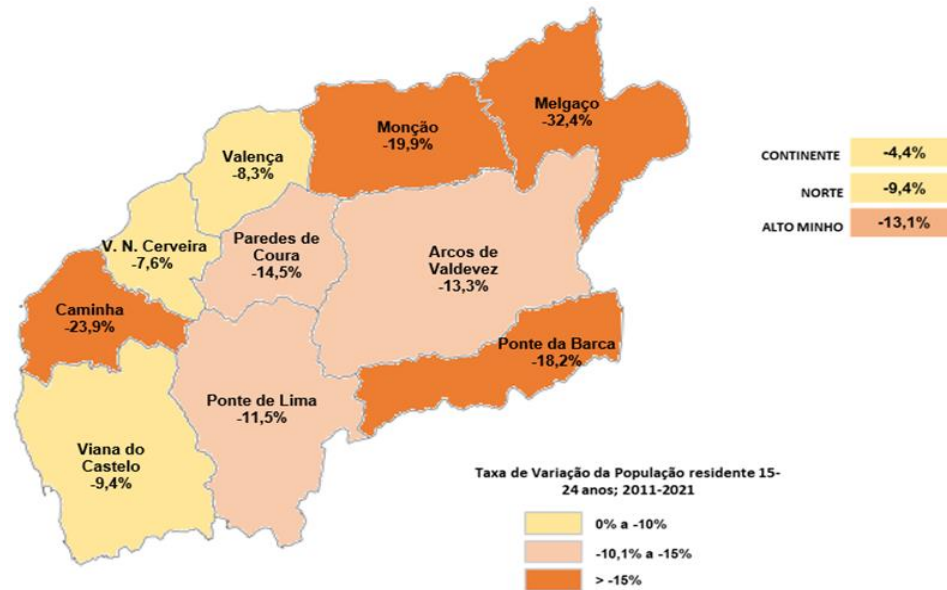
Neste grupo etário mais jovem, nenhum concelho regista uma variação positiva (gráfico 4).

Gráfico 3 – População jovem (15-24 anos) residente no Alto Minho em 2021, por concelho



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 (dados preliminares)

Gráfico 4 – Variação da população residente jovem (15-24 anos) por concelho, 2011-2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 (dados preliminares)

A distribuição da população residente por grupo etário revela que, em todos os concelhos, a proporção de jovens com menos de 25 anos é inferior à proporção de habitantes com 65 ou mais anos. Em concelhos como **Melgaço**, **Arcos de Valdevez** e **Monção**, a proporção de idosos é superior em mais de 10 pp à proporção de jovens com menos de 25 anos.

Gráfico 5 – Distribuição da população residente do Alto Minho, por grupos etários e por concelho, 2021 (%)

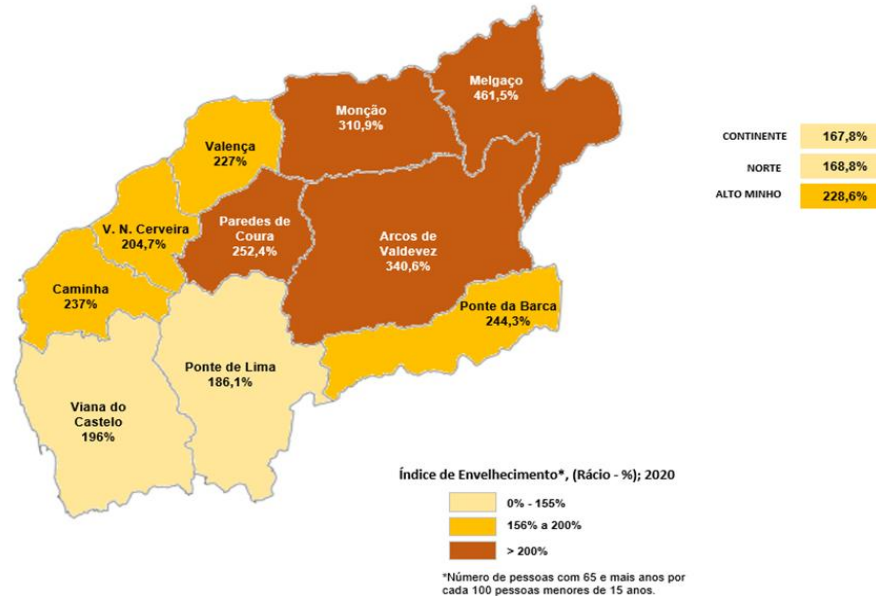


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 (dados provisórios)

(ii) O envelhecimento pelo topo, já que a população com mais de 65 anos residente no Alto Minho representava, em 2021 (estimativas), 28,1% do total de residentes, superior à verificada para a NUT II Norte (22,6%) e superior à do Continente (23,7%). O índice de envelhecimento (INE 2020, estimativas) é, à semelhança do que se verifica em toda a região do Norte, muito significativo e superior ao valor médio do Continente.

Uma das principais resultantes deste processo é o aumento da necessidade da prestação de serviços na área comum entre a saúde e a ação social (cuidados continuados, apoio psicológico, envelhecimento ativo, uma nova geração de serviços de institucionalização, etc.). A pandemia COVID-19 demonstrou que os modelos de resposta atualmente existentes são insuficientes e têm grandes carências qualitativas, pelo que esta renovação do setor, com modelos inovadores e devidamente capacitados (incluindo ao nível das qualificações profissionais) é urgente.

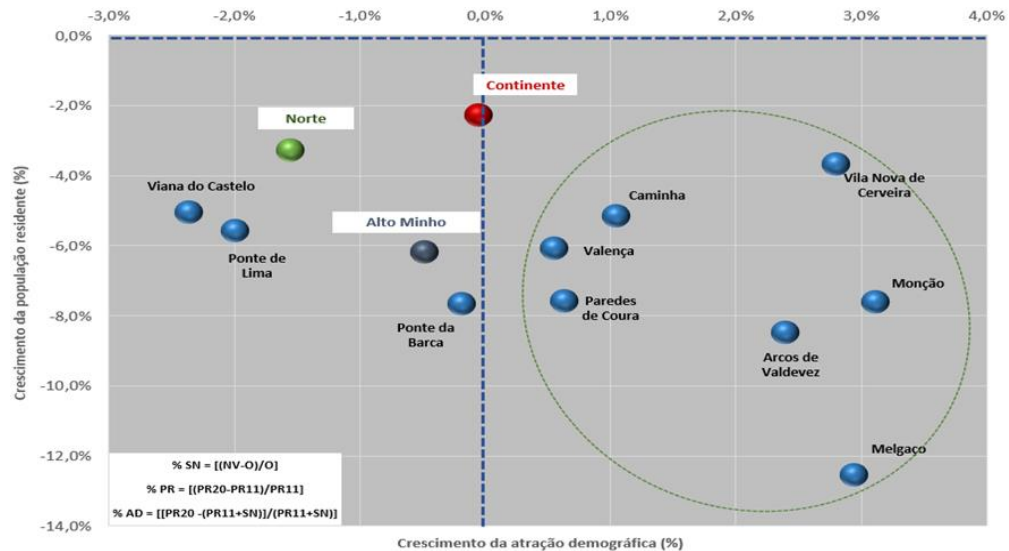
Gráfico 6 – Índice de envelhecimento no Alto Minho, 2020, por concelho



População residente, estimativas a 31 de dezembro
 Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente; PORTDATA

Neste contexto demográfico, com decréscimos populacionais com diferente intensidade concelhia e com um saldo natural (nascimentos-óbitos) negativo em todos os concelhos sem exceção, a região do Alto Minho, globalmente, não é atrativa do ponto de vista demográfico. No entanto, 7 dos concelhos da região e, sobretudo, Vila Nova de Cerveira, Monção, Melgaço e Arcos de Valdevez, registam crescimento da atração demográfica entre 2011 e 2020; ou seja, são concelhos em que a atração de novos residentes permitiu atenuar o decréscimo da população residentes resultantes do saldo natural (nascimentos-óbitos). Contrariamente, Viana do Castelo, Ponte de Lima e Ponte da Barca registaram uma perda de residentes, quer pela via do saldo natural quer pela via da diminuição líquida de residentes (“repulsão demográfica”).

Gráfico 7 – Capacidade de atração Demográfica, 2011- 2020 (estimativas), no Alto Minho, por concelho (%)



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente; PORDATA

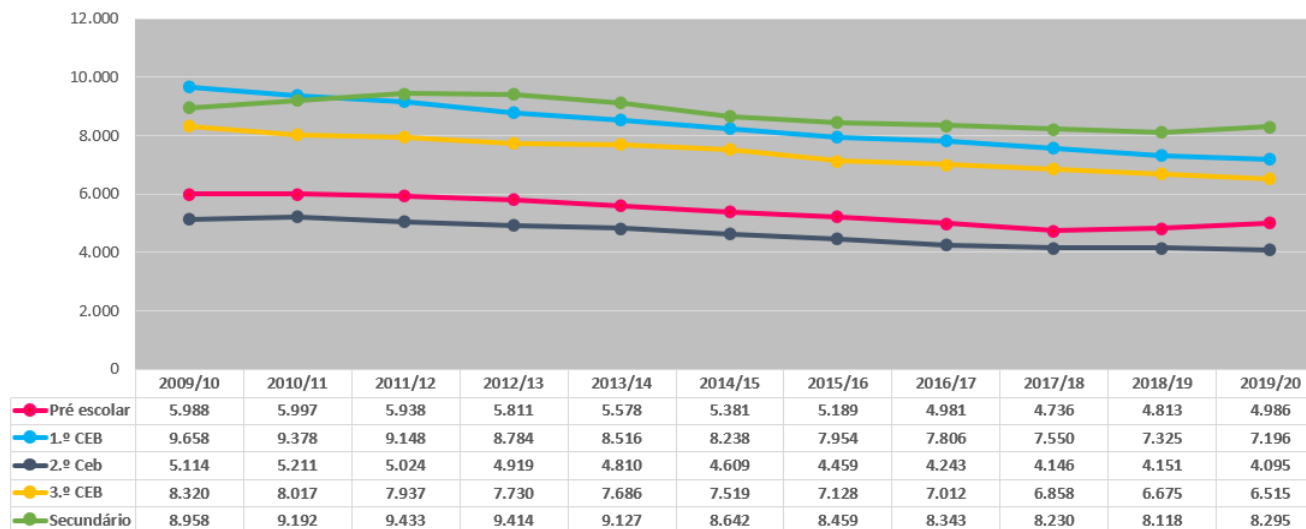
Demografia escolar

No contexto demográfico apresentado, verifica-se uma diminuição, nos últimos dez anos, do número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino (educação não superior).

No ano letivo de 2009/10 frequentavam a rede escolar da Região do Alto Minho 38.038 crianças/jovens, nos diferentes níveis de ensino; em 2019/20 o número era de 31.087 crianças/jovens. Esta diminuição do número de alunos, aproximadamente 7000 alunos no espaço de uma década, ocorreu em todos os níveis sem exceção (do pré-escolar ao secundário). A este propósito refira-se que o mais recente relatório “Educação em Números”, publicado pela DGEEC em 2021, apresenta os dados relativos a 2019/2020, para o Continente, que evidenciam uma continuidade da redução do número de alunos em todos os subsistemas de ensino, com uma quebra de cerca de 15 mil alunos por comparação com o ano anterior.

No total da população escolar matriculada na Região do Alto Minho, no ano letivo de 2019/20, é o ensino secundário, com 8.295 alunos, que assume maior expressão relativa (26,7% do total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da região), seguido do 1.º CEB (23,1%) e do 3.º CEB (21%).

Gráfico 8 – Evolução do nº de alunos jovens matriculados no Alto Minho, por níveis de ensino, anos letivos 2009/10 a 2019/20



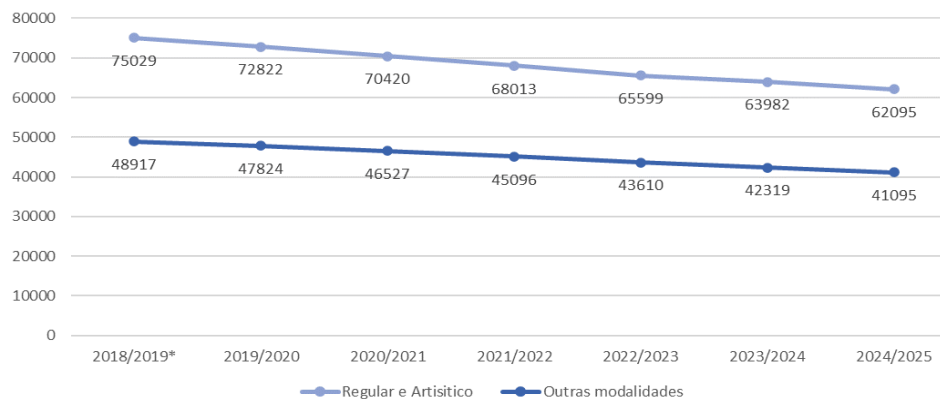
(*) Alunos matriculados no ensino público e privado em ofertas orientadas para jovens

Fonte: DGEEC/Med - MCTES

As dinâmicas demográficas, nascimentos e fluxos migratórios, influenciam o número de jovens que se matriculam no sistema educativo nas diferentes modalidades de ensino.

Anualmente a DGEEC elabora projeções assentes num conjunto de indicadores estatísticos que consideram o decréscimo de jovens em idade escolar e os seus resultados escolares com o objetivo de prever o número de alunos de alunos que irão frequentar o sistema educativo cinco anos depois. A previsão do número de alunos matriculados no ensino secundário para os anos letivos de 2019/2025, na região Norte apresenta uma tendência de decréscimo mais evidente nas modalidades “cursos científico-humanísticos” e “ensino artístico” comparativamente a outras modalidades, nas quais se incluem os cursos profissionais.

Gráfico 9 – Previsão do n.º de alunos do ensino secundário na região Norte, por ano letivo

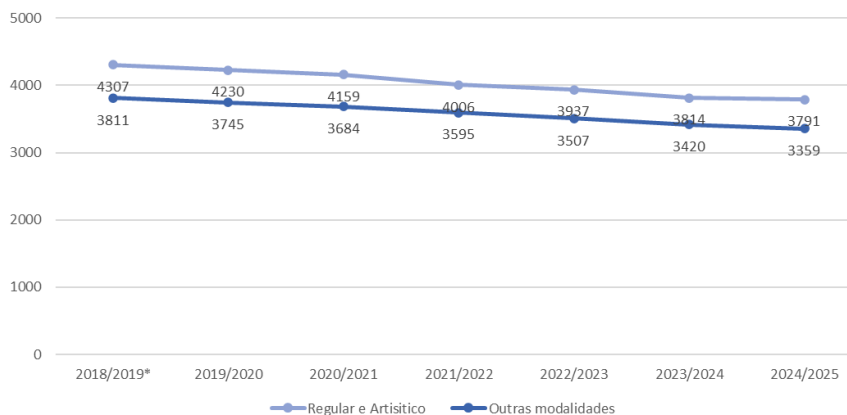


* Os dados para 2018/2019 não são previsões, são dados provenientes das Estatísticas da Educação.

Fonte: DGEEC, Estatísticas da Educação 2018/2019; INE

A região do Alto Minho apresenta também uma **tendência de decréscimo de alunos** no conjunto das modalidades/ grupos de modalidades considerados: “cursos científico-humanísticos” ou ensino (dito) “regular”, ensino artístico e outras modalidades. **Prevê-se que se matriculem, em 2024/2025, 3791 alunos no conjunto composto por “cursos científico-humanísticos” e ensino artístico, o que representa uma variação de -11,9% face ao número de alunos matriculados no conjunto daquelas modalidades em 2018-2019.** Nas **outras modalidades** é também prevista também a diminuição 11,8% de alunos - de 3811 alunos no ano letivo de 2018/2019 para 3359 alunos em 2024/2025.

Gráfico 10 – Previsão do n.º de alunos do ensino secundário no Alto Minho, por ano letivo



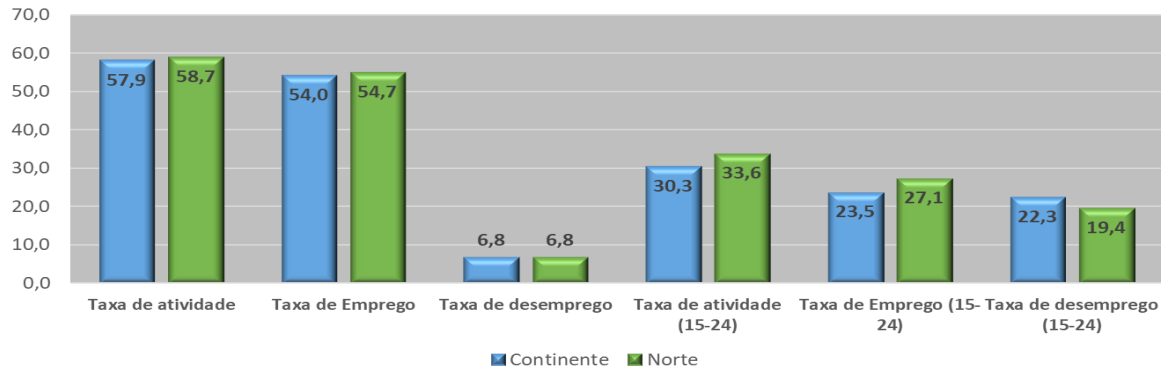
* Os dados para 2018/2019 não são previsões, provenientes das Estatísticas da Educação.

Fonte: DGEEC, Estatísticas da Educação 2018/2019; INE

2.2. A economia e o emprego

A região Norte – território mais alargado onde se insere o Alto Minho - regista, de acordo com os últimos dados disponíveis do inquérito ao emprego (2020), taxas de atividade e de emprego ligeiramente superiores à do Continente e uma taxa de desemprego igual à do Continente, indicando um posicionamento, no contexto nacional, ligeiramente mais favorável no que respeita ao afastamento da população do mercado de trabalho.

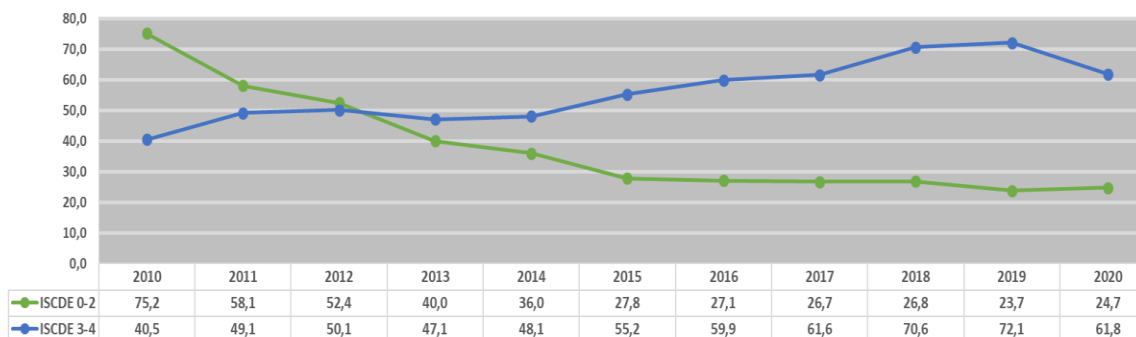
Gráfico 11 – Taxas de atividade, emprego e desemprego no Continente e no Norte, 2020 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Apesar da tendência recessiva recente associada ao contexto pandémica, na região Norte o emprego de jovens com qualificações intermédias tem crescido na última década (Eurostat 2010-2020), ao contrário do que ocorreu com o emprego de jovens com baixas qualificações. Embora não existam dados para as NUT III, cremos ser uma tendência verificada também no território do Alto Minho, sinalizando quer o aumento de jovens qualificados a chegar ao mercado de trabalho quer, também, a importância da educação e da qualificação para a valorização dos empregos.

Gráfico 12 – Emprego jovem (15-24 anos) por nível de educação no Norte 2010-2020 (milhares de indivíduos)



Fonte: Eurostat

No Alto Minho, e a partir da análise da informação estatística mais recente no que respeita a dinâmicas de atividade económica, identificamos algumas questões relevantes para a evolução das necessidades de qualificações.

Dinâmica empresarial e do emprego

Considerando como fonte os Quadros de Pessoal (GEP/ MTSS)¹, a leitura da trajetória recente da região mostra que entre 2015 e 2019, embora o número de estabelecimentos do Alto Minho tenha diminuído (-2,3%), assistiu-se a um aumento de 11,6% do número de pessoas ao serviço nesses estabelecimentos.

¹ Os dados do GEP/MTSS, Quadros de Pessoal, disponibilizam o número de Estabelecimentos - unidade económica que, sob um único regime de propriedade ou de controlo (quer dizer, sob a autoridade de uma só entidade jurídica), exerce, exclusiva ou principalmente, um só tipo de atividade económica, num só local. Unidade local ou estabelecimento corresponde a uma empresa ou parte de empresa situada num local topograficamente identificado. Nesse local, ou a partir dele exerce-se uma ou várias atividades económicas. Estes dados permitem aferir também o número de pessoas ao serviço, independentemente do tipo de vínculo que possuem. Englobam para além dos trabalhadores por conta de outrem, os empregadores desde que exerçam funções na empresa, os trabalhadores familiares não remunerados e os membros ativos de cooperativa de produção. A informação das pessoas ao serviço é recolhida por estabelecimento, sendo fornecida ao GEP pela empresa sede.

O aumento do número de pessoas ao serviço é fundamentalmente explicado pela dinâmica de crescimento de setores com expressão na região como o comércio, o alojamento e restauração e as indústrias transformadoras. No tecido empregador regional, sinaliza-se o crescimento de trabalhadores, entre 2015 e 2019, em setores como os das indústrias transformadoras, do comércio, da construção e, também, das atividades de saúde humana e apoio social.

Tabela 1-Estabelecimentos e pessoas ao serviço por setor de atividade económica, 2019 e var. 2015-2019, Alto Minho (Quadros de Pessoal)

Setor de Atividade	Pessoas ao Serviço			Estabelecimentos		
	N	%	Var. (%) 2015/2019	N	%	Var. (%) 2015/2019
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.441	2,3	0,8	372	4,6	-17,7
B Indústrias extrativas	324	0,5	-2,4	35	0,4	6,1
C Indústrias transformadoras	20.449	32,2	23,0	838	10,4	-5,7
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	66	0,1	-40,5	7	0,1	-46,2
E Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	302	0,5	44,5	23	0,3	91,7
F Construção	6.787	10,7	-2,5	1.075	13,4	-1,3
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	11.251	17,7	10,0	2.284	28,4	-4,3
H Transportes e armazenagem	1.955	3,1	8,5	230	2,9	-10,5
I Alojamento, restauração e similares	4.903	7,7	29,5	1.076	13,4	3,9
J Atividades de informação e de comunicação	578	0,9	87,7	87	1,1	26,1
K Atividades financeiras e de seguros	688	1,1	-28,0	174	2,2	-19,1
L Atividades imobiliárias	331	0,5	31,9	121	1,5	17,5
M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.760	2,8	19,2	441	5,5	1,4
N Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3.369	5,3	-23,7	183	2,3	5,8
O Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	343	0,5	9,9	49	0,6	-7,5
P Educação	997	1,6	8,3	109	1,4	10,1
Q Atividades de saúde humana e apoio social	6.356	10,0	18,0	456	5,7	2,9
R Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	301	0,5	45,4	85	1,1	19,7
S Outras atividades de serviços	1.248	2,0	8,4	400	5,0	-1,0
Total	63.449	100	11,6	8.045	100	-2,3

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Se complementarmos esta análise suportada nos Quadros de Pessoal/ MTSS com os dados do INE², relativos ao mesmo período, 2015-2019, e reportados ao número de pessoal ao serviço nas empresas não financeiras localizadas no Alto Minho, constatamos também uma **dinâmica de crescimento: uma variação positiva de 7,4%**, mas um pouco inferior à variação registada naqueles anos na Região Norte (11,1%) e no Continente (11,7%).

Tabela 2- N.º total de empresas não financeiras no Alto Minho, por concelho, entre 2015-2019

N.º empresas não financeiras						
	2015	2016	2017	2018	2019	Var. 2015-2019
Continente	1.112.804	1.144.634	1.189.119	1.221.902	1.260.923	11,7
Norte	396.653	405.518	418.082	431.048	446.149	11,1
Alto Minho	28.082	28.505	29.151	30.089	30.317	7,4
Arcos de Valdevez	2.669	2.714	2.675	2.794	2.814	5,2
Caminha	2.054	2.136	2.217	2.283	2.303	10,8
Melgaço	1.175	1.181	1.210	1.291	1.294	9,2
Monção	2.970	2.948	2.994	3.084	3.110	4,5
Paredes de Coura	1.022	1.020	1.065	1.145	1.106	7,6
Ponte da Barca	1.279	1.295	1.292	1.330	1.363	6,2
Ponte de Lima	4.758	4.849	4.981	5.186	5.208	8,6
Valença	1.676	1.690	1.714	1.783	1.830	8,4
Viana do Castelo	9.523	9.685	10.017	10.185	10.269	7,3
Vila Nova de Cerveira	956	987	986	1.008	1.020	6,3

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas; PORDATA

² Os **dados do INE** são sobre empresas não financeiras, são recolhidos de forma distinta dos quadros de pessoal do GEP/MTSS e reportam a universos estatísticos distintos. Os valores apresentados estão de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010). O total das empresas inclui as secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das "Atividades financeiras e de seguros" (secção K) e da "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O). Para além das **empresas e dos empresários em nome individual**, são também contabilizados os **trabalhadores independentes**. As unidades empresariais relativas às sociedades gestoras de participações sociais não são consideradas no universo de referência.

Se analisarmos a evolução do número de empresas entre 2015 e 2019 por concelho, verificamos que todos apresentam uma variação positiva, ou seja, aumentaram o número de empresas não financeiras neste período. Caminha (10,8%) e Melgaço (com 9,2%) são os concelhos que apresentam uma taxa de variação positiva mais elevada nestes anos. Porém, em 2019 Viana do Castelo é o concelho que apresenta maior concentração de empresas, com 10.269 empresas não financeiras registadas, que corresponde a 33,8% do total na Região do Alto Minho.

No conjunto das 30.317 empresas não financeiras de diferentes setores de atividade económica na região do Alto Minho em 2019, destacam-se três setores de atividade: a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, o setor do “comércio por grosso e a retalho” e o setor da “construção”, 17,4%, 17% e 12,7%, respetivamente. Os setores com menor peso na estrutura empresarial são os da “captação, tratamento e distribuição de água” e as “indústrias extrativas.

Tabela 3- N.º total de empresas não financeiras no Alto Minho, por setor de atividade, 2019

Setor de atividade	2019	
	N	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.289	17,4
Indústrias extrativas	49	0,2
Indústrias transformadoras	1.763	5,8
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	111	0,4
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	38	0,1
Construção	3.846	12,7
Comércio por grosso e a retalho (...)	5.153	17,0
Transporte e armazenagem	457	1,5
Alojamento, restauração e similares	2.593	8,6
Atividade de Informação e comunicação	225	0,7
Atividades imobiliárias	674	2,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.126	7,0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2.727	9,0
Educação	1.293	4,3
Atividades de saúde humana e apoio social	1.985	6,5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	612	2,0
Outras Atividades de serviços	1.376	4,5
Total	30.317	100,0

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas; PORDATA

Em relação à evolução de pessoal ao serviço, entre 2015 e 2019, o Alto Minho regista um aumento de 14,1%, muito semelhante à da Região Norte (14%) e ligeiramente mais baixa que a do Continente (-1,1p.p.). Segundo esta fonte, em 2019, no Alto Minho, a maioria das 78.909 pessoas ao serviço em empresas não financeiras concentrava-se nas indústrias transformadoras (27%), no comércio por grosso e a retalho (17,4%) e no setor da construção (13%).

O setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, embora seja o setor de atividade com mais empresas não financeiras registadas em 2019, não corresponde ao setor que tem mais pessoas ao serviço, facto que indicia uma menor dimensão média das empresas; situação inversa verifica-se no setor das “indústrias transformadoras”.

Tabela 4- Pessoal ao serviço em empresas não financeiras no Alto Minho, por setor de atividade, 2019

Setor de atividade	2019	
	N	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6.470	8,2
Indústrias extrativas	-	-
Indústrias transformadoras	21.321	27,0
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	111	0,1
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	446	0,6
Construção	10.246	13,0
Comércio por grosso e a retalho (...)	13.712	17,4
Transporte e armazenagem	2.333	3,0
Alojamento, restauração e similares	6.686	8,5
Atividade de Informação e comunicação	658	0,8
Atividades imobiliárias	924	1,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3.696	4,7
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.331	5,5
Educação	-	-
Atividades de saúde humana e apoio social	3.269	4,1
Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	817	1,0
Outras Atividades de serviços	1.872	2,4
Total	78.909	100,0

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas; PORDATA

Apesar de Viana do Castelo ser o concelho onde se concentra a maior parte do emprego, entre 2015 e 2019, Vila Nova de Cerveira é o concelho que apresenta a maior evolução de pessoal ao serviço, com uma taxa de variação superior a 20%. A este propósito importa sinalizar que se identifica, no território do Alto Minho, um número significativo de empresas de investimento estrangeiro, nomeadamente no setor automóvel, com crescentes necessidades de técnicos intermédios e mão de obra qualificada, bem como a presença de trabalhadores transfronteiriços que aportam e também exigem qualificação (nomeadamente, operadores industriais, quadros do setor industrial e professores universitários).

Tabela 5- Pessoal ao serviço em empresas não financeiras no Alto Minho, entre 2015-2019

(N.º) Pessoal ao Serviço em empresas não financeiras						
	2015	2016	2017	2018	2019	Var. 2015-2019
Continente	3.455.629	3.576.831	3.756.406	3.916.187	4.073.422	15,2
Norte	1.219.654	1.262.799	1.313.395	1.369.856	1.418.707	14,0
Alto Minho	67.811	69.575	72.771	76.221	78.909	14,1
Arcos de Valdevez	5.373	5.651	5.740	6.005	6.335	15,2
Camiña	4.021	4.046	4.151	4.314	4.533	11,3
Melgaço	1.768	1.773	1.876	1.989	2.021	12,5
Monção	5.131	5.171	5.386	5.596	5.545	7,5
Paredes de Coura	1.896	2.017	2.167	2.332	2.354	19,5
Ponte da Barca	2.355	2.424	2.402	2.433	2.590	9,1
Ponte de Lima	12.405	12.687	13.222	14.030	14.747	15,9
Valença	3.990	4.094	4.305	4.435	4.850	17,7
Viana do Castelo	26.883	27.716	29.230	30.140	30.842	12,8
Vila Nova de Cerveira	3.989	3.996	4.292	4.947	5.092	21,7

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas; PORDATA

Considerando as duas fontes de informação utilizadas – GEP/ MTSS (Quadros pessoal) e INE (Sistema de Contas Integradas) e os diferentes universos estatísticos e formas de recolha de informação, sinalizamos:

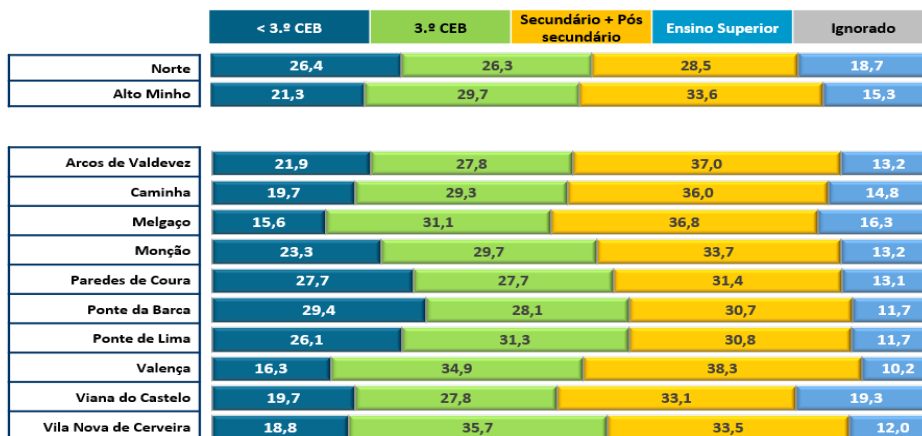
- Registo de 30.317 empresas não financeiras e 8.045 estabelecimentos, em 2019, no Alto Minho.

- Aumento, entre 2015 e 2019, do número de empresas não financeiras localizadas no Alto Minho e diminuição do número de estabelecimentos.
- Aumento do número de pessoas ao serviço, quer nos estabelecimentos quer nas empresas.
- Considerados os dados, os universos estatísticos e as fontes de informação, arriscamos concluir que a par do **aumento da dimensão média, global, dos estabelecimentos** (por exemplo no setor comércio e alojamento e restauração), foi significativo o **aumento dos empresários em nome individual, expressivo sobretudo nas atividades de serviços e setor agrícola.**

Níveis de escolaridade do pessoal ao serviço

A análise do pessoal ao serviço por níveis de escolaridade, permite identificar um **perfil de escolaridade dos trabalhadores** do Alto Minho com os seguintes traços gerais: forte significado dos níveis de educação inferiores ao secundário; expressão relativa mais elevada de trabalhadores com nível secundário e pós-secundário não superior, comparativamente à região Norte; perfis concelhios não homogéneos.

Gráfico 13 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos, por nível de educação e por concelho, 2019 (%)

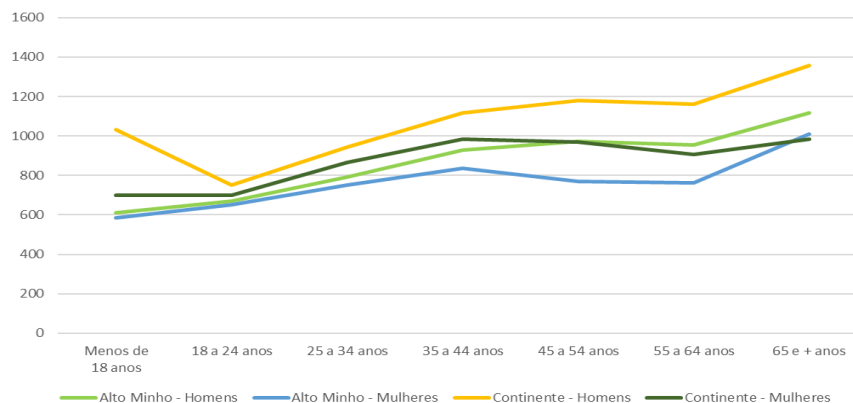


Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Remunerações base médias

O Alto Minho revelava, num passado recente (2019) e à semelhança do Continente, uma disparidade significativa das remunerações base médias por género e grupo etário, associado a uma prevalência de remunerações base mais baixas nos trabalhadores mais jovens. De forma geral, no Alto Minho, e com base neste mês referência – outubro 2019 – a remuneração base dos ativos empregados é bastante inferior à remuneração base no conjunto do Continente. E esta situação é transversal ao género.

Gráfico 14 – Remunerações base médias, por género e grupo etário, Continente e Alto Minho, 2019 (Euros)



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

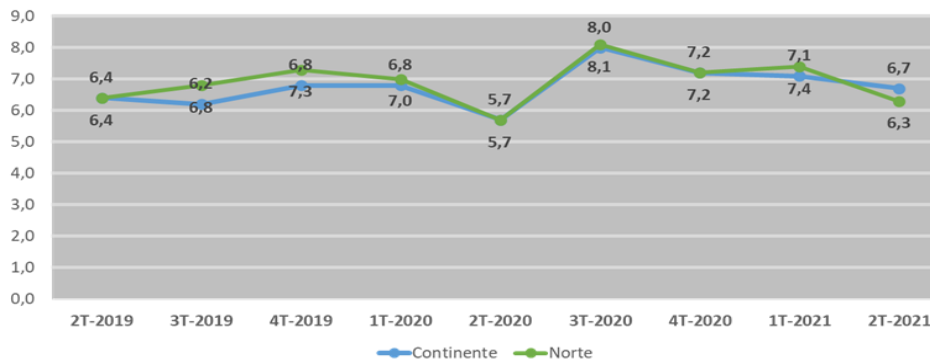
Obs: Remuneração Base - montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago aos trabalhadores, com carácter regular mensal, referente ao mês de outubro e correspondente às horas normais de trabalho

Desemprego

Se a análise da dinâmica de evolução das empresas por setores de atividade é importante para conhecer o mercado de trabalho, a análise retrospectiva exige também que se considerem outros indicadores que o permitem caracterizar, sobretudo nas faixas mais jovens. Deve assinalar-se que a pandemia COVID-19 produziu impactos significativos nas dinâmicas territoriais e setoriais dos mercados de trabalho, nomeadamente no aumento de desemprego verificado em 2020, não sendo ainda possível aferir todos os seus efeitos e contornos. É, contudo, previsível a **alteração dos modos de prestação de trabalho num conjunto significativo de atividades, sobretudo associada à afirmação do teletrabalho, quer à crescente digitalização dos contextos industriais e de prestação de serviços.**

A taxa de desemprego estimada pelo INE, no Continente, no 2.º trimestre de 2021, situa-se em 6,7%, ligeiramente inferior ao trimestre anterior e 1 p.p. superior ao trimestre homólogo. Na Região Norte a taxa de desemprego no 2.º trimestre de 2021 estava estimada em 6,3%, ligeiramente inferior à taxa registada para o Continente e 0,6 p.p. superior ao período homólogo.

Gráfico 15 – Taxas de desemprego, no Continente e na Região Norte (%)



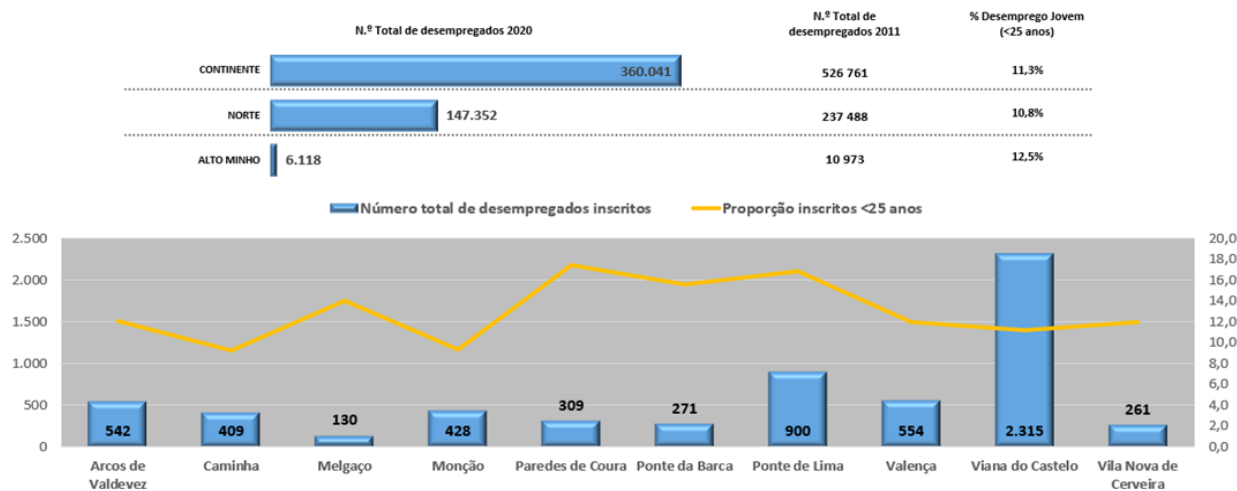
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em 2020, a média anual de inscritos nos centros de emprego do Alto Minho era de 6.118 desempregados, que representavam 1,6% e 4,1% dos desempregados inscritos, respetivamente, no Continente e na Região do Norte. O desemprego registado no Alto Minho decresceu entre 2011 e 2020, de 10 973 para 6.118.

A pandemia COVID-19 afetou de forma mais notória as **faixas etárias mais jovens**, como se pode observar nos dados disponibilizados pelo inquérito ao emprego disponibilizados pelo INE relativos ao 2.º trimestre de 2020, o período que corresponde ao primeiro confinamento obrigatório em Portugal.

Em 2020, o desemprego jovem (<25 anos) representava 12,5% do total de desempregados inscritos no Alto Minho, um valor acima do registado quer na Região do Norte (10,8%), quer no Continente (11,3%).

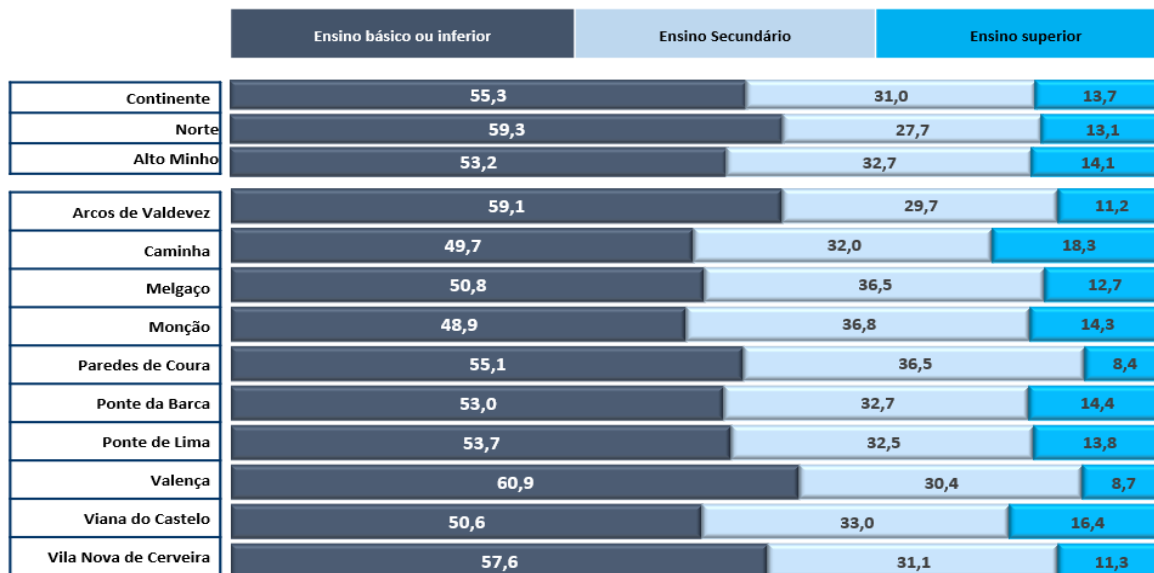
Gráfico 16 – Desemprego registado, total e jovem (<25 anos), por região e concelho, 2020 (média anual)



Fonte: IIEFP/MTSSS; PORDATA

O desemprego por nível de escolaridade, aponta para a **relação entre baixa qualificação e desemprego mais elevado**, uma vez que a maioria dos desempregados inscritos nos centros de emprego no Alto Minho possui escolaridade equivalente ou inferior ao 3.º CEB (53,2%); a proporção de desempregados inscritos com o ensino secundário ou ensino superior é de 44,7%. Monção (51,1%) e Caminha (50,3%) são os concelhos que apresentam um maior desemprego qualificado.

Gráfico 17 – Desemprego registado por nível de escolaridade no Alto Minho e por concelho, 2020 (média anual)



Fonte: IIEFP/MTSSS; PORDATA

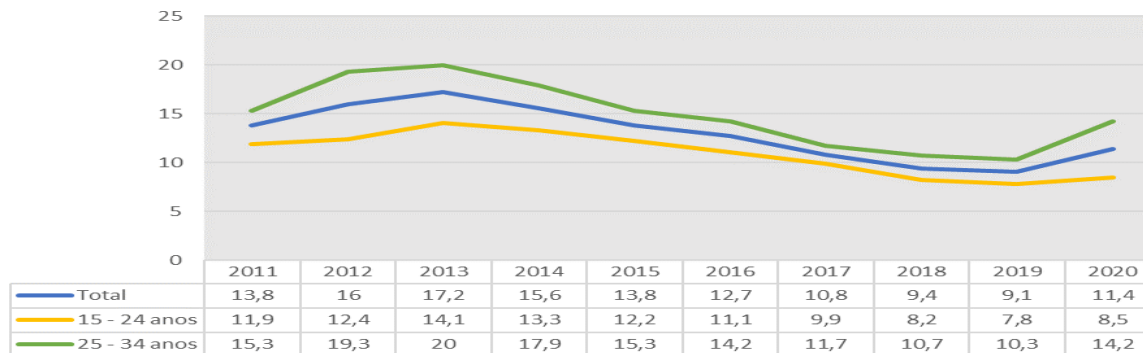
2.3. Dinâmicas educativas e participação dos jovens nas vias de dupla certificação

Como elementos de enquadramento da análise da oferta de dupla certificação e, mais concretamente da rede de cursos profissionais do Alto Minho, importa conferir atenção à evolução de algumas variáveis e dinâmicas associadas à participação dos jovens em educação e formação, bem como ao sucesso educativo. Estes elementos permitem situar alguns dos desafios educativos e formativos que se colocam ao Alto Minho que encontrarão, também nas modalidades de dupla certificação, espaço de concretização e de resposta.

Ainda que alguma informação só esteja disponível para as NUTS II e cada território tenha a sua realidade, podemos considerar que o Alto Minho não será alheio às principais tendências identificadas ao nível do abandono escolar precoce e à inatividade jovem verificadas para a região mais alargada, o Norte.

No Norte, de acordo com dados do INE (inquérito ao emprego), a taxa de jovens NEET (*não trabalham nem frequentam percursos de educação-formação*) aumentou entre 2011 e 2013, tendo vindo a diminuir a partir daí, situando-se, em 2020, num valor inferior ao verificado em 2011. Isto ocorre se considerarmos quer o grupo etário 15-34 anos quer os dois subgrupos 15-24 anos e 25-34 anos. Segundo a referida fonte, no ano de 2020, 11,4% dos jovens residentes na região do Norte com idade entre 15 e 34 anos não trabalhavam nem estudavam, sendo aquela taxa de 11,2% para o Continente. É, pois, significativa a percentagem de jovens (15-34 anos) residentes no Norte que no final de 2020 se encontravam, segundo os critérios estatísticos de aferição utilizados, em situação de inatividade não associada à frequência de educação ou formação. Se considerarmos apenas o grupo 25-34 anos constatamos que esta realidade assume ainda uma expressão mais relevante, uma vez que 14,2% dos jovens residentes no Norte, não estudavam nem trabalhavam.

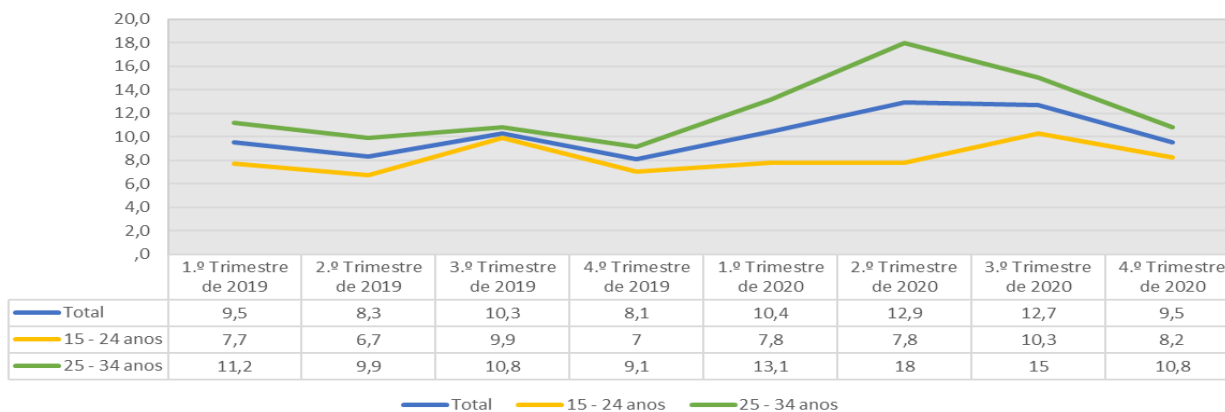
Gráfico 18 - Taxa de jovens entre 15 e 34 anos não empregados e que não estão em educação ou formação (série 2011 - %), no Norte (NUTS - 2013), de 2011 a 2020 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Ainda que dados mais recentes do inquérito ao emprego (1.º, 2.º e 3.º trimestre de 2020) pareçam indicar, do ponto de vista estatístico e considerados os critérios de aferição utilizados pelo INE, muitas oscilações no comportamento deste indicador e efeitos incertos da crise pandémica na atividade jovem, **esta é uma realidade que importa conhecer e monitorizar**. A situação dos jovens que se enquadram nos NEET (não empregados que não estão em educação ou formação), atinge particularmente o grupo etário entre os 25 e os 34 anos no 2.º trimestre de 2020 uma taxa de 18,0%.

Gráfico 19 - Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados e que não estão em educação ou formação, por grupo etário, no Norte, 1.º T 2019-4.º T 2020 (%)

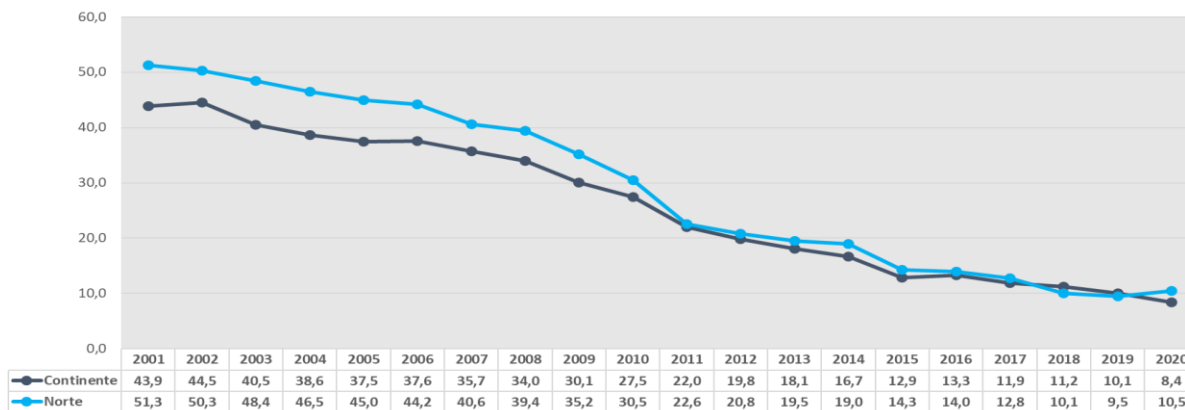


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Um outro indicador que importa considerar, ainda que também só disponível ao nível das NUTS I e NUTS II, é a taxa de abandono precoce de educação e formação. Os dados disponíveis no Eurostat 2001/2020 apontam para uma evolução muito favorável daquele indicador no conjunto das regiões do país. **O abandono escolar precoce dos jovens com idade entre 18-24 anos** diminuiu muito significativamente, tendo sido esta uma das principais conquistas do sistema educativo

num passado relativamente recente. No espaço de uma década, a Região Norte reduziu a taxa de abandono escolar precoce em 20 p.p. (em 2010 a taxa situava-se em 30,5%). Portugal assumiu com a União Europeia, reduzir a taxa do abandono escolar precoce de educação e formação para um valor inferior a 10% em 2020. Em 2019 a Região Norte já tinha atingido a meta e registava uma taxa de 9,5% e superava a taxa registada no Continente. No entanto, em 2020 na Região Norte a taxa voltou a aumentar 1 p.p.

Gráfico 20 - Taxa de abandono precoce de educação e formação, 18-24 anos, na Região Norte e Continente, entre 2001 e 2020 (%)



Fonte: Eurostat

A redução muito significativa do abandono escolar precoce verificada ao longo da última década não permite, contudo, desvalorizar o facto de, em 2020, ter existido uma ligeira subida de 1 p.p. face ao ano anterior 10,5% dos jovens residente na região Norte do país com idade entre 18 e 24 anos, abandonarem precocemente a escola, sem concluírem o nível secundário de educação (fonte: Eurostat).

Tivemos recentemente a notícia de que o abandono escolar precoce vai ser acompanhado, em Portugal, com base no registo do percurso individual dos estudantes e não apenas por via dos resultados extraídos do Inquérito ao Emprego, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Esta forma mais apurada de recolha de informação permitirá com certeza dispor de dados com maior qualidade e, conseqüentemente, potenciar a qualidade da ação. A *inatividade jovem e o abandono escolar precoce* são dimensões chave na afirmação da competitividade, da sustentabilidade e da coesão dos territórios.

Retenção e desistência – Alguns dados

Apresentamos seguidamente alguns elementos que decorrem da *informação estatística analisada sobre as taxas de retenção e desistência na região do Alto Minho, entre 2014/15 e 2019/20*, e que evidenciam, tal como no conjunto do Continente e na região Norte, *uma evolução favorável em todos os níveis de ensino e em todos os concelhos*. A aposta das escolas no sucesso escolar combinada com medidas de política, setorial e territorial, que permitiram respostas diversificadas e ajustadas aos públicos-alvo, constitui um importante fator explicativo desta situação com impacto particularmente evidente nos indicadores de sucesso escolar no nível básico de educação e, sobretudo nos 1º e 2º ciclo.

Naquele período, na região do Alto Minho, e no 1º e 2º ciclos do nível básico de educação as taxas de retenção e desistência passaram de 2,3% para 0,4%, no 1º ciclo, e de 3,9% para 0,5%, no 2º ciclo. Em 2019-2020 as taxas de retenção e desistência no 1º e 2º ciclo situam-se, na região de Alto Minho, em valores inferiores aos verificados para o conjunto da região Norte, sendo bastante evidente a evolução favorável deste indicador em todos os concelhos. Assim, de uma forma geral, a retenção e desistência nos 1º e 2º ciclos apresenta valores que podemos considerar residuais (importando considerar que ainda existe e que coloca desafios exigentes às comunidades educativas), constatando-se que *as taxas de retenção sobem, com raras exceções, à medida que se progride na escolaridade*.

Caminha, Melgaço e Ponte da Barca destacam-se como concelhos sem retenção e desistência no 1.º CEB. Dos 10 concelhos da Região do Alto Minho, 6 concelhos não apresentam taxas de retenção e desistência no 2.º CEB (*Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Ponte da barca, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira*). Caso diferente é o de Valença: apesar do

decréscimo acentuado das taxas de retenção e desistência entre 2014/15 e 2019/20, Valença apresenta taxas de retenção e desistência bastante superiores, no 1.º e 2.º ciclos, às da Região do Alto Minho, da Região Norte e do Continente.

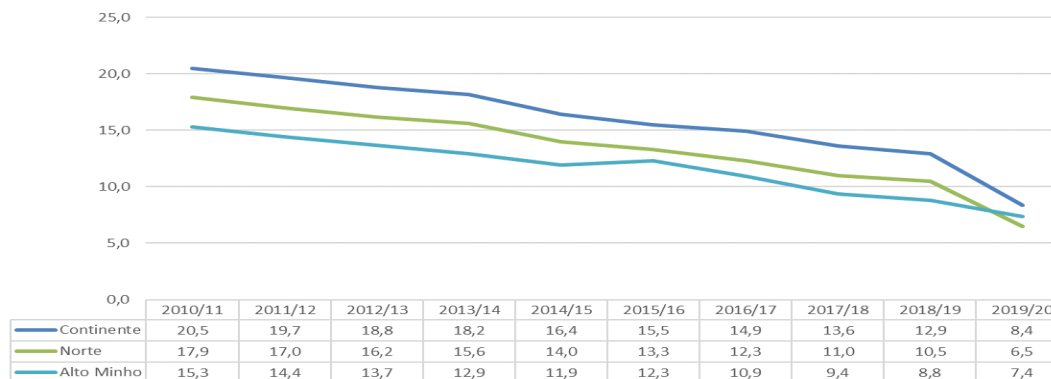
Tabela 6- Evolução de retenção e desistência no 1.º e no 2.º CEB, Alto Minho, por concelho, 2015-2020 (%)

	1.º CEB						2.º CEB					
	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Continente	4,0	3,6	2,9	2,6	2,0	1,4	8,5	6,7	5,9	5,3	3,8	2,4
Norte	3,1	2,8	2,2	1,8	1,2	0,7	6,4	4,9	4,0	3,3	2,1	1,1
Alto Minho	2,3	2,4	1,5	1,6	0,7	0,4	3,9	3,9	2,6	2,7	1,2	0,5
Arcos de Valdevez	2,5	4,1	1,9	2,0	1,9	1,4	3,0	1,4	0,6	3,8	0,6	0,0
Caminha	3,2	3,2	2,5	1,6	0,9	0,0	7,0	2,7	3,8	2,2	1,6	0,4
Melgaço	1,5	7,1	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	1,8	2,9	3,7	0,0	0,0
Monção	2,7	2,3	1,0	1,2	0,2	0,5	3,4	3,6	3,2	1,1	0,7	0,0
Paredes de Coura	3,5	3,3	5,2	2,9	0,8	0,8	1,8	7,7	3,8	5,2	1,9	0,6
Ponte da Barca	1,3	3,5	0,0	0,9	0,3	0,0	1,9	3,9	1,4	1,0	0,6	0,0
Ponte de Lima	1,5	1,4	1,1	0,7	0,3	0,3	4,4	3,4	0,9	1,3	0,3	0,0
Valença	5,2	3,9	4,4	6,1	2,8	1,6	9,8	6,8	9,6	9,6	4,9	3,1
Viana do Castelo	2,0	1,8	0,9	1,2	0,3	0,2	3,6	4,5	2,7	2,5	1,3	0,7
Vila Nova de Cerqueira	3,4	0,9	1,8	2,6	2,5	1,1	1,9	1,5	3,1	3,4	0,5	0,0

Fonte: DGEEC/MEd – MCTES

Ao decréscimo significativo da retenção e desistência no secundário (cursos CH) no ano letivo 2019-2020 não será com certeza alheia a circunstância e contexto pandémico, sendo de registar que o decréscimo é uma realidade consistente desde 2010/11 a nível nacional e, também, no Norte, verificando-se no Alto Minho um comportamento semelhante, apenas registando um ligeiro acréscimo no ano letivo de 2015/16.

Gráfico 21 – Taxa de retenção e desistência no ensino secundário*, 2010-11/ 2019-20, Continente, Norte e Alto Minho (%)

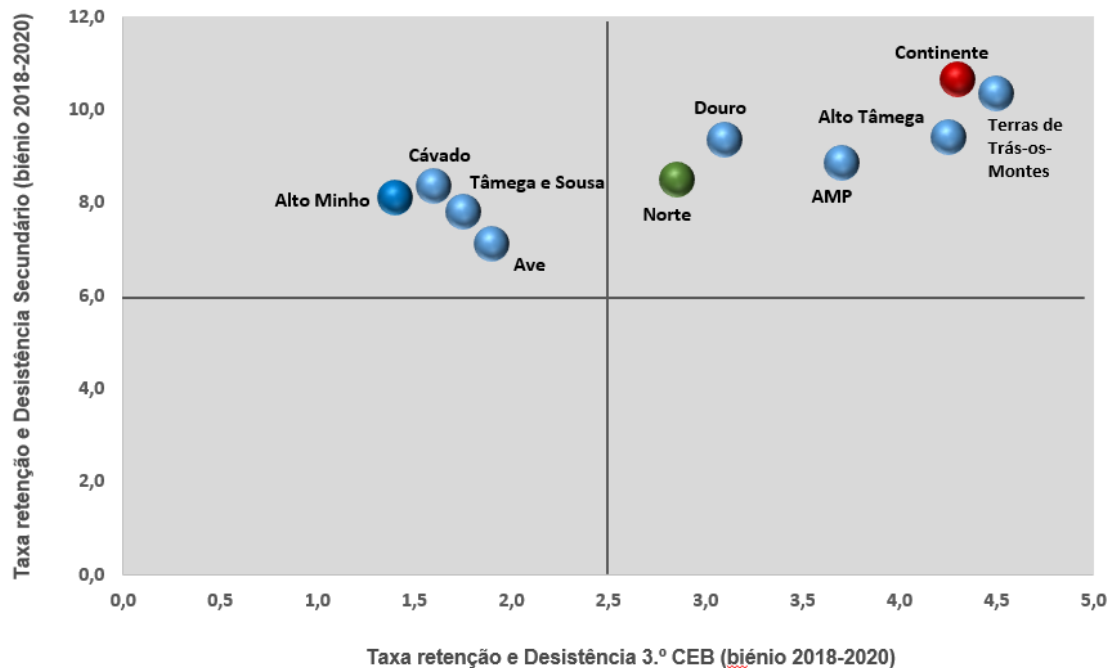


* Cursos Científico-Humanísticos, Tecnológicos e Profissionais

Fonte: DGEEC/Med – MCTES

As taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico (CEB) e no ensino secundário, por Comunidades Intermunicipais, no biénio 2018/20 apontam para uma posição mais favorável da CIM do Alto Minho no 3.º CEB face às restantes CIM da Região Norte, isto é, uma taxa mais baixa por comparação com o conjunto dos territórios. Todavia, no ensino secundário situam-se ligeiramente acima da CIM do Tâmega e Sousa e da CIM do Ave e abaixo da Área Metropolitana do Porto (AMP), da Região do Norte e do Continente.

Gráfico 22 - Taxas de retenção e desistência no 3º ciclo EB e no secundário, por CIM da Região do Alto Minho, Biénio 2018-2020 (%)



Fonte: DGEEC/Med – MCTES

Os concelhos da Região do Alto Minho que apresentam taxas mais elevadas de retenção e desistência para este ciclo de ensino, no ano letivo de 2019/20, são: Viana do Castelo (9,7%), Arcos de Valdevez (8,2%) e Ponte da Barca (7,7%), superiores ao conjunto da Região Alto Minho. **Paredes de Coura** apresenta a taxa mais baixa da Região do Alto Minho, apenas 2,4% em 2019/20, uma redução bastante significativa face aos 13,5% que apresentava em 2014/15.

Tabela 7- Evolução de retenção e desistência no 3.º CEB e Secundário, Alto Minho, por concelho, 2015-2020 (%)

	3.º CEB						Secundário (C. científico-humanísticos, tecnológicos e profissionais)					
	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Continente	12,1	9,8	8,4	7,6	5,6	3,0	16,4	15,5	14,9	13,6	12,9	8,4
Norte	10,9	8,9	6,9	5,9	4,0	1,7	14,0	13,3	12,3	11,0	10,5	6,5
Alto Minho	6,2	5,5	4,9	3,2	2,1	0,7	11,9	12,3	10,9	9,4	8,8	7,4
Arcos de Valdevez	8,5	6,9	6,6	8,1	2,0	0,0	11,2	15,5	11,7	15,0	12,6	8,2
Caminha	1,7	4,7	4,0	4,2	2,9	0,3	15,7	12,2	13,1	11,5	8,6	4,8
Melgaço	2,7	4,0	0,0	2,9	2,0	1,4	19,0	17,0	17,1	18,6	6,3	4,6
Monção	7,0	5,0	1,8	1,0	1,1	0,0	14,6	13,3	14,8	7,7	8,3	4,7
Paredes de Coura	6,5	2,1	3,4	0,9	1,4	0,4	13,5	9,7	8,8	6,8	5,2	2,4
Ponte da Barca	3,8	2,1	1,1	0,3	0,6	0,3	9,9	11,1	11,1	10,1	6,7	7,7
Ponte de Lima	6,4	4,8	2,0	1,8	0,9	0,3	11,0	11,3	9,8	8,0	6,5	5,8
Valença	9,5	10,3	11,0	8,2	6,9	1,2	15,4	12,3	9,7	11,4	14,0	6,9
Viana do Castelo	6,6	5,9	6,5	3,2	2,4	1,2	10,5	11,5	9,8	8,0	9,4	9,7
Vila Nova de Cerveira	5,2	6,9	7,0	3,5	1,6	0,4	15,4	17,1	14,8	10,9	10,5	3,1

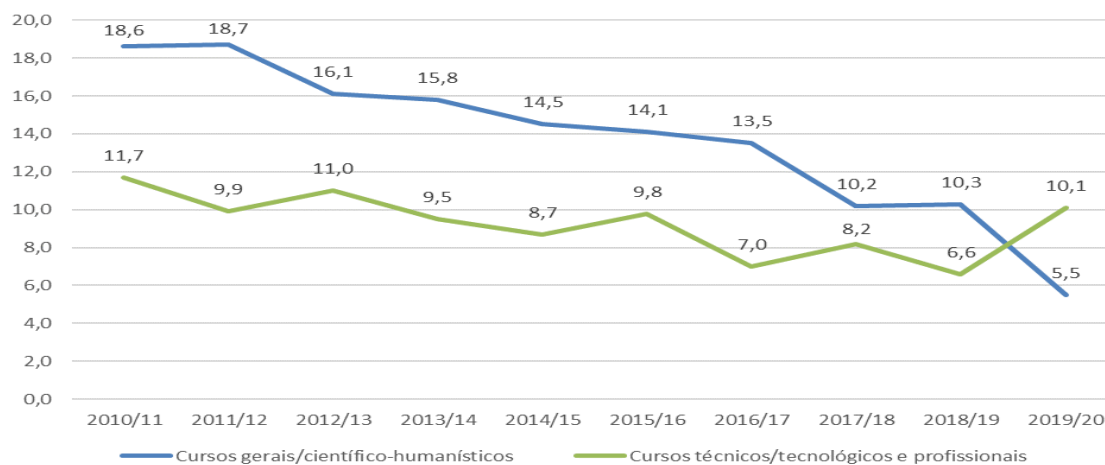
Fonte: DGEEC/Med – MCTES

Se analisarmos a taxa de retenção e desistência no secundário por modalidade no ano letivo 2019/20, no Alto Minho, verifica-se que:

- Um comportamento relativamente mais irregular da taxa de retenção e desistência nos cursos profissionais, quando comparada com a modalidade “cursos CH”;

- Taxas de retenção e desistência mais baixas nos cursos profissionais ao longo do período considerado, com exceção do ano letivo 2019-2020 em que se registou um crescimento significativo da retenção e desistência na modalidade “cursos profissionais” e um decréscimo, também significativo, da retenção e desistência na modalidade “cursos CH”

Gráfico 23 – Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, por modalidade de ensino, 2010-11/ 2019-20, Alto Minho (%)



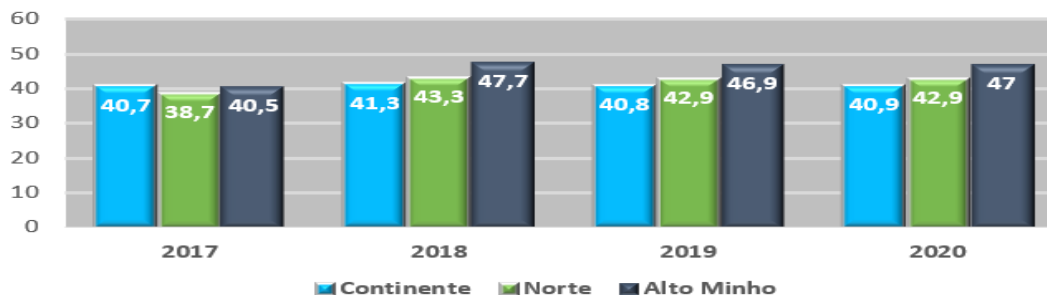
Fonte: DGEEC/Med – MCTES

Participação dos jovens em percursos de dupla certificação de nível secundário

Em resultado do comportamento demográfico, o número de alunos jovens no nível secundário tem revelado uma tendência de decréscimo. Esta situação coloca, por si só, desafios importantes à organização e gestão da rede educativa. A resposta a estes desafios requer atenção às metas e orientações de política educativa e, também, o conhecimento e o acompanhamento da procura social, considerando a existência de diferentes modalidades para a frequência e conclusão do nível secundário de educação.

A importância da qualificação profissional dos jovens com vista à empregabilidade ou ao prosseguimento de estudos para níveis superiores tem vindo a ganhar expressão. Desde 2017-2018, a taxa de participação dos jovens em vias profissionalizantes de nível secundário no Alto Minho tem-se mantido estável e com tendência de crescimento e em níveis superiores aos da Região do Norte e do Continente.

Gráfico 24 – Taxa de participação em vias profissionalizantes* de alunos matriculados no ensino secundário em vias orientadas para jovens, no Continente, no Norte e no Alto Minho, 2016/ 2017 a 2019/2020 (%)



(*) cursos de aprendizagem, cursos profissionais, cursos de educação e formação de jovens (CEF) e cursos tecnológicos

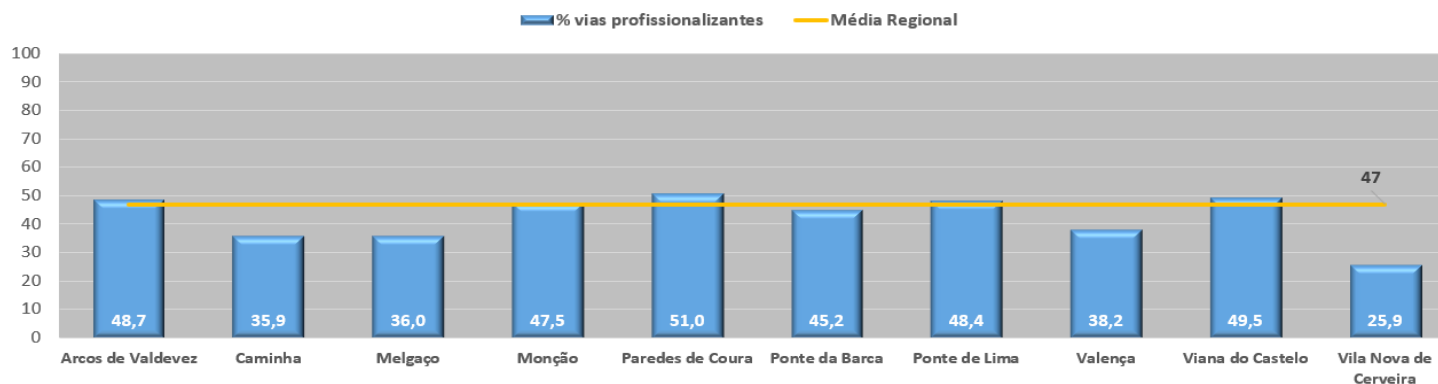
Fonte: PORDATA; DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar

No ano letivo 2019-2020, de um total de 8295 alunos que frequentavam o ensino secundário no Alto Minho (fonte: DGEEC/ME-MCTES), 47% faziam-no num percurso de dupla certificação. Se considerarmos que nestes dados da DGEEC não

parecem estar incluídos os alunos que frequentam cursos de nível 4 na Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo, concluímos que o número de alunos em vias de dupla certificação será ainda superior³.

Todos os concelhos do Alto Minho têm oferta formativa de dupla certificação de nível secundário. Contudo, a importância e o peso relativo das modalidades de dupla certificação nos percursos de secundário, sendo transversais aos diferentes concelhos, assumem significado diferente em cada um deles. Paredes de Coura destaca-se com uma taxa de participação em vias profissionalizantes de 51%, significativamente acima da média regional e nacional. Identificam-se ainda outros 4 concelhos com uma percentagem de opções pelas vias de dupla certificação acima do valor do Alto Minho: Viana do Castelo (49,5%), Arcos de Valdevez (48,7%), Ponte de Lima (48,4%) e Monção (47,5%).

Gráfico 25 – Taxa de alunos a frequentarem vias profissionalizantes, nível secundário, Alto Minho, por município, 2019/20



Fonte: DGEEC

³ Consultada a fonte de informação dos alunos matriculados por modalidades orientadas para jovens no nível secundário de educação, concluímos que os cursos das tutelas setoriais (ex: Turismo de Portugal) não estão incluídos. De qualquer forma, e mesmo que o estivessem a % de alunos matriculados em modalidades de dupla certificação seria idêntica, uma vez que aumentaria quer o denominador quer o numerador. A variação estaria no número absoluto de alunos.

A expressão das modalidades de dupla certificação deve ser entendida à luz da presença, no Alto Minho, de uma rede significativa de operadores da rede do Ministério da Educação, sobretudo uma rede significativa de Escolas Profissionais, da presença de uma Escola de Turismo e Hotelaria e da oferta do sistema de aprendizagem.

Os cursos profissionais têm constituído, e constituem, no âmbito das modalidades de dupla certificação de nível secundário, uma via privilegiada pelos jovens. Por este motivo, e também porque este diagnóstico regional tem como objeto específico a rede de cursos profissionais no sentido de apoiar a sua valorização e qualidade e suportar planeamento e concertação da rede, se desenvolve uma análise focada na rede de cursos profissionais no capítulo 3.

2.4. A estratégia regional

A Estratégia Regional Norte 2030⁴, o principal pilar da política de coesão e desenvolvimento regional para o Norte nesta década, aposta na valorização dos objetivos estratégicos e transversais orientadores da Estratégia Regional de Especialização Inteligente e Sistema Regional de Inovação, nomeadamente:

- A continuação do esforço de intensificação tecnológica da base produtiva regional, quer na produção de tecnologias, na produção de bens finais ou produção de conhecimento e serviços nas áreas das engenharias.
- A valorização de ativos e recursos intensivos em território e suscetíveis de produção de bens e serviços comercializáveis em mercado alargado.
- A melhoria do posicionamento competitivo regional à escala global.

⁴ <https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/2021/CCDRN%202030-compactado.pdf>

O Alto Minho 2030 apoia-se fundamentalmente na visão de: “(...) *uma região competitiva, que cria emprego e gera riqueza; atrativa para viver, visitar e investir; conectada, ligada à Europa e ao mundo; e resiliente, capaz de se adaptar à mudança*”. Esta visão articula-se com as seguintes 4 linhas estratégicas de intervenção e com as agendas temáticas do Portugal 2030:

- **As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade** (*Promoção da cultura inclusiva do Alto Minho.; Promoção da resiliência por via da competitividade, através do incentivo à flexibilidade e à capacidade para mudar os indivíduos e organizações; Promoção das condições de excelência/qualidade no ensino básico e secundário do Alto Minho, assegurando uma estreita articulação do sistema de ensino com os centros de produção e difusão de conhecimento, ancorado na empregabilidade, tendo em vista a redução das taxas de saída precoce dos sistemas de educação e formação; Valorização do desenvolvimento de territórios predominantemente rurais e/ou de zonas de baixa densidade*).
- **Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento** (*Operacionalização de um sistema de inovação através do reforço da integração das empresas, das entidades do sistema científico e tecnológico do Alto Minho e dos recursos valorizados no território; do desenvolvimento da especialização do Alto Minho **nos clusters automóvel, logístico, naval, mecânica / metalomecânica, ou das energias marinhas**; Qualificação, internacionalização e melhoria do acolhimento dos serviços coletivos de ensino superior do Alto Minho, bem como a dinamização de redes como meio de inovação pragmática; Desenvolvimento das infraestruturas digitais para promover o estabelecimento de plataformas colaborativas para a internacionalização e criar “corredores” de conectividade partilhados que possam adquirir uma dimensão crítica (rede móvel, fibra ótica e 5G), garantindo, simultaneamente, o acesso da população a infraestruturas e serviços, e promovendo, por esta via, uma maior coesão territorial; Promoção do acesso ao conhecimento e avanço tecnológico com o objetivo de permitir que administração pública acompanhe o processo de transformação digital, reforçando a digitalização dos modelos de serviços, utilização da ciência dos dados e das tecnologias emergentes*).
- **Transição climática e sustentabilidade dos recursos** (*Promoção dos **recursos endógenos das fileiras florestal, agroalimentar, economia do mar e energias renováveis** através da incorporação de valor acrescentado numa visão moderna dos recursos endógenos e mobilização da identidade territorial como meio diferenciador; Promoção da*

sustentabilidade energética do Alto Minho, através de atividades que desenvolvam produtos que respeitem os requisitos inerentes à sustentabilidade ambiental).

- **Um território competitivo externamente e coeso internamente** (ex. Promoção da conectividade do Alto Minho ao mercado económico transfronteiriço e europeu; Promoção da cooperação territorial para a captação de investimento estrangeiro e potenciação das dinâmicas regionais de internacionalização; Afirmação do Alto Minho como um **destino de excelência turística, através da organização, valorização e promoção do turismo de Paisagem, da náutica de recreio, do património, arte e cultura, da eno-gastronomia**, da valorização dos eventos âncora de promoção dos seus principais recursos endógenos e da certificação dos principais serviços e recursos turísticos; Desenvolvimento de um plano de marketing territorial, que tenha em vista a promoção da atratividade global do território e a valorização da imagem criativa e territorial integrada das zonas urbanas, dos territórios periurbanos e de baixa densidade do Alto Minho; Desenvolvimento de uma estratégia integrada de valorização de territórios de vida quotidiana do Alto Minho, envolvendo a valorização territorial das zonas urbanas, dos espaços periurbanos e das zonas de baixa densidade do Alto Minho, contribuindo assim para a fixação de pessoas e para uma maior atratividade do Alto Minho).

As principais linhas de ação são indissociáveis do reforço da qualificação da população ativa e desempregada, procurando ajustar as competências às necessidades e procura estrutural e das empresas, e da melhoria da qualidade e da pertinência das aprendizagens e das competências adquiridas.

No que respeita ao impacto que pode ocorrer sobre o sistema de produção de qualificações intermédias, evidencia-se a aposta nos clusters automóvel, logístico, naval, mecânica / metalomecânica, turismo e natureza e da economia do mar e, ainda, o lugar central atribuído às fileiras florestais, ao agroalimentar, às energias renováveis.

3. A oferta de qualificações intermédias na região do Alto Minho

Este capítulo centra-se, fundamentalmente, na **análise da rede de cursos profissionais** que constitui uma das modalidades de dupla certificação de nível secundário consagradas no sistema educativo e que constitui o objeto central do diagnóstico regional. Contudo, e com o objetivo de disponibilizar uma visão global, necessária à valorização e à qualidade das modalidades de dupla certificação no Alto Minho, apresentam-se também os seguintes elementos:

- Informação relativa à oferta do sistema de aprendizagem que importa considerar numa perspetiva de organização da rede, da cooperação de recursos e das condições para alargar o leque de ofertas e promover escolhas mais informadas por parte dos jovens.
- Alguns dados sobre a oferta de Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), que importa considerar numa dupla aceção: a oportunidade de educação que representam para um número ainda significativo de jovens; e a complementaridade que deve ser assegurada com os percursos de dupla certificação de nível secundário.

3.1. Caraterização geral

Em termos de caracterização geral da rede de ofertas de dupla certificação no Alto Minho, partilhamos algumas reflexões e constatações:

- A importância das modalidades de dupla certificação nas opções dos alunos que se matriculam no ensino secundário: **47% do total de alunos matriculados no ensino secundário no ano letivo 2019-2020 (3.899 alunos)**, ou seja, pouco menos de metade dos alunos que no ano letivo 2020-2021 ingressaram no nível secundário de educação em escolas do Alto Minho matricularam-se numa modalidade de dupla certificação.

- A presença, na região, de diferentes operadores – Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Escola de Hotelaria e Turismo, IIEFP - e de operadores com áreas de oferta especializadas, sinalizando-se o valor acrescentado que pode resultar, para a formação dos jovens, para a consolidação de ofertas necessárias e, conseqüentemente, para a valorização dos empregos e do território.
- A **centralidade dos cursos profissionais** como opção de percurso educativo para um número significativo de alunos da região do Alto Minho que optam pela dupla certificação, situação que em boa parte se associa à organização da rede escolar e ao facto dos cursos profissionais serem uma oferta significativa em vários municípios. **Os cursos profissionais representavam, em 2019-2020, 78,4% (3.056 alunos) do total dos 3.899 alunos matriculados em cursos de dupla certificação⁵ e 36,8% do total de alunos matriculados no ensino secundário na região do Alto Minho.**

Tabela 8- Alunos matriculados no ensino secundário, por oferta de educação e formação⁶, no Alto Minho, em 2019/20

Oferta de educação e formação	2019/20	
	N	%
Cursos científico-humanísticos	4.396	53,0
Cursos profissionais	3.056	36,8
Cursos de aprendizagem	843	10,2
Cursos de educação e formação	-	
Cursos vocacionais	-	
Total	8.295	100

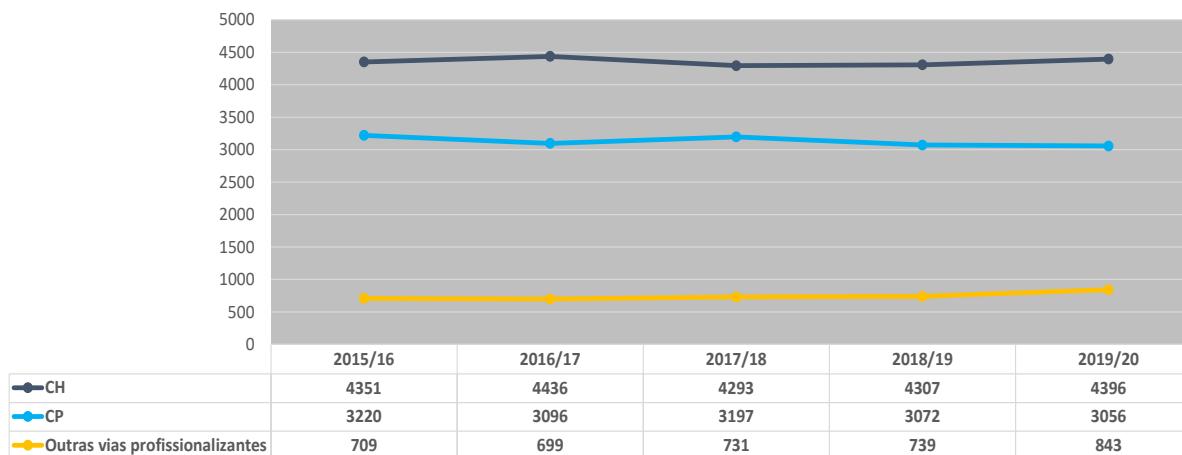
Fonte: DGEEC - Regiões em Números
(nota: não inclui os cursos da EHT Viana do Castelo)

⁵ Nota: não estão incluídos os alunos matriculados na Escola de HT de Viana do Castelo, pois esta fonte de informação não os contempla.

⁶ Idem nota anterior

- Contudo, e relativamente ao número total de alunos matriculados nos cursos profissionais, verificamos que diminuiu entre os anos letivos 2015-2016 e 2019-2020, ao contrário do que sucedeu com os cursos científico-humanísticos. Apesar de muito significativa, a opção pelos cursos profissionais e sua conclusão, apresenta ainda uma margem de progressão relevante no Alto Minho e, globalmente, no país.

Gráfico 26 – Evolução do n.º de alunos matriculados no ensino secundário, por oferta de educação, no Alto Minho (2010/11 a 2019/20)



Fonte: DGEEC

- No que respeita ao sistema de aprendizagem, e de acordo com informação disponibilizada pelo IEFP (Portal da Oferta Formativa) relativa a cursos iniciados em 2020 e 2021, identifica-se uma oferta centrada num conjunto relativamente reduzido de AEF, significativas do ponto de vista da resposta a necessidades regionais e à procura social, nomeadamente: AEF 341 – Comércio; AEF 345 – Gestão; AEF 521 – Metalurgia e metalomecânica; AEF 522 – Eletricidade e Energia; AEF 525 – Construção e reparação de veículos a motor; AEF 815 – Cuidados de beleza. São,

no seu conjunto, e de acordo com a informação disponibilizada, 27 turmas, num total de 590 alunos em cursos operados pelo CEF de Viana do Castelo, CENFIM - núcleo dos Arcos de Valdevez e pela *Switch On* - Academia de Formação, Unipessoal Lda.

Esta oferta do sistema de aprendizagem que, na sua maioria, reforça oferta existente na rede do Ministério da Educação, apresenta, contudo, **elementos de diferenciação**, face à rede de cursos profissionais aberta em 2021-2022, que importa considerar na medida em que corresponde a necessidades identificadas e ofertas complementares face à rede ME: **cursos de Técnico de Redes Elétricas e de Técnico de Logística**.

- Relativamente aos **Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)**, que constituem uma modalidade a planear e concertar regionalmente entre escolas, CIM e DGEstE, o número de alunos matriculados tem vindo a diminuir gradualmente. Em 2016/17 estavam matriculados nos CEF de jovens no Alto Minho 61 alunos e em 2019/20 estavam matriculados 28 alunos.

As áreas de educação e formação nas quais, nos anos recentes, se inserem os cursos CEF, asseguram, globalmente, uma coerência com a rede de ofertas de dupla certificação, possibilitando o prosseguimento de estudos aos alunos. Numa perspetiva de valorização e diversificação de percursos, importa considerar e monitorizar a importância que a rede de oferta de CEF tem, e pode ter, na mobilização de alunos para a educação-formação e assegurar a coerência com as ofertas de nível 4.

Um dos percursos formativos de continuidade entre os diferentes ciclos de estudos que permitem a continuidade para o Nível 4 de qualificação inclui a oferta de Cursos de Educação e Formação de Jovens, CEF de Nível 2 de qualificação. No último ano letivo de 2021/22, estes cursos foram homologados para 6 turmas nos 5 cursos a seguir apresentados. No ano letivo de 2021/22 estiveram em funcionamento 3 cursos em 3 concelhos: **Empregado/a de Restaurante/Bar** em Caminha; **Operador/a de Informática** em Ponte de Lima e **Operador/a de Jardinagem** em Monção, num total das 3 turmas com 31 alunos inscritos nos CEF de Tipo 2 e 3. **De acordo com a informação disponibilizada no SIGO do Ministério da Educação o número de turmas CEF tem vindo a diminuir gradualmente desde 2018/19 como se pode observar na tabela seguinte.**

Tabela 9- Número de turmas dos CEF 1.º ano, por concelho, de 2018/19 a 2021/22

Cursos CEF	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Arcos de Valdevez				
Operador/a de Informática	1			
Caminha				
Empregado/a de Restaurante/Bar			1	1
Monção				
Operador/a de Informática	2	2		1
Ponte de Lima				
Empregado/a de Restaurante/Bar	1	1	1	
Operador/a de Jardinagem	1	1	1	1
Valença				
Bombeiro/a - N2	1			
Eletricista de Instalações		1		
Viana do Castelo				
Assistente Administrativo/a	1			
Operador/a de Eletrónica/Computadores	2			
Operador/a de Fotografia		1		
Operador/a de Informática			1	
Total	9	7	4	3

Fonte: SIGO

3.2. A rede de cursos profissionais e seus elementos de evolução

Para análise da **rede de cursos profissionais**, consideramos a informação relativa à sua evolução nos últimos quatro anos letivos e, mais especificamente, a informação sobre cursos e turmas abertos em 2021-2022, constante no Sistema Integrado de Informação e Gestão das Ofertas Educativas e Formativas (SIGO)/ DGEEC. **Tomamos como referência nesta análise as turmas abertas em cada ano, ou seja, o número de turmas e alunos no 1º ano do respetivo ano letivo.**

Numa perspetiva geral, identificamos uma estabilidade do número de AEF, cursos e turmas abertas nas escolas secundárias e escolas profissionais do Alto Minho nos últimos 4 anos. Já relativamente ao número de alunos matriculados no 1.º ano verificamos uma diminuição, o que permite sinalizar, em conjugação com os outros elementos, uma diminuição do número de alunos/ turma.

Tabela 10- Evolução do número de AEF, Cursos, Turmas e Alunos na rede do ME, 1.º ano, 2018/19 a 2021/22, Alto Minho

N.º	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
AEF	22	20	21	21
Cursos	38	39	39	39
Turmas	49	48	49	50
Alunos 1.º ano	1145	1154	1032	1006

Fonte: SIGO, DGEEC

No que respeita à **distribuição territorial** do número de turmas dos cursos profissionais no 1.º ano, dos últimos 4 anos letivos, verifica-se que **Viana do Castelo** é o concelho que concentra maior número de turmas e alunos nos cursos profissionais, a que acrescem os alunos que frequentam os cursos da EHT.

No último ano letivo (2021/22) o concelho de Viana do Castelo abriu, nos 5 estabelecimentos que oferecem cursos profissionais, 18 turmas para 369 alunos. O segundo concelho com mais oferta de turmas nos cursos profissionais é **Ponte de Lima**; no ano letivo 2021/22 abriu 12 turmas para 237 alunos.

Entre 2018-2019 e 2021-2022, o número de turmas diminui em 2 concelhos – Arcos de Valdevez e Monção – e o número de alunos decresceu em todos os concelhos com exceção de Caminha, Paredes de Coura e Valença.

Tabela 11- Nº de turmas e de alunos dos cursos profissionais no 1.º ano nos últimos 4 anos, por concelho

Concelho	Número Turmas				Número Alunos			
	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Arcos de Valdevez	5	5	5	4	136	133	103	97
Caminha	3	3	1,5	4	63	59	30	77
Melgaço	1	1	1	1	23	32	27	16
Monção	5	4	4	3	102	94	86	61
Paredes de Coura	2	2	3	2	41	49	63	42
Ponte da Barca	3	3	3	3	60	68	55	52
Ponte de Lima	11	10	11	12	296	246	233	237
Valença	1	2	2	2	21	54	48	39
Viana do Castelo	17	17	18	18	383	397	379	369
Vila Nova de Cerveira	1	1	0,5	1	20	22	8	16
Total	49	48	49	50	1 145	1 154	1 032	1 006

Fonte: SIGO

Para identificar o perfil geral da rede nos últimos 4 anos utilizamos o indicador “os 10 cursos profissionais com maior número de alunos” no 1º ano de cada ano letivo considerado– cf tabela 12.

O curso de Técnico/a de Desporto assume a primeira posição em dois anos letivos e mantém ao longo dos últimos quatro anos letivos um elevado número de alunos inscritos. O curso de Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores foi o curso profissional que no ano letivo de 2019/20 teve maior número de alunos, mas em 2021/22 já ocupava a 7.º posição, ou seja, apresenta um decréscimo. No ano letivo de 2020/21 o curso de Técnico/a de Multimédia assumiu a primeira posição com um total de 86 alunos inscritos no 1.º ano.

Tabela 12- Os 10 cursos profissionais com maior número de alunos (no 1º ano), Alto Minho, de 2018/19 a 2021/22

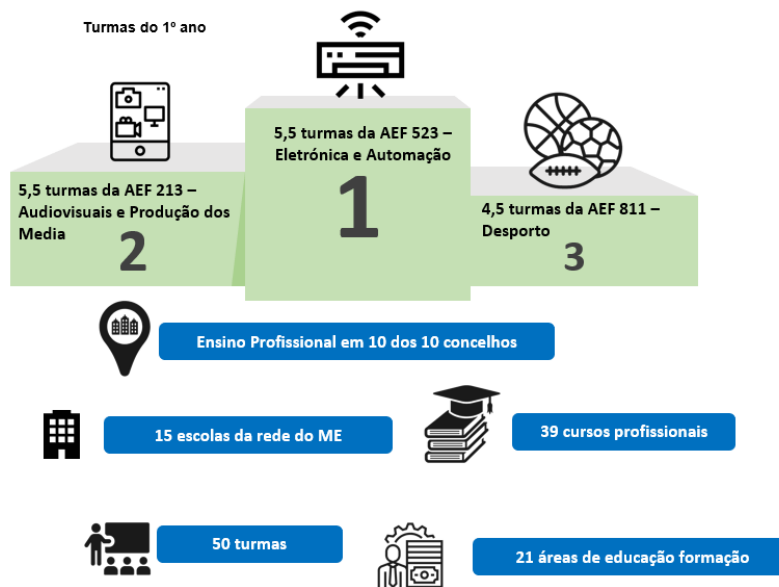
Cursos	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Técnico/a de Desporto	1º (81 alunos)	2º	2º	1º (83 alunos)
Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores	2º	1º (88 alunos)	3º	7º
Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	3º	6º	4º	
Técnico/a de Restaurante/Bar	4º	7º		4º
Técnico/a de Multimédia	5º	4º	1º (86 alunos)	
Técnico/a de Cozinha/Pastelaria	6º	9º		10º (37 alunos)
Técnico/a de Manutenção Industrial - Variante de Eletromecânica	7º	3º	5º	
Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando	8º	8º	10º (33 alunos)	6º
Técnico/a de Instalações Elétricas	9º	10º (40 alunos)		
Técnico/a de Produção Agropecuária	10º (39 alunos)			5º
Técnico/a Auxiliar de Saúde		5º	9º	3º
Técnico/a de Mecatrónica			6º	2º
Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar			7º	
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos			8º	8º
Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital				9º

Fonte: SIGO

Centremo-nos agora no ano letivo de 2021-2022

A oferta formativa de cursos profissionais, em 2021/22, no 1.º ano, está presente em todos os concelhos do Alto Minho e traduz-se em 50 turmas de 39 cursos profissionais diferentes, enquadrados em 21 Áreas de Educação e Formação (AEF) e oferecidos por 15 escolas, públicas e privadas, da rede do Ministério da Educação: 5 escolas secundárias, 5 escolas básicas e secundárias (EBS), 5 escolas profissionais (1 pública e 4 privadas), a funcionarem em 20 estabelecimentos. Recordamos

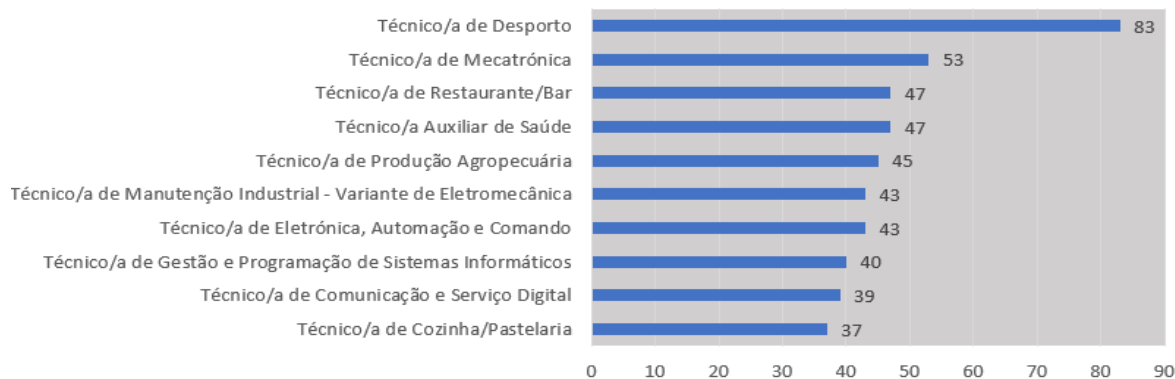
que a esta rede de cursos profissionais, acresce a oferta de dupla certificação de nível secundário presente no sistema de aprendizagem e na Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo.



Fonte: Construção própria

As AEF com um número mais elevado de turmas no 1º ano de 2021-2022 são: **Eletrónica e Automação**, **Audiovisuais e Produção dos Media** (ambos com 5,5 turmas) e de **Desporto** (com 4,5 turmas). **Viana do Castelo**, seguido de **Ponte de Lima** e **Arcos de Valdevez**, são os concelhos que apresentam maior diversidade de AEF oferecidas/ abertas em 2021-2022.

Gráfico 29 – Os 10 cursos profissionais (1.º ano) com maior número de alunos, Alto Minho, em 2021/22



Fonte: SIGO

Da conjugação da análise dos dados relativos ao período 2018-2021 e da reflexão sobre informação sobre a rede recolhida no percurso de elaboração deste diagnóstico, **os seguintes aspetos merecem particular destaque e reflexão:**

- Apesar do decréscimo do número de alunos, que reflete o comportamento da **demografia escolar**, o Alto Minho tem revelado alguma persistência/ resistência na abertura de turmas, respondendo à procura social e às necessidades do território e dos empregadores. Nos últimos 4 anos letivos o número de turmas mantém-se estável (entre as 48 e 50 turmas), apesar da diminuição do número de alunos.
- **Existe oferta de cursos profissionais em todos os concelhos do Alto Minho e o Desporto tem assumido um peso relevante na rede**, nomeadamente em termos do número de alunos. A rede é diversificada e assegura respostas importantes a necessidades e procuras de empregadores e da economia, em geral, identificando-se um conjunto de práticas interessantes e ofertas diferenciadas. Paralelamente, a rede de cursos profissionais traduz ainda a existência de um espaço importante de progressão ao nível da sua coerência territorial, reforço e especialização em áreas centrais

do ponto de vista da resposta a necessidades e à procura estrutural. As estratégias, as lideranças e o perfil das escolas, a dotação de recursos (técnicos, materiais e humanos), a relação com o tecido empregador e as características e dinâmicas da procura social serão, com certeza, fatores que, entre outros, explicam o histórico e o potencial de evolução da rede.

- No que respeita à **coerência territorial**, e numa lógica de rentabilização e cooperação de recursos, escassos, importa refletir, por exemplo, sobre o peso dos cursos na área da Hotelaria e Restauração em territórios próximos de Viana do Castelo onde se localiza uma Escola de Hotelaria e Turismo. Importa ponderar esta questão à luz de investimentos realizados pelas escolas, do potencial de diversificação e complementaridade de ofertas entre as escolas, e ainda que na mesma AEF, e, também, à luz da rede de transportes e mobilidade dos alunos. A mesma reflexão se afigura importante em áreas de qualificação particularmente exigentes na especialização e inovação de recursos.
- Com base na **informação disponibilizada sobre a rede homologada e em funcionamento nos últimos 4 anos letivos (2018-2019 a 2021-2022)**, um aspeto interessante a destacar, comum a várias outras regiões, é a regularidade de um número superior de turmas propostas, e homologadas, face às turmas em funcionamento. Sendo comum, e compreensível, a estratégia de diversificar propostas para captar procura, não deixa de ser interessante refletir sobre as áreas e os cursos em que tal acontece; nomeadamente num contexto em que a diversificação da rede é significativa.
- Considerando o perfil do tecido empregador e as dinâmicas de atividade económica e perfil produtivo, identificam-se **qualificações intermédias muito relevantes e significativas** (exs: eletrónica, automação, manutenção industrial, mecatrónica, ciências informáticas, design de equipamentos, produção automóvel), domínios mais a descoberto (exs: agricultura, transformação alimentar, análise laboratorial, recursos florestais, apoio social e a idosos, transportes, animação em turismo) e nichos interessantes de oferta (exs: instrumentistas, auxiliar de farmácia e produção aeronáutica). Assim, e apesar da margem de progressão em termos da diferenciação da rede, identifica-se inovação recente na oferta: 6 cursos que abriram no 1º ano de 2020-21 ou 2021-22 e que, de acordo com histórico (a partir de 2018/19) não tinham oferta na região: **Técnico/a de logística; Técnico/a de Serviços Jurídicos; Técnico/a de Produção Aeronáutica – Qualidade e Controlo Industrial; Técnico/a de Eletrotecnia; Técnico/a Auxiliar de Farmácia; Cabeleireiro/a**. A inovação e diferenciação da oferta, que se associam, entre outros, ao aumento do conhecimento das

necessidades e da capacidade de construção de respostas, é um caminho que importa cuidar, consolidar e monitorizar, a par da ponderação da constituição de centros de especialização da oferta, da avaliação e reforço da capacidade instalada, da formação continuada de professores e formadores, da coerência da rede de transportes e do reforço da mobilidade interconcelhia.

- Na rede de cursos estão também presentes ofertas atrativas do ponto de vista da procura social. Algumas são relevantes, quer do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho quer do ponto de vista do prosseguimento de estudos (exs: audiovisuais e multimédia, comunicação e serviço digital, saúde, informática), e outras exigem maior ponderação no volume e regularidade de abertura de turmas, como é o caso do desporto.
- Por fim, importa ter presente que em 2021 (no final do ano letivo 2020-2021) saíram, para o mercado de trabalho ou para o prosseguimento de estudos, alunos de 38 cursos profissionais (cursos abertos no 1º ano em 2018-2019), com nível 4 de qualificação. É fundamental conhecer os percursos destes jovens para enriquecer e consolidar o planeamento da rede, identificar novas oportunidades de formação, reforçar ofertas e aumentar o conhecimento da procura social, das expectativas dos jovens e das necessidades e procura dos empregadores. Sem conhecer os percursos dos jovens que concluem as modalidades de dupla certificação, de forma sistemática e numa visão regional, faltarão informação fundamental para um planeamento da rede regional que se pretende inovador e rigoroso em tempos de crescente incerteza.

3.3. Percursos formativos para o ensino superior

O presente capítulo procura identificar no território as diferentes possibilidades de prosseguimento de estudos para os estudantes titulares de qualificações intermédias, com o objetivo de apoiar um planeamento da rede de ofertas de qualificação mais informado, que oriente à tomada de decisão na definição da rede de educação e formação. Neste sentido, para além da análise dos CTeSP é incontornável a análise da recente abertura de um concurso especial para o ingresso no

ensino superior de estudantes titulares dos cursos de dupla certificação e cursos artísticos especializados, de carácter voluntário para as Instituições do Ensino Superior.

O capítulo está organizado em dois pontos principais. No primeiro caracteriza-se a oferta dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) ministrados no Instituto Politécnico de Viana de Castelo (IPVC). No segundo ponto, caracterizam-se as vagas disponibilizadas no concurso especial de ingresso no ensino superior, nas Licenciaturas de 1.º ciclo, no mesmo Instituto Politécnico. A análise assentou na consulta de informação de fontes oficiais: na DGES e no Portal do InfoCursos da Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) – que apresenta um conjunto de dados estatísticos sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), os seus cursos e outros indicadores fundamentais para esta análise – e nos sítios da internet das próprias Instituições de Ensino Superior, designadamente a legislação que enquadra os critérios e estabelece as condições de acesso.

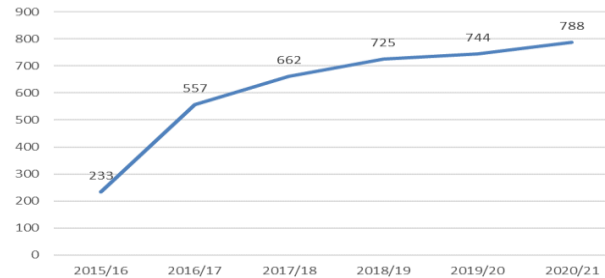
Cursos Tesp

Os CTeSP não conferem grau académico e a conclusão, com aproveitamento do respetivo ciclo de estudos, atribui o diploma de técnico superior profissional. Este ciclo de estudos é ministrado no ensino politécnico, tem 120 créditos e a sua duração é de quatro semestres (constituídos em unidades curriculares organizadas em componentes de formação geral e científica, formação técnica e formação em contexto de trabalho, que se concretiza através de um estágio).

A análise da oferta dos CTeSP permite identificar os cursos que registaram maior número de inscritos, segundo os dados mais recentes disponibilizados pela DGEEC a partir do inquérito RAIDES⁷. A evolução do número de alunos inscritos nos CTeSP, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) desde o seu arranque no ano letivo de 2015/16, até ao ano letivo de 2020/21 foi sempre de crescimento (de 233 para 788 alunos), à semelhança da evolução verificada no Continente (9.685 novos alunos inscritos pela 1.ª vez num estabelecimento em 2020/21 – Anexo).

⁷ O inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES) é um inquérito anual, de âmbito nacional, dirigido a todos os estabelecimentos do ensino superior, que visa caracterizar o sistema de ensino superior, na vertente de alunos inscritos e diplomados.

Gráfico 30 - Evolução dos alunos inscritos nos CTeSP, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), de 2015/16 a 2020/21



Fonte: DGEEC/ Portal InfoCursos

Segundo os dados da DGEEC, no ano letivo de 2020/21, os 436 alunos inscritos em CTeSP na região do Alto Minho residem nos municípios da região. À exceção de Braga, é residual o número de alunos residentes na região do Alto Minho que opta por prosseguir estudos nos CTeSP noutras regiões, como por exemplo, nos Institutos Politécnicos de Bragança ou da região do Porto.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) oferece cursos CTeSP nas suas seis escolas politécnicas que se encontram distribuídas pelo distrito, de forma a servir e satisfazer as necessidades da região em termos de cursos profissionalizantes: Escola Superior de Educação (Viana do Castelo); Escola Superior Agrária (Ponte de Lima); Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Viana do Castelo); Escola Superior de Saúde (Viana do Castelo); Escola Superior de Ciências Empresariais (Valença); Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço). Dois cursos iniciais saíram da oferta formativa: Mecanização e Automação Agrícola e Eficiência Energética nos Edifícios. No entanto, outros cursos abriram, como por exemplo, o mais recente curso de **Ilustração e Produção Gráfica** que começou em 2019/20 com 20 alunos e aumentou no ano letivo seguinte para 28 alunos inscritos. Outros dois cursos recentes que abriram no ano letivo de 2020/21 e que fazem parte da oferta são: **Serviços Educativos e Património Local** e na área do Desporto o curso de **Trabalhos em Altura e Acesso por Cordas**.

Se se observar a tabela seguinte verifica-se que desde o ano letivo de 2015/16 até 2020/21, já estiveram em funcionamento 25 AEF e 33 cursos diferentes. Verifica-se ainda que há cursos que continuam a manter um elevado número de alunos inscritos, por exemplo: Cuidados Veterinários, Desenvolvimento Web e Multimédia e Sistemas Eletrónicos e Computadores. Ou seja, em três áreas de educação e formação: **Ciências Veterinárias**, **Ciências Informáticas** e na **Eletrónica e Automação**.

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pela DGEEC, no ano letivo de 2020/21, os CTeSP que registavam mais alunos inscritos eram: **Desenvolvimento Web e Multimédia** (60) ministrado Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Viana do Castelo), **Cuidados Veterinários** da Escola Superior Agrária (Ponte de Lima) e **Treino Desportivo** da Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço, ambos com 57 alunos.

No presente ano letivo (2021/22), abriram no IPVC dois novos CTeSP: Mecânica (em Arcos de Valdevez) e o de Indústria Biotecnológica. Este último pretende formar técnicos para exercer funções de nível intermédio em indústrias de base biotecnológica ou onde a manipulação ou controlo de produtos ou culturas de origem biológica seja realizada. Esta informação foi recolhida a partir do sítio da internet do IPVC e da informação qualitativa recolhida no terreno. **Este curso foi pensado para responder às necessidades da região, mais concretamente à criação de uma unidade de produção de vacinas (empresa farmacêutica espanhola) em Paredes de Coura com abertura prevista para o ano de 2022.** Estão ainda previstos novos cursos no próximo ano letivo: Sistemas Elétricos de Energia e mecânica Automóvel. Regista-se ainda que apesar de haver pouca procura nas áreas mais técnicas, nomeadamente das engenharias, há cursos mais procurados nas áreas do turismo, gestão, informática, desporto e saúde. A área das ciências animais/veterinária também tem uma elevada procura. O setor agrícola já incorpora muita tecnologia e a aposta centra-se na agricultura de precisão que “introduz valor” e diferencia os produtos.

Tabela 13- Inscritos em CTeSP, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, por CNAEF* e Cursos, de 2015/16 a 2020/21

Área CNAEF*	Curso	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Produção Agrícola e Animal	Gestão de Empresas Agrícolas	0	30	43	53	51	45
	Fruticultura, Viticultura e Enologia	0	0	20	33	20	26
	Mecanização e Automação Agrícola	11	9	2	0	0	0
Tecnologia de Protecção do Ambiente	Gestão e Qualidade Ambiental	0	12	9	4	2	0
Turismo e Lazer	Gestão do Turismo em Espaço Rural	0	0	0	0	0	6
Ciências Veterinárias	Cuidados Veterinários	25	53	57	64	51	57
Ciências do Ambiente	Geoinformática e Gestão de Recursos Naturais	0	0	0	0	5	4
Biologia e Bioquímica	Análises e Gestão Laboratorial	0	0	0	0	4	3
Protecção de Pessoas e Bens	Riscos e Protecção Civil	0	0	21	31	15	18
Áudio-Visuais e Produção dos Media	Ilustração e Produção Gráfica	0	0	0	0	20	28
Trabalho Social e Orientação	Intervenção Sociocomunitária e Envelhecimento	0	0	15	27	12	0
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	Intervenção Educativa em Creche	25	43	38	34	44	51
Artes do Espectáculo	Artes e Tecnologia	0	20	37	40	38	28
Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	Serviços Educativos e Património Local	0	0	0	0	0	16
Ciências Informáticas	Redes e Sistemas Informáticos	0	24	18	37	18	10
	Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação	31	53	49	27	41	47
	Desenvolvimento Web e Multimédia	26	43	51	55	62	60
Hotelaria e Restauração	Gestão Hoteleira	0	30	46	46	53	56
Electrónica e Automação	Mecatrónica	20	22	29	45	46	50
	Sistemas Electrónicos e Computadores	26	42	44	47	56	54
Construção Civil e Engenharia Civil	Construção e Reabilitação	0	0	0	11	0	16
Indústrias Alimentares	Qualidade e Segurança Alimentar	25	28	11	19	37	25
	Alimentação e Restauração Coletiva	0	0	10	7	1	0
Metalurgia e Metalomecânica	Manutenção Mecânica	15	41	47	52	49	42
Enquadramento na Organização/Empresa	Gestão da Qualidade	0	0	0	0	0	2
Tecnologia dos Processos Químicos	Processo Industrial	0	0	6	3	0	0
Electricidade e Energia	Eficiência Energética nos Edifícios	13	22	10	1	0	0
Gestão e Administração	Transportes e Logística	16	19	15	11	14	22
	Gestão e Melhoria Contínua nas Empresas	0	0	0	0	0	14
Contabilidade e Fiscalidade	Contabilidade e Gestão para PME	0	16	23	10	12	9
Desporto	Treino Desportivo	0	24	37	45	51	57
	Trabalhos em Altura e Acesso por Cordas	0	0	0	0	0	10
Saúde - programas não classificados noutra área de formação	Termalismo e Bem-Estar	0	26	24	23	42	32
Total		233	557	662	725	744	788

*CNAEF - Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Ensino Superior)

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC

Ensino Superior - Oferta disponível nas Licenciaturas de 1.º ciclo

- As novas regras de acesso

O acesso ao ensino superior, pelos alunos titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados, através de um concurso especial de acesso, foi criado no Decreto-Lei nº11/2020 de 2 de abril. O diploma produziu efeitos a partir da candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2020/21. Esta forma de acesso especial não excluiu os jovens de realizarem os exames nacionais para o Concurso Nacional de Acesso e assim acederem a outros ciclos ou áreas de estudo, à semelhança dos jovens de concluíram o nível secundário em cursos científico-humanísticos.

Em agosto de 2021 foram estabelecidas condições relativas à candidatura dos titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados aos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado integrado. Cada Instituição do Ensino Superior, em cada ano, determina os ciclos de estudos e áreas para os quais deseja abrir vagas para o concurso especial de ingresso, nos termos fixados pela legislação, estabelecendo, nomeadamente, quais as vagas para cada um dos seus pares instituição/curso e os respetivos critérios de seriação e desempate. Os critérios são definidos pela instituição, que pode também fixar prioridades na ocupação de vagas a candidatos portadores de deficiência, emigrantes e familiares que com eles residam e candidatos oriundos da área de influência regional da instituição de ensino superior.

No âmbito deste concurso especial, e através de informação da Direção-Geral de Ensino Superior (DGES) procedemos a uma **breve caracterização da oferta dirigida aos jovens diplomados em cursos de dupla certificação no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).**

Primeiramente acedemos às **condições de acesso e ao número de vagas disponibilizadas pela Instituição para perceber o perfil geral dos candidatos que pretendem atrair para os seus cursos, pois do ponto de vista das condições gerais requeridas, as instituições aceitam para inscrição nas provas os alunos conforme os termos do Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril, isto é, no quadro da sua autonomia. O IPVC definiu uma preferência regional de 50 % aos candidatos naturais e/ou residentes no distrito de Viana do Castelo, em todos os cursos.**

Tabela 14 – Evolução do n.º de vagas no IPVC, por CNAEF* e cursos das licenciaturas de 1.º ciclo, anos letivos 2020/21 e 2021/22

CNAEF	Curso	Vagas (n)	
		2020/21	2021/22
422 - Ciências do Ambiente	Engenharia do Ambiente e Geoinformática	4	4
524 - Tecnologia dos Processos Químicos	Biotecnologia	4	4
621 - Produção Agrícola e Animal	Agronomia	5	5
640 - Ciências Veterinárias	Enfermagem Veterinária	5	5
144 - Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	Educação Básica	7	7
210 - Artes	Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas	5	4
762 - Trabalho Social e Orientação	Educação Social Gerontológica	4	4
214 - Design	Design de Ambientes	4	4
	Design do Produto	4	4
345 - Gestão e Administração	Gestão	4	4
	Gestão (regime noturno)	4	4
481 - Ciências Informáticas	Engenharia de Redes e Sistemas de Computadores	4	4
521 - Metalurgia e Metalomecânica	Engenharia Mecânica	4	4
	Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia	4	4
523 - Electrónica e Automação	Engenharia Informática	4	4
	Engenharia Mecatrónica	4	4
541 - Indústrias Alimentares	Engenharia Alimentar	4	4
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	Engenharia Civil e do Ambiente	4	4
812 - Turismo e Lazer	Turismo	4	4
	Turismo (regime pós-laboral)	4	4
342 - Marketing e Publicidade	Marketing e Comunicação Empresarial	4	4
344 - Contabilidade e Fiscalidade	Contabilidade e Fiscalidade	4	4
345 - Gestão e Administração	Gestão da Distribuição e Logística	4	4
	Organização e Gestão Empresariais	4	4
813 - Desporto	Desporto e Lazer	7	4
Total		109	105

*CNAEF - Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Ensino Superior)

Fonte: DGEES, 2020 e 2021

Da análise da **evolução da oferta de cursos e do número de vagas disponibilizadas pelo IPVC** nos dois últimos anos letivos (2020/21 e 2021/22), constata-se que para este contingente de alunos, a oferta se distribui por **25 cursos** nas licenciaturas de 1.º ciclo, em quatro das cinco Escolas: 3 cursos na Escola Superior de Educação (Viana do Castelo); 4 cursos na Escola Superior Agrária (Ponte de Lima); 13 na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Viana do Castelo) 13 cursos; 4 na Escola Superior de Ciências Empresariais (Valença); 1 na Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço). Em 2021/22 o IPVC reduziu o número de vagas no âmbito deste concurso (- 4 vagas) em relação ao anterior num total de 109 vagas em todas as Escolas. A redução das vagas ocorreu em Desporto e Lazer (-3 vagas) e no curso de Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas (- 1 vaga).

A esmagadora maioria dos cursos disponibiliza a estes candidatos 4 vagas por ano letivo. Nos anos letivos em análise há três cursos que abriram mais vagas que os restantes: **Educação Básica** (7 vagas) na Escola Superior de Educação, **Agronomia** e **Enfermagem Veterinária**, ambos ministrados na Escola Superior Agrária (5 vagas cada um dos cursos).

Com base na informação recolhida e analisada, nos anos letivos de 2020/21 e 2021/22, relativamente à oferta do IPVC para o contingente de **jovens titulares de cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados**, algumas conclusões podem ser retiradas:

- Foram disponibilizadas vagas nas licenciaturas de 1.º ciclo (não abriram vagas para os Mestrados Integrados) em 5 Escolas do IPVC, 109 no ano letivo de 2020/21 e 105 em 2021/22. O IPVC assume uma preferência regional de 50 % aos candidatos naturais e/ou residentes no distrito de Viana do Castelo em todos os cursos disponíveis para estes candidatos.
- Nos anos letivos em análise, o número de cursos manteve-se, mas o número de vagas foi reduzido.
- Os cursos que concentraram mais vagas, nos dois anos letivos, para os jovens dos cursos de dupla certificação foram: **Educação Básica**, **Agronomia** e **Enfermagem Veterinária**.

Por fim, destaca-se que o mapeamento da oferta do ensino superior assume relevância, na medida em que permite reunir elementos que contribuem para um planeamento mais informado da rede de oferta formativa na região, valorizando, na visão e gestão da rede, a via do prosseguimento de estudos pós-secundários. Neste contexto, importa ter presente que a taxa de escolarização do ensino superior na região do Alto Minho se situa nos 25,2%, ou seja, 10,9 p.p. abaixo da região Norte que apresenta 36.1%.

3.4. Visões e perspetivas do sistema de atores sobre a rede de cursos profissionais

A informação e reflexão constantes neste capítulo são suportadas nas recolhas de terreno e respeitam a **questões e desafios de contexto, associados à produção e inserção de qualificações intermédias na região do Alto Minho e, conseqüentemente, à consolidação e evolução da rede de cursos profissionais**, partilhadas pelo conjunto de atores regionais entrevistados⁸. Importa lembrar que a produção deste diagnóstico decorreu num curto período de tempo, com conseqüências no âmbito limitado das recolhas de terreno, e que o (eventual) aprofundamento do conhecimento das dinâmicas da rede, nomeadamente a partir da recolha de informação junto das escolas e dos municípios e, também, de momentos de auscultação mais regulares do tecido empregador, possibilitaria enriquecer esta partilha.

Neste contexto, foram identificados **4 grupos de questões/ desafios** aos quais, na perspetiva dos atores regionais, importa conferir atenção:

- **Consolidação e diferenciação da rede**

Os atores entrevistados no âmbito deste diagnóstico reconhecem, globalmente, **relevância na rede de oferta de cursos profissionais e um percurso de evolução e de inovação das respostas formativas à necessidades e procura regionais**. É

⁸ No capítulo 4., dedicado às dinâmicas das qualificações intermédias, sistematizam-se as necessidades de qualificações intermédias identificadas.

consensual que a rede integra cursos profissionais pertinentes do ponto de vista das necessidades dos empregadores, da economia, da sociedade e, também, das motivações dos jovens. Complementarmente, os atores identificam **espaços de progressão significativos** no que respeita à **necessidade de aumento de qualificações intermédias nalguns domínios** – maquinaria, manutenção e operação industrial, ciências informáticas, automação e robótica, análise laboratorial e processos químicos, apoio social, agroalimentar, agricultura, economia do mar, turismo, logística, tecnologias da saúde, entre outros – e, também, a **importância de apostar em áreas nicho de diferenciação e especialização** – construção e reparação naval, produção automóvel, sistemas energéticos, qualificações associadas à área da biotecnologia e ciências da vida, por exemplo.

Paralelamente, o sistema de atores identifica **margem para o reforço da coerência territorial da rede** (redução de sobreposição de ofertas), a qual deverá privilegiar a cooperação de recursos, materiais e humanos, a cooperação entre operadores (IEFP, Escolas ME e EHT) e o aumento da coerência e articulação entre percursos de nível secundário e pós-secundário e/ ou superior, nomeadamente entre cursos profissionais e cursos TesP e entre cursos profissionais e CET. **Este último aspeto relativo à coerência de percursos educativos**, adquire particular relevância num contexto em que o prosseguimento de estudos é já uma escolha significativa dos alunos que concluem cursos profissionais nalgumas áreas (exs: informática, saúde, produção animal e agropecuária, turismo, cozinha) e, também, uma crescente exigência de especialização e qualificação complementar, por parte do mercado de trabalho regional e nacional, particularmente nas áreas das tecnologias, da automação e robótica, do digital e do turismo.

Da análise realizada às ofertas de educação superior presentes na região, identificou-se coerência com a rede de cursos profissionais, identificando-se, contudo, a oportunidade para uma maior diferenciação e especialização das ofertas em áreas apostas da economia regional e dos clusters de atividade económica, reflexão corroborada pelos atores regionais. As recolhas de terreno também sinalizam que, no atual contexto demográfico em que a “competição” por alunos aumenta, a **aposta em escolas/ centros especializados de oferta, articulada com uma política de mobilidade e transportes adequada, é uma reflexão que importa desenvolver no sentido de aumentar a qualidade dos cursos e a rentabilização de recursos instalados**. Existe uma Escola de Hotelaria e Turismo com recursos especializados que podem ser potenciados, o IEFP tem capacidade instalada em áreas de necessidade e procura regional e identifica-se um número considerável de Escolas com

histórico de aposta e oferta em domínios de qualificação geradores de empregabilidade. A cooperação de recursos e competências educativas e formativas, no quadro de um reforço de respostas à procura estrutural, à procura regional e à procura social, parece possível no Alto Minho.

- **Informação, comunicação e orientação dos jovens**

É consensual, entre os atores entrevistados, a necessidade e a importância de **informar, motivar e orientar a procura social para que se possam efetivar ofertas de qualificações necessárias e procuradas**, nomeadamente aquelas cuja representação das saídas profissionais não favorece a procura por parte dos alunos. De facto, sem alunos não abrem cursos e a possibilidade de escolhas informadas, por parte dos alunos, exige partilha de conhecimento sobre o mundo das profissões e do emprego.

A qualidade da informação disponibilizada e a comunicação eficaz com os jovens e suas famílias afiguram-se como condições necessárias à evolução, consolidação e diferenciação da rede de ofertas de ensino profissional e, em geral, à valorização da educação profissional dos jovens. **Este desafio é partilhado, pelos atores regionais, em três principais perspetivas:**

- A perspetiva da **valorização necessária das profissões**, nomeadamente nos domínios das áreas técnicas para a indústria, da agricultura, do setor social e, também, da hotelaria, sendo que a este desafio não são alheias as questões associadas ao conhecimento das profissões, aos salários, ao enquadramento dos jovens e aos modos de prestação de trabalho;
- A importância de promover uma **visão geral e regional da rede de ofertas** que, sendo articulada com uma política de transportes e mobilidade, permita escolhas mais informadas e induza uma rede de ofertas especializada em domínios críticos do ponto de vista da competitividade regional;
- A centralidade do **enriquecimento e qualidade da orientação escolar e vocacional**, identificando-se como fundamental a formação e capacitação dos profissionais de orientação, nomeadamente em termos do conhecimento

que possuem do mundo das profissões, dos referenciais de qualificação e das oportunidades geradas pela frequência e conclusão de percursos de dupla certificação.

- **Aproximação entre mundo do trabalho/ profissões e mundo da educação**

Aproximar escolas e empregadores é um desafio que, tal como o anterior e com ele relacionado, merece consenso entre os atores e entidades regionais e, da análise efetuada, parece-nos existir ainda um caminho significativo de comunicação e diálogo entre os mundos do trabalho e da educação.

A participação dos empregadores na informação disponibilizada aos jovens sobre as saídas e oportunidades profissionais, a comunicação mais regular entre escolas e empregadores, a maior proatividade das escolas no diálogo com o mundo do trabalho, a produção de conhecimento e a partilha de experiências inovadoras, com escolas e empregadores, que permitam desenvolver estratégias de oferta e enriquecimento de referenciais e práticas formativas, são alguns dos aspetos referidos pelos atores regionais como condições importante para o desenvolvimento da rede e qualidade do ensino profissional na região.

Os empregadores reforçam a importância de reforçar e tornar mais regular, ao longo do percurso formativo, **a formação em contexto de trabalho**. Neste contexto, importa considerar que os empregadores tendem a associar qualificações a competências que procuram nos jovens não distinguindo, necessariamente, a qualificações pelas designações dos cursos e/ou pelos níveis de qualificação, intermédio ou superior. Sendo relativamente claro, para os diversos atores, a existência de um espaço para as qualificações intermédias, nomeadamente nas áreas técnicas, industrial, hotelaria e nos serviços sociais e pessoais, é importante considerar a afirmação de domínios profissionais (exs: ciências informáticas, automação, robótica, informação e animação turística, energias renováveis) que tendem a procurar qualificações de nível superior; e estas configuram uma oportunidade para afirmação dos percursos de dupla certificação de nível secundário.

Verifica-se também que o **grau de conhecimento dos empregadores relativamente às ofertas educativas e formativas é, globalmente, reduzido e limitado a algumas ofertas**. Quando significativo, tem associada a tradição de cooperação com

escolas e tem induzido a diferenciação e consolidação de algumas ofertas. Importa, pois, identificar e promover dinâmicas de informação, comunicação e cooperação com o tecido empregador, para além dos momentos de organização e concretização dos estágios, que favoreçam a partilha de conhecimento sobre a rede, as qualificações oferecidas e as competências produzidas.

Complementarmente, a **valorização salarial das qualificações e o conhecimento das motivações dos jovens** parecem ser um desafio, transversais ao país, com impacto particular nalguns setores e atividades, como algumas das que enquadram profissões menos valorizadas pelos jovens como são os casos do apoio a idosos, apoio social e apoio à comunidade e, também, alguma profissões e funções da indústria transformadora. Os atores regionais destacam, neste âmbito, a necessidade de reforçar a coerência entre o investimento no aumento de qualificações e o investimento nas condições e modos de prestação de trabalho.

4. A dinâmica das qualificações intermédias e os desafios ao seu desenvolvimento

Este capítulo é dedicado à identificação das principais dinâmicas das qualificações intermédias, utilizando **duas perspetivas**: i) uma análise das tendências de evolução recente do emprego nas qualificações intermédias, ou seja, uma análise retrospectiva; ii) e uma análise de caráter prospetivo, suportada na identificação de necessidades e procura de qualificações intermédias a partir de quatro principais elementos: os *drivers* de mudança com impacto nas qualificações intermédias, a análise documental, o inquérito aos empregadores e as recolhas de terreno (informação qualitativa).

4.1. Onde pode crescer o emprego nas qualificações intermédias – tendências recentes

Nesta componente retrospectiva, a dinâmica das qualificações intermédias foi aferida a partir da análise de informação estatística sobre o emprego jovem entre 2015 e 2019 (Quadros de pessoal, GEP/ MTSSS) complementado com a análise do desemprego registado (IEFP). Para isso, estabeleceu-se, com base numa matriz disponibilizada pela ANQEP, e que contou com os contributos desta equipa de trabalho, uma correspondência entre as profissões da CPP e as qualificações/ designações de cursos nível 4, de modo a ser possível aferir, estatisticamente, a dinâmica de evolução do emprego e da procura de técnicos intermédios (ficam excluídas profissões diretamente associadas a qualificações de nível superior, como médicos e professores, bem como os profissionais não qualificados).

Os domínios técnico-profissionais que seguidamente se apresentam e com base nos quais é feita a análise, resultam da agregação de qualificações/ cursos que têm denominadores comuns, ou seja, apelam a um tronco comum de competências e integram-se numa mesma área funcional.

Conforme apresentado em capítulo anterior, o **número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos** (Quadros de Pessoal, MTSS) no Alto Minho era, em 2019, de **63.449**. Destes trabalhadores:

- **5.851 (9,2%)** são trabalhadores jovens com idades entre os **15 e os 24 anos**.

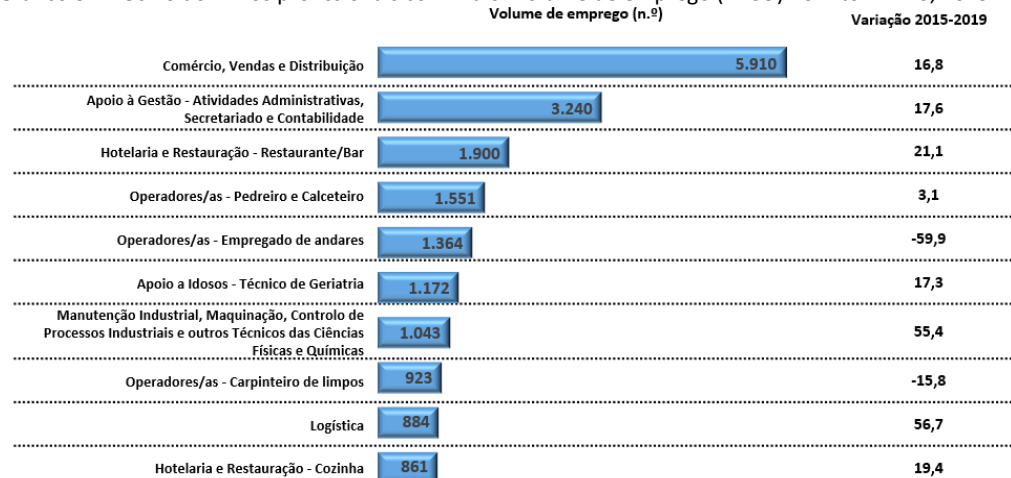
- 34.406 (54,2%) são trabalhadores com profissões que podem ser associadas a qualificações intermédias (também a qualificações de nível 2, os operadores).

Dos 34.406 trabalhadores que exercem profissões associada a qualificações intermédias, verificamos o seguinte:

- 10,8% (3707) são jovens entre os 15 e os 24 anos, sendo que a maioria (3153 jovens) têm entre 20-24 anos
- Dos jovens com idade entre 20 e 24 anos que exercem profissões que podemos associar a qualificações intermédias (3153), 65% (2049) têm nível secundário ou pós-secundário.

No gráfico ilustramos os 10 domínios profissionais associados às qualificações intermédias com mais emprego em 2019⁹.

Gráfico 31 – Os 10 domínios profissionais com maior volume de emprego (TPCO) no Alto Minho, 2019



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

⁹ Não dispomos de informação complementar relativa ao desemprego registado e taxas de colocação por profissão, elementos que permitiriam completar esta análise.

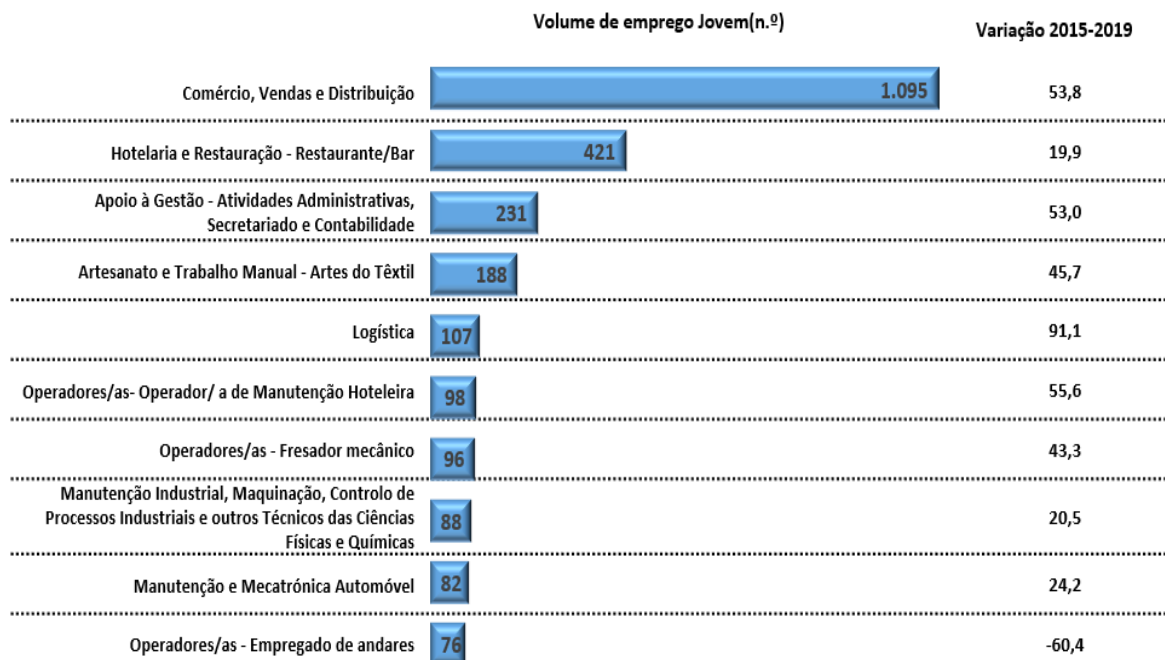
Destacamos três conclusões:

- Os 10 domínios considerados representam 55% do total do emprego nas qualificações intermédias em 2019. E, neste contexto, destaca-se a expressão das áreas do comércio e vendas, administrativas e de apoio à gestão e da hotelaria, nomeadamente restaurante/ bar.
- Dos 10 domínios profissionais associados a qualificações intermédias com maior volume de emprego em 2019, os que registam diminuição de emprego entre 2015 e 2019 são dois grupos de operadores (empregados de andares e carpinteiro de limpos), o que poderá estar relacionado quer com o aumento de exigência de qualificação para o exercício de determinadas profissões.
- De sinalizar os expressivos crescimentos de emprego nas qualificações intermédias, entre 2015 e 2019, nos domínios da Logística e da Maquinação, Manutenção e Operação industrial. Ainda que com menos expressão e partindo de uma base mais baixa que, por exemplo, o comércio e vendas, são crescimentos que não podemos deixar de sinalizar como muito significativos e indicadores do aumento da importância das qualificações intermédias nestas áreas de atividade.

Vejamos agora o emprego jovem, utilizando os dados dos quadros de pessoal relativos a 2019.

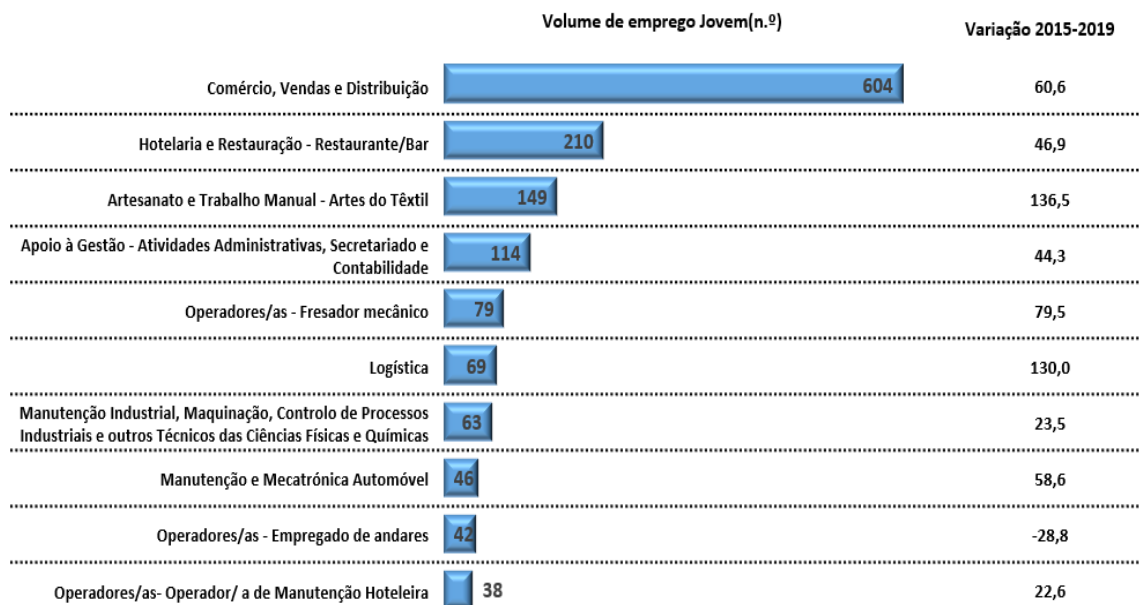
Os gráficos das páginas seguintes ilustram: os 10 domínios profissionais com maior volume de emprego jovem (15-24 anos); os domínios profissionais com maior volume de emprego jovem (20-24 anos) qualificado

Gráfico 32 – Os 10 domínios profissionais com maior volume de emprego jovem (TPCO 15-24 anos) no Alto Minho, 2019



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Gráfico 33 – Os 10 domínios profissionais com maior volume de emprego jovem qualificado (TPCO 20-24 anos com nível secundário ou pós-secundário, não superior) no Alto Minho, 2019



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

As principais ilações e conclusões que cumpre retirar são as seguintes:

- Seis dos domínios que apresentam maior volume de emprego jovem (15-24 anos) são também domínios enquadrados nos 10+ do emprego total. Entre estes estão o Apoio à Gestão, o Restaurante/ Bar, a Logística e a Manutenção, Maquinação e Operação Industriais.

- E quais são os que têm elevado volume de emprego jovem (que aparecem nos 10+) e que não aparecem nos 10+ do emprego total? São os domínios da Manutenção e Mecatrónica Automóvel, da Manutenção Hoteleira, das Artes do Têxtil e da Mecânica. Estes são domínios profissionais e de qualificações comparativamente expressivos no emprego jovem no Alto Minho em 2019. Por outro lado, o Apoio a Idosos que aparecem nos 10+ em termos de emprego total, não integra a lista dos 10+ do emprego jovem nas qualificações intermédias.
- Quando analisamos o emprego jovem (20-24 anos) qualificado (nível secundário ou pós-secundário, e não superior, de educação), constatamos que os domínios mais importantes em termos de emprego jovem são também os domínios mais importantes em termos de emprego jovem qualificado. Esta situação, fruto do aumento dos níveis de escolarização e qualificação dos ativos jovens, não pode deixar de ser sinalizada nomeadamente nas profissões associadas à manutenção, operação e processos industriais, à manutenção e operação com máquinas e equipamentos e, também, nas áreas de apoio à gestão.

Numa perspetiva de síntese do comportamento do emprego jovem associado às qualificações intermédias num passado recente, 2015-2019, e mobilizando os dados dos quadros de pessoal (GEP/ MTSS), procuramos ainda responder à seguinte questão:

Em que domínios técnico-profissionais pode crescer a procura por emprego jovem, e por emprego jovem qualificado, considerando o comportamento recente do emprego jovem?

A resposta a esta questão conjuga três planos:

- **H1:** Os domínios nos quais podemos identificar procura preferencial por emprego jovem num passado recente;
- **H2:** Os domínios que integram profissões com tendência de rejuvenescimento, ou seja, profissões nas quais tendencialmente a necessidade de substituição de mão de obra se colocará a mais curto prazo;
- **H3:** A tendência de *up skilling* que nos permite refletir sobre o potencial de emprego jovem qualificado.

Analisemos os gráficos seguintes para podermos retirar algumas conclusões:

H1: O emprego jovem pode crescer nas profissões com elevado emprego jovem e com variação positiva de emprego

Gráfico 34 – Tendência de reforço da procura potencial por emprego jovem



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Nota: sinalizados a castanho os domínios em comum a, pelo menos, duas hipóteses

H2: O emprego jovem pode crescer nas profissões com elevado emprego sénior e com variação positiva de emprego

Gráfico 35 – Tendência de reforço do emprego jovem por efeito de rejuvenescimento/ substituição

ELEVADO VOLUME EMPREGO SÉNIOR (60-64) EM 2019 E VARIÇÃO POSITIVA DO TOTAL DE EMPREGO 2015/19

- ❖ **Comércio, Vendas e Distribuição**
- ❖ Operadores/as - Pedreiro e Calceteiro
- ❖ Hotelaria e Restauração - Cozinha
- ❖ Apoio a Idosos - Técnico de Geriatria
- ❖ **Apoio à Gestão - Atividades Administrativas, Secretariado e Contabilidade**
- ❖ **Hotelaria e Restauração - Restaurante/Bar**
- ❖ Operadores/as - Operador/ a de transformação alimentar
- ❖ Hotelaria e Restauração - Gestão

ELEVADA % DE EMPREGO SÉNIOR (60-64) EM 2019 E VARIÇÃO POSITIVA DO TOTAL DE EMPREGO 2015/19

- ❖ **Hotelaria e Restauração - Cozinha**
- ❖ **Horticultura, Floricultura, Viveiros e Jardins**
- ❖ **Hotelaria e Restauração - Gestão**
- ❖ **Tripulação de convês de navios e similares**
- ❖ **Operadores/as - Pedreiro e Calceteiro**
- ❖ **Apoio a Idosos - Técnico de Geriatria**
- ❖ **Agricultura e Produção Animal**

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Nota: sinalizados a castanho os domínios em comum a, pelo menos, duas hipóteses

H3: O emprego jovem pode crescer nas profissões com elevado emprego de jovens com nível secundário, ou inferior, de educação

Gráfico 36 – Tendência de qualificação progressiva (*upskilling*) do emprego

ELEVADO VOLUME EMPREGO JOVEM (20-24) COM ENSINO SECUNDÁRIO OU MENOS EM 2019

- Comércio, Vendas e Distribuição
- Hotelaria e Restauração - Restaurante/Bar
- Artesanato e Trabalho Manual - Artes do Têxtil
- Apoio à Gestão - Atividades Administrativas, Secretariado e Contabilidade
- Logística
- Operadores/as - Fresador mecânico
- Operadores/as- Operador/ a de Manutenção Hoteleira
- Manutenção Industrial, Maquinação, Controlo de Processos Industriais e outros Técnicos das Ciências Físicas e Químicas
- Manutenção e Mecatrónica Automóvel

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Nota: sinalizados a castanho os domínios em comum a, pelo menos, duas hipóteses

Analisando e relacionando a informação recolhida e trabalhada neste capítulo sobre o emprego nas qualificações intermédias e, nomeadamente sobre as dinâmicas do emprego jovem, podemos **destacar alguns domínios técnico-profissionais que, do ponto de vista da análise retrospectiva, apontam para necessidades de qualificações intermédias e, mais especificamente, para um potencial crescimento do emprego jovem com qualificações intermédias.**

Associamos assim as conclusões retiradas com base na análise do emprego com as respostas às hipóteses colocadas no que respeita ao potencial de crescimento do emprego jovem nas qualificações intermédias.

Assim:

- Surge evidente, na análise efetuada, a particular dinâmica e potencial crescimento do emprego jovem nos domínios profissionais relacionados com; a **Manutenção, Maquinação e Operação com Máquinas e Equipamentos**, incluindo aqui o setor industrial e hoteleiro; a **Manutenção e Mecatrónica Automóvel**; a **Hotelaria e Restauração**, no que respeita às valências de restaurante/ bar, cozinha e, e menor escala, andares; a **Logística**; as **Atividades de Apoio à Gestão**; as **Vendas e Distribuição**. Também, as profissões do **Artesanato Têxtil**, da **Transformação Alimentar**, do **Apoio a Idosos**, bem como algumas profissões tradicionalmente ocupadas por **Operadores** com menor nível de qualificação, apresentam sinais de potencial crescimento, associado quer a tendências de qualificação progressiva quer ao rejuvenescimento da mão de obra.
- Os domínios do **Turismo e da Saúde e Bem-estar**, referidos nas recolhas de terreno, não assumem particular expressão do ponto de vista da análise retrospectiva. O Turismo é um domínio em que a clareza e coerência das profissões e a sua correspondência com as qualificações intermédias têm uma margem de progressão significativa e, complementarmente, é um domínio em que o trabalho estruturado e por conta de outrem (a fonte desta análise e apuramentos) não prevalece. Relativamente à Saúde e Bem-estar, área muito importante, mas que de ponto de vista da análise retrospectiva não se destaca, importa considerar o seu potencial de articulação com o apoio a idosos, o turismo e o suporte aos profissionais de saúde.
- Curiosamente as **Ciências Informáticas**, sendo um domínio de procura generalizada e, nomeadamente, as redes, sistemas e a programação, não surgem, na análise retrospectiva, como área de potencial crescimento de emprego

e dinâmica das qualificações intermédias. Para interpretar esta situação dois elementos são fundamentais: i) a análise retrospectiva do emprego é realizada com base no trabalho por conta de outrem, não contemplando assim o emprego por conta própria e o emprego por projeto ou avançado que, sabemos, assume forte expressão na área da informática e programação; ii) por outro lado, verifica-se uma tendência de preferência por qualificações de nível superior na área das ciências informáticas, associada ao grau de sofisticação de *softwares*, sistemas e redes.

4.2. Elementos de prospetiva: drivers de mudança, desafios e necessidades

Este ponto configura um exercício de explicitação de *drivers de mudança dos empregos, das competências e das qualificações* e, também, de alguns desafios que se afiguram significativos na análise e nas apostas a fazer na educação profissional, na rede de cursos profissionais e na produção de qualificações intermédias. *Estes desafios são, globalmente, transversais aos setores e aos territórios, embora com intensidade e âmbito de impacto diferenciados, nomeadamente em função do perfil do tecido empresarial e produtivo e do grau de exposição ao digital.*

Vejamos em primeiro lugar o que nos dizem alguns estudos publicados, a nível europeu e internacional, sobre os principais fatores de mudança que terão impacto no conteúdo dos empregos, competências e qualificações.

As previsões macroeconómicas divulgadas por diferentes organismos internacionais identificam quatro principais *drivers* de mudança com impacto no emprego: económicos, tecnológicos, demográficos e ambientais. Estes *drivers* são partilhados por peritos, em estudos diversos, que detalham algumas áreas de impacto.

O relatório “*The future of the jobs*” divulgado pelo Fórum Económico Mundial, em outubro de 2020, destaca um conjunto de mudanças tecnológicas, que apesar de não constituírem uma novidade, se prevê serem reforçadas, nomeadamente:

- O aumento do ritmo de reforço e sofisticação da tecnologia utilizada nos processos industriais, no comércio e na prestação de serviços, às empresas, sociais e pessoais.

- A aposta no armazenamento e tratamento de “*big data*” e do comércio eletrónico como grandes prioridades por parte dos líderes empresariais.
- O aumento significativo na segurança e confidencialidade dos dados.
- O investimento na robótica e na inteligência artificial.

O relatório sublinha ainda que esse o reforço de tecnologias irá transformar empregos e competências até 2025. Estima-se que cerca de 85 milhões empregos podem ser substituídos por via de uma mudança na divisão de trabalho entre humanos e máquinas, enquanto 97 milhões de novos empregos podem aparecer como mais adaptados à nova divisão do trabalho entre humanos, máquinas e algoritmos. Mas não só as tecnologias produzirão impactos no emprego. A *Mckinsey* estima que o impacto mais óbvio do COVID-19 no trabalho tenha sido o aumento exponencial de funcionários em teletrabalho (Mckinsey, 2021), uma realidade que se prevê no futuro do trabalho no período pós-pandemia. Segundo a consultora, algumas empresas planeiam mudar para espaços de trabalho flexíveis após experiências positivas durante a pandemia, uma mudança que reduzirá o espaço que precisam e trará menos trabalhadores para os escritórios diariamente e a consequente redução da mobilidade dos trabalhadores que afetará a procura de alguns serviços, em particular o setor da restauração.

Os efeitos da pandemia nos setores económicos e do emprego na Europa assumiram um impacto desigual. Em parte essas desigualdades estão relacionadas com os **diferentes graus de exposição às tecnologias digitais**. Os resultados do primeiro inquérito europeu de competências e empregos do Cedefop, realizado em 2014 aos trabalhadores adultos da UE, revelaram uma acentuada variação na exposição tecnológica e digital nos empregos. A crescente necessidade de estabelecer relação entre consumidores, prestadores de serviços e agentes económicos que resultou da crise do coronavírus, quer seja através de reuniões remotas/à distância, de trabalho baseado em TIC ou mesmo na interação com o cliente *online* (comércio eletrónico), acentuou ainda mais o impacto negativo da pandemia no trabalho e nos rendimentos dos trabalhadores menos capacitados/habilitados no uso das tecnologias, suscitando a **necessidade de promover e aumentar a literacia digital**.

As **alterações climáticas** apresentam-se como um outro importante *driver* de mudança e apontam para uma inevitável transição energética e para uma economia que aposta na neutralização carbónica. O sentido é a forte redução dos impactos provocados por fenómenos meteorológicos extremos, pelas alterações nos padrões de pluviosidade e outros fenómenos

naturais (incêndios florestais, vagas de calor, secas, inundações, etc) que provocam danos patrimoniais, nas infraestruturas e na saúde humana, representam pesados encargos para a sociedade e para a economia. **As respostas às alterações climáticas implicam mudanças nas formas de produção e de consumo.**

As grandes **tendências de mudança nas formas de trabalho** e os seus impactos previsíveis no emprego, competências e qualificações devem também ser consideradas. O relatório *“The Future of Jobs”* do Fórum Económico Mundial (2020) salienta a importância da expansão e uso das tecnologias no mercado de trabalho como acelerador da digitalização dos processos de trabalho (através da utilização de ferramentas digitais, videoconferência, etc...) e também identifica perfis de competências que as organizações requerem e valorizam, por setor de atividade. Por exemplo, no setor dos serviços sociais e de saúde as três competências mais valorizadas são as aprendizagens ativas, a inteligência emocional e a criatividade, a originalidade e a iniciativa; no setor financeiro são valorizados o pensamento analítico e a inovação, o pensamento crítico e a criatividade, a originalidade e a iniciativa.

Um outro importante *driver* de mudança, transversal aos países do continente europeu, está associado às **alterações demográficas e ao aumento da esperança média de vida**, traduzidos na redução da taxa de natalidade e no crescente envelhecimento populacional. Estas alterações demográficas têm um **previsível impacto nas necessidades de qualificações e de empregos**, sugerindo, entre outros, a **inovação na prestação de cuidados, a especialização e a diferenciação de serviços e a valorização da dimensão relacional no exercício profissional, apoiado em tecnologias em evolução permanente.**

Por fim, uma nota que permite situar a importância dos desafios que continuamos a ter em matéria de educação e formação da população. Em 2018, o relatório da Comissão Europeia sobre Portugal *“European Semester: Country Reports”*, destacava a evolução positiva das condições do mercado de trabalho como resultado da retoma económica em curso, mas lembrava que o desemprego dos jovens continua a ser um desafio. A crise pandémica obrigou a uma revisão das projeções macroeconómicas com impacto na sociedade portuguesa, e em particular no mercado de emprego jovem. Segundo aquele relatório, em 2019 a taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) situou-se em 18,3% e apesar dos progressos nas qualificações dos portugueses nas últimas décadas, ainda persiste um défice de qualificações significativo, sobretudo ao nível das qualificações intermédias (ISCED 3-4), correspondentes ao ensino secundário e profissional (25,9% da população

dos 25 aos 64 anos, face a 46,8% na União Europeia, em 2019), mas também ao nível das qualificações superiores (26,3% face à média europeia de 31,6%).

Neste contexto geral e transversal às sociedades mundiais, nacionais e regionais, abordamos agora alguns tópicos relativamente a dois grupos de questões que, sendo transversais e não particulares do território do Alto Minho, nos parecem relevantes em função das recolhas efetuadas no âmbito deste estudo. São questões que deverão merecer reflexão e aprofundamento por parte da CIM e dos municípios no exercício das suas competências em matéria de educação e formação.

- Um primeiro grupo de questões prende-se com o espaço das qualificações intermédias neste contexto de mudança que se associa ao reforço e desenvolvimento continuado de competências especializadas e competências transversais, técnicas e comportamentais.

Podemos afirmar que a exigência crescente de especialização de saberes e competências, nomeadamente a associada à transformação digital, apela, em muitos casos a percursos de formação de nível superior e a uma formação contínua especializada dos jovens e ativos e, simultaneamente, cria espaço para as qualificações intermédias em áreas diversas. A produção de qualificações intermédias exige, de forma transversal, e entre outros, o reforço da literacia e competências digitais, a sua incorporação nos processos de trabalho, a integração de preocupação de sustentabilidade, ambiental e energética, o desenvolvimento continuado de *skills* comportamentais – comunicação, análise e interpretação de informação, resiliência e gestão da incerteza – e o acompanhamento das mudanças na organização e processos de trabalho.

Profissões técnicas tradicionais nas áreas da manutenção, da mecânica, da eletrónica, da eletricidade e, também, nas áreas do turismo, das vendas, do apoio às empresas e dos serviços sociais e de saúde estão a sofrer grandes alterações com a digitalização de processos e meios produtivos e de prestação de serviços, exigindo qualificações intermédias especializadas com conhecimento atualizado e formação profissional continuada. As competências analíticas são cada vez mais críticas e necessárias e a transversalidade do digital a funções, profissões, setores e atividades, assim o exige.

A formação de especialização, em diferentes áreas e com adaptação aos contextos territoriais e produtivos, e a formação ao longo da vida, que uma qualificação inicial (intermédia ou superior) não substitui, mas pode alavancar, são elementos centrais da formação e desenvolvimento de competências

- Um segundo grupo de questões prende-se com as **exigências que estas mudanças colocam ao sistema educativo regional**, às suas estratégias de oferta e prática formativas.

Parece claro que a resposta ao conjunto de desafios que se colocam à economia, à sociedade, aos empregos e às competências, exige a cooperação de recursos, produção e partilha de conhecimento e uma atenção redobrada às condições que permitem a todos, nomeadamente aos jovens, aceder aos benefícios destas transformações. **Parecem, pois, claros alguns desses desafios:** i) não é possível promover a valorização do trabalho e das profissões sem as conhecer; ii) é desejável que os recursos formativos (materiais e humanos) acompanhem as exigências de produção de competências, cada vez mais diversas e sofisticadas; iii) a partilha de informação e de conhecimento é crucial para a cooperação de esforços; iv) perante contextos sociais e perfis variados da população escolar é fundamental medidas diferenciadas de ação e uma atenção reforçada às condições de acesso às oportunidades; v) a mobilização e captação de alunos para percursos de formação necessários, requer a participação de empregadores, da comunidade educativa em geral e a aproximação das escolas ao mundo das profissões.

Os desafios anteriormente enunciados encontram nas políticas e estratégias regionais um espaço de acolhimento e, nas atribuições da CIM, um espaço de intervenção.

4.3. Elementos de prospetiva: a “voz do terreno” e as necessidades dos empregadores

Neste ponto procura-se sistematizar as **ideias e conclusões centrais da informação recolhida no terreno** e, nomeadamente junto do tecido empresarial, no que respeita às **necessidades de qualificações intermédias**, destacando-se os resultados do inquérito lançado junto de uma amostra de empregadores, elementos de informação recolhidos nas entrevistas e a análise de vagas de emprego apuradas junto de duas plataformas *online*.

Inquérito aos empregadores

O inquérito online aos empregadores foi aplicado a uma amostra de 2488 empresas a partir de uma base de dados específica – disponibilizada pela CIM - para aplicação do inquérito e que abrange o tecido empresarial dos 10 concelhos da região. O inquérito decorreu entre 17 de janeiro e 28 fevereiro de 2022 e foram obtidas 169 respostas válidas. No sentido de reforçar a taxa de resposta ao inquérito foram feitos dois pedidos de reforço adicionais, incluindo um pedido especificamente direcionado para empregadores das atividades com menor representatividade no universo de respondentes.

A amostra, não estratificada por setor ou concelho (embora com cobertura territorial e setorial), bem como o número de respostas e a sua distribuição setorial, não permite inferência de conclusões para o universo. Permite, contudo, acrescentar elementos à informação recolhida no terreno e noutras fontes, considerando sempre a incidência setorial das respostas.

Cerca de metade das empresas respondentes foram criadas a partir do ano 2000 e, do conjunto total das 169 organizações respondentes, 47,3% têm menos de 10 trabalhadores ao serviço (80 empresas) e somente 7 mais de 150. Podemos, pois, concluir, que o tecido das pequenas e médias empresas se encontra representado na amostra.

Aproximadamente metade dos 169 empregadores respondentes ao inquérito estão localizados no concelho de Viana do Castelo (81 respondentes). Ponte de Lima é o segundo concelho mais representado (29 empregadores), seguindo-se Valença, Arcos de Valdevez, Monção e Caminha com cerca de uma dezena de respostas.

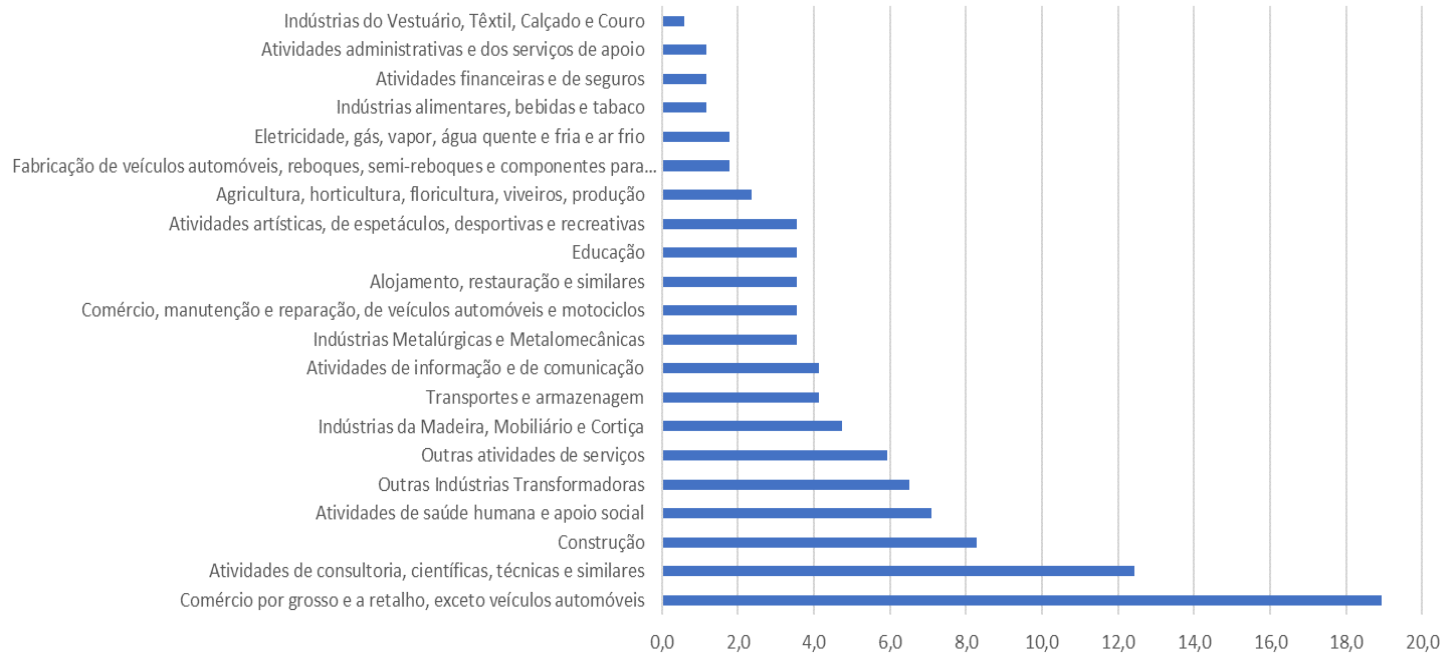
Tabela 15 - Distribuição geográfica das empresas respondentes ao inquérito

Concelho	nº	%
Arcos de Valdevez	10	6
Caminha	9	5
Melgaço	3	2
Monção	9	5
Paredes de Coura	3	2
Ponte da Barca	6	4
Ponte de Lima	29	17
Valença	12	7
Viana do Castelo	81	48
Vila Nova de Cerveira	7	4
Total	169	100

Fonte: Inquérito online a uma amostra de empregadores da região do Alto Minho

Os setores de atividade mais representados nas respostas ao inquérito são os setores do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (18,9% das respostas) e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (12,4%), “Construção” (8,3%), “Atividades de saúde humana e apoio social” (7,1%) e “Outras Indústrias transformadoras” (6,5%). As restantes respostas apresentam uma dispersão significativa, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

Gráfico 37 - Distribuição setorial das empresas respondentes ao inquérito (%)

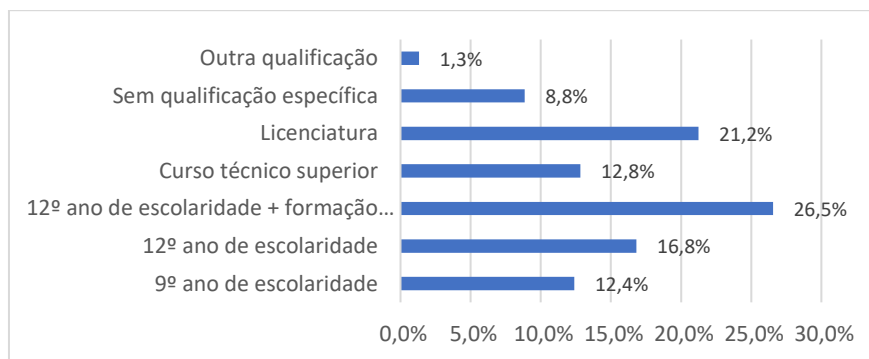


Fonte: Inquérito online a uma amostra de empregadores da região do Alto Minho

Questionados sobre as **intenções de recrutamento a curto prazo**, 116 organizações (68,6%) afirmaram prever contratar pessoas nos próximos 2 anos e apenas 5 preveem reduzir, deduzindo-se que para as restantes a tendência será a manutenção dos postos de trabalho existentes. E as razões que justificam os recrutamentos previstos estão relacionadas principalmente com a **expansão de atividade (49,5%)** e a **substituição de mão-de-obra (24,2%)**.

A distribuição das intenções de recrutamento por nível de educação evidencia que as **qualificações intermédias (12º ano de escolaridade + formação profissional)** são claramente privilegiadas - **26,5% dos respondentes referenciam este nível de qualificação**, valor muito acima das referências ao ensino secundário sem qualificação (16,8% das respostas) e, também, ao curso técnico superior (12,8%). A expressão das **intenções de recrutamento de detentores de licenciatura** também é significativa (21.2%), comprovando as **necessidades de qualificações de nível superior** identificadas no trabalho de terreno e a dificuldade em atrair para a região jovens com qualificação diferenciada.

Gráfico 38 – Distribuição do nível de educação das previsões de recrutamento por parte das empresas



Fonte: Inquérito online a uma amostra de empregadores da região do alto Minho

No cômputo geral, foram **recenseadas 373 intenções de recrutamento de trabalhadores com o 12.º ano + formação profissional**¹⁰. Estas intenções recaem de forma mais expressiva nas seguintes atividades: **Construção, Atividades de Saúde**

¹⁰ Este valor não inclui a resposta de um empregador integrado do setor “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas” que referenciou a intenção de recrutar 50 “Instrumentistas”. Tratando-se de uma qualificação específica dificilmente compatível com este nível de recrutamento admite-se que pode ser um lapso, por isso, optou-se por identificar a referência do empregador, mas sem a incluir no grupo principal de intenções de recrutamento.

Humana e Apoio Social, Outras Indústrias Transformadoras e Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio, que no seu conjunto representam 57.9% de metade das intenções de recrutamento de trabalhadores com 12º ano + formação profissional, recenseadas

A tabela seguinte permite visualizar com maior detalhe as atividades económicas a que se associa um maior número de intenções de recrutamento de trabalhadores com aquele nível de qualificação. O conjunto de atividades consideradas corresponde à maioria das intenções recenseadas (90,2%), sendo significativa a procura e relevância das qualificações que servem as **atividades relacionadas com a construção e com diversos ramos da indústria.**

Tabela 16- Atividades com maior nº de intenções recrutamento de trabalhadores com 12º ano de escolaridade + formação profissional

Atividade principal da organização	Nº	%
Construção	69	18
Atividades de saúde humana e apoio social	62	17
Outras Indústrias Transformadoras	44	12
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	42	11
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e ...veículos automóveis	31	8
Indústrias da Madeira, Mobiliário e Cortiça	27	7
Alojamento, restauração e similares	25	7
Comércio por grosso e a retalho, exceto veículos automóveis e motociclos	13	3
Outras atividades de serviços	13	4
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12	3

Fonte: Inquérito online a uma amostra de empregadores da região do Alto Minho

A análise mais detalhada dos domínios das qualificações associados às intenções de recrutamento, cruzada com as profissões/ funções que, na opinião dos inquiridos, registam maiores dificuldades de recrutamento, permite evidenciar um

conjunto de atividades e setores com necessidades mais expressivas de qualificações intermédias, de acordo com o inquérito, e que são coerentes com os resultados das recolhas de terreno.

- As atividades relacionadas com a **Construção Civil, Reabilitação e Conservação**, sobretudo com necessidade e procura de qualificações associadas aos trabalhos de carpintaria, montagem de estruturas, canalização, eletricidade e ao nível dos operadores de construção civil.
- Na **Indústria Transformadora** assumem maior significado as referências relativas às seguintes qualificações: eletrónica e automação; manutenção industrial; maquinaria industrial, CNC e instrumentação; planeamento, produção e desenho industrial (nomeadamente, ramos da metalurgia e metalomecânica, madeira e mobiliário, têxtil e vestuário); desenho técnico; manutenção e mecatrónica automóvel; serralharia e soldadura; análise laboratorial, ensaios técnicos e controlo de qualidade.
- A **Eletricidade e Energia** também assume relevo nas qualificações referenciadas pelos empregadores, incluindo os técnicos de instalações elétricas, eletricistas, técnicos de eletrónica, técnicos de refrigeração, técnicos de instalador de redes de ar condicionado e frio. Também neste domínio, as qualificações relativas aos Sistemas Energéticos e Energias Renováveis e às Telecomunicações merecem referência.
- A **Saúde e o Setor Social** merecem referências com significado, destacando-se o Apoio a Idosos (técnico de geriatria, auxiliares e ajudantes de lar, apoio domiciliário) e as qualificações relacionadas com o Apoio Familiar e à Comunidade.
- As Atividades de Suporte às Organizações relacionadas essencialmente com as qualificações nas áreas **administrativa, secretariado, contabilidade**, sendo também referenciadas como necessárias qualificações relacionadas com os sistemas de Higiene, Ambiente e Qualidade.

- A **Logística** (micro e macro logística) merece também particular referência por parte dos empregadores inquiridos, sendo uma necessidade que é transversal à indústria e serviços. Os **Transportes**, nomeadamente os condutores de veículos, são também uma área de necessidade e de procura de técnicos qualificados.
- Para além das qualificações anteriormente referidas, que assumem maior relevo nas respostas ao inquérito, foram sinalizados outros domínios de necessidade que importa considerar. São domínios cuja menor expressão no inquérito parece estar relacionada com a distribuição setorial das respostas, tendo sido necessidades expressas nas entrevistas: **Hoteleria e Restauração, Agricultura e Florestas, Ação Educativa e Apoio a Crianças e Jovens**.
- O domínio do **Comércio, Vendas e Distribuição**, apesar da elevada representatividade na amostra de respondentes ao inquérito, revela intenções de recrutamento mais limitadas.
- Quando os inquiridos se pronunciam sobre as profissões/ funções em que é mais difícil encontrar profissionais, aparecem com algum destaque algumas funções que podemos associar à gestão intermédia, como por exemplo, encarregado, chefia intermédia, quer para o setor industrial quer para o comércio.
- As qualificações no domínio da **Informática e do Digital** surgem com pouco destaque nas intenções de recrutamento profissões e estão associadas sobretudo à dimensão de apoio à gestão das organizações – informática de gestão. Contudo, quando a pergunta é “Funções/ profissões em que é mais difícil encontrar profissionais” surgem referenciais a várias qualificações do digital: técnicos de Informática, programadores, administrador de rede, multimédia e processamento gráfico.

Relativamente à área das ciências informáticas, importa, contudo, considerar o seguinte:

A digitalização atravessa setores, atividades e profissões embora com impacto e ritmos diferenciados. Desde a indústria, ao comércio e distribuição, à logística e transportes, ao agroalimentar e à produção agrícola, à prestação de serviços pessoais, sociais e turísticos, exige-se a incorporação de tecnologia nas aprendizagens e nos modos de trabalho, bem como profissões com conhecimentos mais especializados e sofisticados. Ainda assim, as necessidades de técnicos na área das

ciências informáticas não surgem destacadas nas respostas ao inquérito, situação que atribuímos, fundamentalmente, à transversalidade desta área. Os sistemas, as redes, os equipamentos, a programação são domínios com necessidades de técnicos e isto é claro nas recolhas de terreno efetuadas. Neste contexto, dois desafios se colocam: a necessidade de ponderação do espaço de intervenção dos técnicos intermédios no domínio das ciências informáticas e a importância de assegurar oportunidades efetivas de prosseguimento de estudos/ formações de especialização para jovens que concluem percursos de dupla certificação nesta área, nomeadamente ao nível dos CTEsP e licenciaturas, respondendo quer a motivações dos jovens quer a necessidades de uma maior especialização e nível de qualificação exigido por parte das empresas na área das Ciências Informáticas.

Necessidades explicitadas nas entrevistas com atores locais (empregadores, associações empresariais, instituições de ensino e centros de emprego)

Os domínios de qualificações que aparecem como significativos nos resultados da análise retrospectiva e do inquérito a uma amostra de empregadores da região do Alto Minho, surgem também como muito relevantes nas necessidades expressas pelos empregadores e outros atores locais entrevistados. *Hotelaria e Restauração, Logística e Micrologística, Eletricidade, Energia, Eletrónica, Mecânica, Eletromecânica, Mecatrónica, Metalurgia e Metalomecânica, Manutenção e Produção Automóvel, Manutenção e Operação de Máquinas e Equipamentos, Maquinação e CNC, Soldadura*, são alguns dos domínios de qualificação intermédia referidos de forma generalizada e que encontram correspondência na análise retrospectiva e/ ou no inquérito aplicado. São sobretudo necessidades associadas ao perfil produtivo de empresas significativas, a clusters aposta, a dinâmicas de investimento estrangeiro e ao contexto territorial, transfronteiriço, do Alto Minho. Segundo alguns dos entrevistados, a recuperação da atividade industrial após a crise pandémica, nomeadamente nos setores do automóvel e do têxtil, tem ditado uma procura crescente de operadores, com competências de maquinação e de automação, embora não diretamente associada a uma especialização setorial.

Considerando que as entrevistas realizadas foram a um conjunto de associações empresariais, de empregadores e outros atores selecionados, e particularmente relevantes no contexto regional, emergiram referências a qualificações intermédias e domínios de qualificação muito diretamente associados aos **desafios decorrentes dos drivers de mudança e a estratégia regional** e que aparecem diluídos nos resultados da análise retrospectiva e do inquérito. Referimo-nos, nomeadamente, aos seguintes domínios profissionais e qualificações intermédias:

- **Ciências informáticas** – todas as qualificações relacionadas com a digitalização e enquadráveis nas áreas da indústria, dos serviços e da produção agrícola. Programação, redes e sistemas, robótica são áreas de qualificação identificadas como muito necessárias e particularmente exigentes quer em termos da formação de base quer em termos de especialização, o que frequentemente é associado à exigência de uma qualificação de nível pós-secundário e superior.
- **Atividade agrícola/ Agricultura e produção animal** – sobretudo as qualificações relacionadas com a condução, operação e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, técnicos de maquinaria e manutenção de instalações e equipamentos, e técnicos das ciências informáticas.
- **Qualificações nos domínios profissionais associados aos clusters aposta da estratégia regional** - metalomecânica, economia do mar (todos os segmentos), energias eólicas, agroalimentar (qualificações intermédias associadas à produção de vinho e à transformação de produção endógenos) e hotelaria e turismo (com destaque para o enoturismo e a animação turística).
- **No domínio da saúde humana e animal**, identificou-se um projeto de criação de uma fábrica, dedicada à produção de vacinas e com potencial de sinergias com outros setores que deverá ditar a necessidade de inovação da oferta para áreas tecnológicas que permitam a especialização em CTesP.

Os empregadores expressaram também **necessidades noutros domínios e referiram algumas questões a considerar na resposta a necessidades e procura, atuais e emergentes:**

- **O Setor da Aeronáutica** (produção, manutenção, logística) emerge como área de diferenciação a monitorizar.

- Na área do **Ambiente e das Energias Renováveis** existem necessidades, sendo importante refletir sobre necessidades de especialização e de formação superior e sobre o seu enquadramento numa área de nicho (oferta não generalizada) tendo em conta que o impacto no volume de emprego é, comparativamente a outras áreas, reduzido.
- A área da **Construção Naval** tem representatividade, como nicho de diferenciação ligado a apostas contidas na estratégia regional e no cluster da economia do mar, sendo de destacar a carpintaria naval como área necessária de recursos humanos qualificados em resultado, nomeadamente em resultado de projetos de investimento em curso.
- A **Proteção de Pessoas e Bens** é também um domínio com expansão de procura, nomeadamente no que respeita a bombeiros, sapadores, técnicos de proteção civil e técnicos de recursos florestais. É uma área exigente, com fortes necessidades de especialização e uma ainda insuficiente valorização social e salarial das qualificações.
- No que respeita aos serviços educativos, sociais e de saúde, merecem especial referência: os **Técnicos de Ação Educativa**, sendo importante considerar a pertinência do seu enquadramento em instituições públicas; as necessidades de qualificações intermédias nas áreas da **Geriatrica, Apoio à Comunidade e Saúde**, sendo que os empregadores, de modo geral, evidenciam preferência pelo recrutamento de adultos. Ainda que estas qualificações devam ser consideradas relevantes do ponto de vista da rede de qualificações intermédias, não só porque procuradas, mas também porque permitem especialização, formação complementar e colocações em contextos diversos, importa considerar esta dinâmica do ponto de vista das estratégias de formação contínua e de educação e formação de adultos.
- Por fim, importa também referir dois domínios de qualificação em que o espaço de afirmação das qualificações intermédias não emerge tão claro: as **Vendas, Comunicação e Marketing Digital**, domínios em que as necessidades colhem menor referência e se encontram, frequentemente, associadas a qualificações de nível superior; e o domínio da **Informação e Animação Turística**, que serve a aposta regional no Turismo e Natureza e em que o mercado parece exigir um nível de qualificação superior ao nível 4 e competências acrescidas no que respeita às línguas, à formação cultural e ao conhecimento do território.

Vagas de emprego em plataformas online

No âmbito da análise prospetiva, e por forma a completar as outras fontes utilizadas para identificar o perfil de procura de qualificações na Região do Alto Minho, foi efetuada uma **análise das ofertas de emprego registadas no IEFP e em duas plataformas online, Indeed e Sapo.**

A recolha das ofertas de emprego nas plataformas de registo online deve ser entendida como um método complementar de recolha de informação que permite recensear ofertas de emprego existentes na região para além das inscritas no IEFP, que não foi possível apurar. Isto porque, mesmo que feita de forma exaustiva esta recolha não esgota todas as oportunidades de trabalho da região, uma vez que, nem todas as ofertas de emprego são publicadas, existindo muitas outras estratégias de recrutamento, muitas vezes até privilegiadas pelos empregadores. Ou seja, por vezes os empregadores só publicam um anúncio de emprego depois de já terem recorrido a outros mecanismos como por exemplo a sinalização de potenciais colaboradores por via de recomendação de terceiros, a pesquisa nas redes sociais, a análise de candidaturas espontâneas ou a realização de estágios. Assim, importa referir que existe risco de ocorrer um enviesamento do universo considerado nesta análise, nomeadamente subvalorizando as oportunidades associadas a profissões que não chegam à fase de anúncio por se privilegiarem outras estratégias.

Neste contexto considera-se esta uma entre outras fontes para identificar tendências de procura e necessidades de qualificações intermédias. A recolha das ofertas de emprego decorreu, entre os dias 18 e 22 de novembro e 2021.

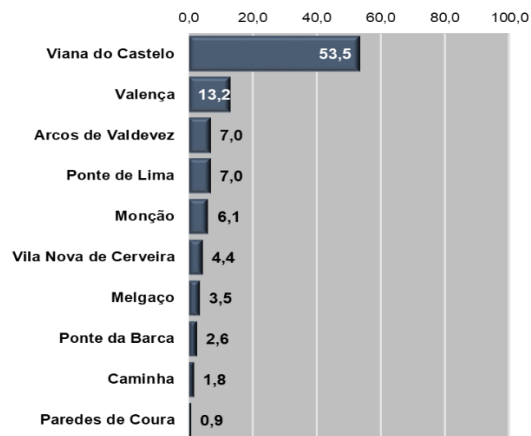
As vagas de emprego identificadas, e recolhidas, para os concelhos da Região, correspondem a uma das seguintes situações:

- Vagas associadas a anúncios que tinham como requisito o 9º e o 12º ano de escolaridade.
- Vagas com requisito de escolaridade inferior, mas que se enquadram em profissões/qualificações de nível intermédio.

- Vagas que, exigindo um nível de escolaridade superior, se encontrem numa lógica de fileira de profissionalização face às qualificações atualmente em vigor para o nível intermédio.

No total foram recolhidos, 114 anúncios de vagas/ ofertas de emprego que em termos de distribuição por concelho revelam uma maior concentração em Viana do Castelo (53,5%) e Valença (13%).

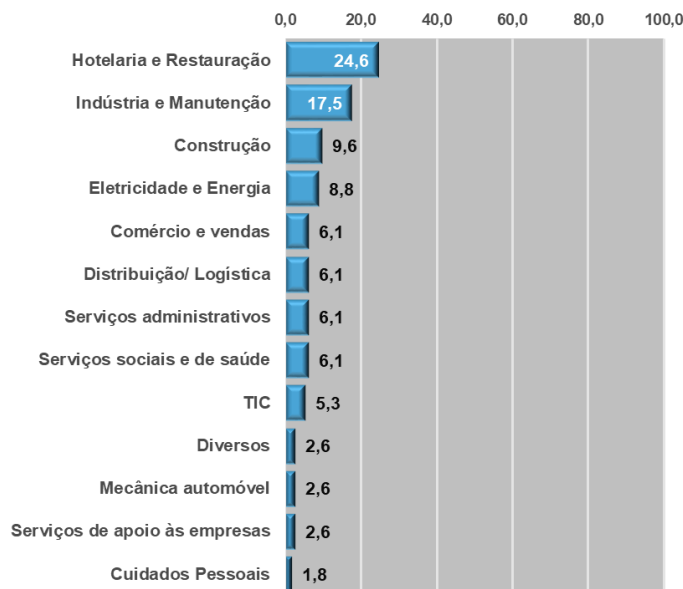
Gráfico 39 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por concelho (%)



Fonte: IEFP, SAPO EMPREGO, INDEED

A análise por setor de atividade revela que o setor da hotelaria e restauração é o mais representado (25%), seguido dos setores industrial (17,5%), construção (10%) e eletricidade e energia (9%). Num segundo patamar de importância e com pesos aproximados surgem os setores do comércio e vendas, da distribuição/logística, dos serviços administrativos e dos serviços sociais e de saúde.

Gráfico 40 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por setor de atividade (%)



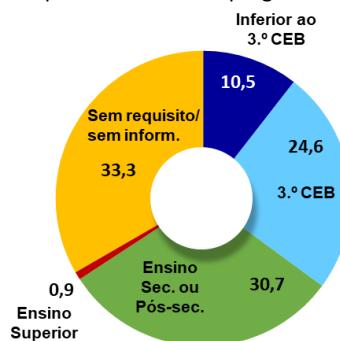
Fonte: IEFP, SAPO EMPREGO, INDEED

Do total das ofertas de emprego relacionadas com o setor da Hotelaria e Restauração as **vagas para empregado de mesa/bar representam 46%**. No setor da Indústria e Manutenção cerca de 55% das vagas analisadas estão relacionadas com a profissão de **soldador**.

A análise dos requisitos exigidos nas ofertas de emprego ao nível de escolaridade revela uma preponderância do 12.º ano de escolaridade, ou seja cerca de **31% dos anúncios dão preferência a candidatos que tenham completado o ensino secundário ou pós-secundário**, o que reflete o alinhamento das ofertas analisadas com o nível de qualificações intermédias objeto deste estudo. Por outro lado, cerca de 25% das ofertas exigem como requisito o 9.º ano de escolaridade e 11% um

nível de escolaridade inferior ao 3.º CEB. Ainda de referir que 33% das ofertas não apresentam informação sobre o requisito escolaridade.

Gráfico 41 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por nível de escolaridade requerido (%)



Fonte: IEFP, SAPO EMPREGO, INDEED

Se nos concentrarmos apenas nas ofertas de emprego cujo requisito mínimo de escolaridade é o ensino secundário ou pós-secundário e se analisarmos a sua distribuição pelos setores de atividade com maior número de ofertas de emprego verificamos que apenas 14% e 5% das ofertas, respetivamente do setor da hotelaria e restauração e do setor industrial, exigem este nível de qualificação. Isto significa que a maioria das ofertas relacionadas com o setor industrial e o setor da hotelaria e restauração ou não têm informação ou exigem no máximo o 3.º CEB, aspeto revelador da insuficiente consolidação da procura de perfis de recrutamento mais qualificados e consequente valorização do emprego. Já no setor da construção são 57% as ofertas que exigem 12.º ano de escolaridade.

Outro requisito muito mencionado nas ofertas de emprego recolhidas é a experiência prévia, sendo que das 114 vagas recolhidas para a região do Alto Minho 66 (58%) requeriam experiência prévia, sendo que 10,5% especificavam experiência superior a 1 ano.

Gráfico 42 – Anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por experiência profissional requerida (%)



Fonte: IEFP, SAPO EMPREGO, INDEED

Por fim, importa destacar que o requisito formação profissional é pouco mencionado pelos empregadores nas vagas/anúncios de emprego, sendo que apenas 14% (16 vagas) do total de ofertas de emprego recolhidas para a Região do Alto Minho, mencionavam este requisito. Esta proporção é efetivamente baixa, sobretudo quando se procura valorizar o alinhamento entre a oferta de formação profissional e a criação de emprego no tecido produtivo regional.

Tabela 17- Formação Profissional exigida pelos empregadores, por setor de atividade, e para um universo de 46 vagas identificadas com aquela exigência

Setor Atividade	Total de Anúncios	Número de vagas que requerem formação profissional	Formação profissional exigida
Hotelaria e Restauração	28	1	Hotelaria e Restauração
Indústria e Manutenção	20	1	Manutenção industrial, tecnologia mecatrónica, eletromecânica de manutenção industrial, automação, robótica, serralharia geral.
Construção	11	5	Técnico de acesso por corda, construção civil, técnico de segurança, higiene e saúde no trabalho, desenhador projetista
Eletricidade e Energia	10	1	Instalações Elétricas, Eletrotecnia, Eletrónica, Eletromecânica, Mecatrónica
Comércio e vendas	7	0	
Distribuição/ Logística	7	0	
Serviços administrativos	7	1	Contabilidade; finanças; gestão
Serviços sociais e de saúde	7	0	
TIC	6	4	Design, multimédia ou similar, curso técnico de informática, sistemas, programação
Diversos	3	0	
Mecânica automóvel	3	0	
Serviços de apoio às empresas	3	2	Qualidade, Gestão da qualidade
Cuidados Pessoais	2	1	Estética/ Cosmetologia
TOTAL	114	16	

Fonte: IIEFP, SAPO EMPREGO, INDEED

De entre as vagas que explicitam o requisito da formação, a grande maioria está associada ao setor da construção (5 vagas), seguido do setor das TIC (4 vagas). Ainda assim, nos 2 setores com maior número de ofertas de emprego as vagas que requerem formação profissional representam apenas cerca de 5% do total das vagas do setor da indústria e cerca de 4% do setor da hotelaria e restauração. Esta constatação, que deve ser lida à luz das limitações associadas a estas fontes de informação, pode indiciar uma perspetiva muito ténue de aposta na valorização desses setores por via da qualificação dos serviços prestados, ou então pode significar que essa valorização existe, mas apenas em determinados segmentos desses setores.

5. A relevância das qualificações intermédias no Alto Minho: síntese conclusiva

Este capítulo é dedicado à partilha da visão integrada das necessidades e procura intermédias que nos foi possível apurar no diagnóstico regional. Neste sentido, configura a síntese conclusiva dos resultados da análise retrospectiva e da análise prospetiva das dinâmicas de qualificações intermédias

O Mapa de Relevâncias, construído e partilhado com a CIM Alto Minho na fase final de produção deste relatório, especifica as qualificações intermédias (as suas designações de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações), ponderando, de forma combinada, a atribuição da notação da relevância (de 1 a 10) em função de diferentes variáveis, nomeadamente: i) necessidades identificadas pelo mercado de trabalho; ii) oportunidades e tendências de prosseguimento de estudos, que geram a possibilidade de qualificações superiores necessárias e respondem à procura social; iii) histórico de oferta e volume de diplomados e de alunos em final de percurso nas diferentes qualificações; iv) pertinência de induzir algumas ofertas.

Neste contexto, optamos aqui por identificar **domínios de qualificações** que, de acordo com o diagnóstico efetuado e os resultados combinados na análise retrospectiva e prospetiva, emergiram como mais significativos ou relevantes. Dito de outro modo, identificamos os domínios de qualificações que **apontam para uma notação de relevância muito alta, alta ou média alta, individualizando aquelas que nos parecem ser qualificações de nicho**. Neste âmbito, **entendemos como qualificações de nicho** o conjunto de qualificações com procura menos generalizada na região e/ ou diferenciadas face à oferta existente e/ ou correspondentes a necessidades mais específicas ou localizadas, podendo até corresponder a necessidades que não encontram tradução no Catálogo ou necessidades com contornos que importa clarificar. A produção destas qualificações poderá beneficiar do enquadramento em projetos piloto.

Três notas prévias:

- Lembrar que encontramos **coerência, e complementaridade**, entre os resultados da análise retrospectiva (tendências de necessidades de qualificações aferidas pelo comportamento do emprego no passado recente), as

recolhas de terreno, o inquérito aos empregadores e as necessidades ditadas pelo impacto dos *drivers* de mudança explicitados. Identificamos, naturalmente, níveis diferentes de especificação, e de valorização, das necessidades de qualificações consoante o contexto, a fonte de informação e/ ou o conhecimento das atividades e profissões.

- A **qualificação profissional dos operadores e a especialização dos técnicos intermédios**, suportada numa formação de base que confira flexibilidade no exercício de atividades profissionais, são crescentemente valorizadas e procuradas pelos empregadores. Neste contexto, relembramos que nem todas as necessidades identificadas correspondem a qualificações intermédias existentes no Catálogo; algumas porque estão ainda a descoberto do sistema, outras porque configuram especializações que devem ser obtidas com formação complementar e outras ainda porque correspondem a necessidades que terão melhor resposta no âmbito de qualificações 5 ou qualificações de nível superior.
- A **relevância das qualificações** - tal como são calculadas no modelo SANQ e enquanto conceito associado ao Mapa de Relevâncias e ao planeamento da rede de cursos - significa, fundamentalmente, que as qualificações são significativas do ponto de vista da economia regional de acordo com dados do emprego. A informação e o conhecimento do terreno, o impacto transversal da digitalização nas atividades profissionais, a análise que fazemos do espaço das qualificações intermédias e a crescente taxa de prosseguimento de estudos nalgumas áreas são, entre outros, fatores que justificam um entendimento mais lato da relevância das qualificações intermédias. Assim, e em síntese, **qualificações relevantes são aquelas que respondem necessidades, atuais e previsionais da economia regional e do tecido produtivo, mas também aquelas que respondem à procura estrutural (o mercado de trabalho é global) ou à procura em nichos de atividades e as que permitem percursos de especialização e prosseguimento de estudos, em coerência com exigências de perfis profissionais e, também, motivações da procura social.**

Domínios de qualificações intermédias com relevância média alta, alta ou muito alta *(por ordem alfabética e com notações especificadas no Mapa de Relevâncias do Alto Minho)*

- **Apoio a Crianças e Jovens:** técnicos de ação educativa.
- **Apoio à Gestão e Serviços:** técnicos administrativos, técnicos de contabilidade, técnicos de gestão e de apoio à gestão; técnicos de informática de gestão; técnicos de qualidade
- **Apoio a Idosos:** técnicos de geriatria, auxiliares de saúde
- **Apoio Familiar e à Comunidade:** animadores sociais e técnicos de apoio à comunidade com especializações diferenciadas
- **Análise laboratorial, ensaios técnicos e controlo de qualidade:** técnicos de análise laboratorial para indústria e serviços de saúde
- **Audiovisuais e Produção dos Media:** técnicos de multimédia, audiovisuais, artes gráficas, comunicação gráfica, desenho digital.
- **Ciências Informáticas:** técnicos de programação e sistemas informáticos, técnicos de redes, técnicos de sistemas e programadores, técnicos de gestão de equipamentos informáticos
- **Comércio, Comunicação, Vendas e Marketing:** técnicos de comunicação digital; técnicos de vendas e marketing digital, técnico comercial
- **Construção e reparação de veículos a motor:** técnicos de mecatrónica automóvel, técnicos de mecatrónica de motociclos, técnicos de produção automóvel, técnicos de reparação e pintura de carroçarias, técnicos de construção e reparação de veículos, técnicos de construção naval/ embarcações de recreio, técnico de construções mecânicas, técnicos de mecânica naval
- **Construção civil, Reabilitação, Conservação e Outros Técnicos de Engenharia Civil:** técnicos de construção civil (variantes: desenho, medições e orçamentos e condução de obra), técnicos de recuperação do património edificado.
- **Eletricidade e Energia:** técnicos de eletrotecnia, técnicos de instalações elétricas, técnicos de redes elétricas, técnicos instaladores de sistemas eólicos e sistemas fotovoltaicos, técnicos de frio e climatização, técnicos de refrigeração e climatização; técnicos de eletricidade naval.

- **Eletrónica:** técnicos de eletrónica, técnicos de eletrónica, automação, comando e instrumentação, técnicos de eletrónica média, técnicos de mecatrónica.
- **Hotelaria e Restauração:** técnicos de restaurante/ bar; técnicos de cozinha/ pastelaria; técnicos de padaria e pastelaria; técnicos de receção hoteleira, técnicos de andares, técnicos de manutenção hoteleira.
- **Logística e Distribuição:** técnicos de logística (serviços, indústria), técnicos de distribuição.
- **Maquinação, Manutenção, Controlo de Processos Industriais e Outros Técnicos das Ciências Físicas e Químicas:** técnicos de planeamento industrial de metalurgia e metalomecânica; técnicos de produção em metalomecânica; técnicos de produção e manutenção para indústrias do têxtil e do calçado; técnicos de manutenção industrial (variantes eletromecânica, mecatrónica, máquinas industriais); técnicos de produção e montagem de moldes; técnicos de maquinação e programação CNC; técnicos de desenho de construções mecânicas; técnicos de desenho de moldes, cunhos e cortantes; técnicos de design industrial; técnicos de design de equipamentos, eletromecânicos; mecânicos; eletricitistas; técnicos de eletrónica e automação; técnicos de soldadura; técnicos de mecatrónica, técnicos de química industrial.
- **Saúde e Bem Estar:** técnicos auxiliares de saúde; técnicos auxiliares de farmácia, técnicos em áreas diversas de prestação de cuidados e serviços, técnicos de eletrónica média.
- **Serviços de Transporte:** técnicos de transporte, técnicos de condução de veículos de transporte rodoviário
- **Telecomunicações:** técnicos de telecomunicações, técnicos de redes elétricas
- **Turismo:** técnicos de turismo e operações turísticas, técnicos de animação em turismo (valências diversas: ambiental e rural, cultura e património, náutica, ..)
- Operadores diversos, associados a nível 2, com exigências de acréscimo de qualificação

Domínios de qualificações relevantes, de nicho, diferenciadoras e/ ou com procura menos generalizada *(por ordem alfabética e com notações especificadas no Mapa de Relevâncias do Alto Minho)*

- **Aeronáutica:** técnicos de produção aeronáutica (qualidade e controlo industrial, processos especiais)
- **Agricultura e Produção Animal:** técnicos de produção agropecuária; técnicos vitivinícolas
- **Construção e reparação naval:** carpintaria naval, mecânica naval, eletricidade naval
- **Horticultura, Floricultura, Viveiros e Jardins:** técnicos de jardinagem e espaços verdes
- **Pescas** (procura consistente de trabalhadores/ recrutamento no estrangeiro)
- **Produção automóvel** (resposta a cluster em desenvolvimento)
- **Proteção de Pessoas e Bens:** técnico de proteção civil; bombeiro, sapadores.
- **Proteção do Ambiente:** técnicos de gestão do ambiente
- **Recursos e gestão florestal:** técnicos de recursos florestais e ambientais, técnicos de gestão cinegética
- **Relojoaria:** técnicos de relojoaria
- **Sistemas Energéticos e Energias Renováveis:** técnico instalador de sistemas fotovoltaicos e sistemas térmicos de energias renováveis
- **Transformação Alimentar, Controlo e Qualidade Alimentar:** técnicos de indústria alimentar; técnicos de processamento e controlo alimentar

6. Conclusões e reflexões para a valorização da educação profissional

Nos termos contratados, o percurso de elaboração deste diagnóstico, ainda que num período de tempo muito limitado (cerca de 4 meses), possibilitou a partilha de um conjunto informação, conclusões e reflexões, sistematizadas nos diversos capítulos deste documento, com o objetivo central de apoiar o conhecimento da oferta, das necessidades e da procura de qualificações intermédias e de contribuir para o planeamento mais informado da rede. Foram analisadas variáveis de contexto demográfico, de atividade económica, de educação-formação, de dinâmica de qualificações intermédias, analisada a rede de cursos profissionais e realizada a auscultação de empregadores, operadores de educação e formação e outros atores regionais e locais. Ficou a convicção da importância de ser considerado o aprofundamento da recolha e análise de informação, nomeadamente a partir da mobilização das escolas e dos municípios, para que seja possível aprofundar conclusões e equacionar intervenções, reconhecidas por todos como relevantes, orientadas para a valorização da educação profissional e da qualificação de jovens e adultos no Alto Minho.

Mobilizando o conjunto de informação recolhida e analisada, integrando as conclusões parcelares integradas nos capítulos deste documento, e associando o conhecimento e perceção da equipa técnica deste diagnóstico, arriscamos um conjunto de três grupos de *conclusões e reflexões* que, sem prejuízo de aprofundamento por parte da equipa da CIM Alto Minho, nos parecem ser *relevante considerar no âmbito de uma estratégia regional de educação formação e em intervenções em prol da valorização do ensino profissional e da rede de ofertas*.

O contexto demográfico, e suas repercussões na demografia escolar, a evolução do perfil produtivo regional, as apostas na competitividade e coesão e a importância de orientar recursos e investimentos na educação profissional, sinalizam a necessidade, e importância, de desenvolver e consolidar uma rede de ofertas mais diferenciada, territorialmente mais coerente e inovadora.

Foi identificada qualidade e relevância da rede de cursos, operadores e escolas do Alto Minho, evolução de apostas na especialização de ofertas, alguma inovação recente na rede e, também, coerência com percursos de educação superior.

Num quadro de exigências múltiplas, sociais e económicas, também no domínio da produção de qualificações competências, adquirem especial significado os desafios do maior ajustamento da oferta às necessidades, do reforço da inovação/ diferenciação e especialização da rede de ofertas, da sua configuração territorial, e da organização de respostas educativas e formativas com qualidade, possibilidade de desenvolvimento e flexibilidade.

Estes desafios prendem-se, em nossa opinião, com sete principais domínios de questões que encontram espaço de intervenção no âmbito das políticas de desenvolvimento regional:

- A cooperação entre os operadores (escolas, IEFEP), e entre estes e os empregadores, e as sinergias que podem ser encontradas para a inovação na rede e para a especialização de ofertas, reduzindo “sobreposições” de cursos nalguns territórios, apoiando áreas de especialização necessária e induzindo projetos inovadores em nichos de mercado e de qualificações.
- A capacidade instalada, a cooperação de recursos materiais e humanos entre operadores de educação-formação e entre operadores e empregadores, e o investimento em recursos que pode ser efetuado (por exemplo, no âmbito da criação de Centros de Recursos ou Centros Tecnológicos).
- A capacitação de formadores e professores e a evolução das práticas pedagógicas e das didáticas da educação profissional, fatores centrais na formação de competências.
- O conhecimento e a apropriação, por parte do sistema de atores, públicos e privados, das apostas contidas na estratégia regional e sua participação no processo de valorização social e económica das qualificações intermédias.
- A informação e a comunicação com os jovens, a capacitação e desenvolvimento da orientação vocacional e o fortalecimento da cooperação entre o mundo das profissões e o mundo da educação e da aprendizagem.
- A comunicação e valorização do espaço próprio dos percursos de dupla certificação, no quadro da afirmação de três objetivos complementares: a conclusão da escolaridade obrigatória; a inserção no mercado de trabalho; e o prosseguimento de estudos, de oportunidades de especialização e de desenvolvimento de competências.

- O reforço de políticas regionais – sociais, culturais, habitacionais, transportes e mobilidade, económicas – que favoreçam a atração, mobilização e fixação de qualificações e competências na região do Alto Minho.

Informação e comunicação intencional e regular entre municípios, escolas, IPVC, operadores de educação-formação, alunos, empregadores e seus representantes, assumem-se vetores centrais no desenvolvimento da rede.

Num mundo de crescente complexidade e incerteza, com forte impacto no desenvolvimento e diversidade de conhecimento, aptidões e atitudes, a **cooperação de competências e de recursos e a partilha de perceções sociais e de realidades**, quer dos contextos e modos de trabalho quer dos contextos de educação e de produção de qualificações, assumem-se como pilares fundamentais da construção de respostas. Respostas a necessidades e aos desafios de competitividade, de coesão social, de exercício profissional e de criação de futuros para a população jovem.

Neste contexto, e **no que respeita à educação profissional, a relação e comunicação entre os diversos intervenientes, diretos ou indiretos, na produção e desenvolvimento de qualificações e competências, constitui uma dimensão central no alinhamento e construção de respostas viáveis e reconhecidas como relevantes pela economia e sociedade**. A título exemplificativo, referimos alguns aspetos que determinam a importância de uma intervenção neste domínio:

- A existência de procura por parte dos alunos pode considerar-se condição necessária para a colocação de oferta no terreno. Sabemos que existem necessidades que não mobilizam a procura de qualificações por parte dos alunos e sabemos também que muitos jovens fazem escolhas pouco, ou mal, informadas. Sabemos que estas situações se prendem, entre outros, com a insuficiente partilha de informação entre empregadores e escolas e entre escolas do ensino secundário e instituições de ensino superior, com o conhecimento e práticas subjacentes à orientação escolar e profissional, com a valorização social das profissões, com o reconhecimento do valor das qualificações e, em termos gerais, com a qualidade da informação disponibilizada aos jovens e suas famílias. A criação de uma **visão partilhada do valor próprio dos percursos de dupla certificação**, das saídas profissionais e das competências a elas associadas,

das necessidades de competências e das oportunidades de prosseguimento de estudos, parece constituir um elemento central no desenvolvimento e qualidade da rede de ofertas educativas e formativas.

- Há **necessidades de qualificações** que, sendo significativas, exigem uma ponderação relativamente ao volume e número de técnicos lançados no mercado de trabalho, considerando a capacidade de absorção do tecido empresarial regional. Há, por outro lado, necessidades que não se encontram preenchidas e áreas, setores e atividades com capacidade adicional de absorção de técnicos intermédios. Importa partilhar esta informação, de forma mais sistemática, e considerando o horizonte temporal de formação de técnicos intermédios, no sentido de promover a empregabilidade, a inserção profissional ou as opções dos jovens pelo prosseguimento de estudos.
- Se considerarmos o atual contexto demográfico e a evolução expectável da demografia escolar num futuro próximo, somos levados a **refletir sobre a viabilidade de, não raramente, se insistir na construção de redes regionais de cursos profissionais que garantam, aos jovens, proximidade geográfica de um leque diversificado de ofertas**, exigindo, frequentemente, a sobreposição de oferta em contextos de recursos, materiais e humanos, escassos. O conhecimento, o mapeamento e a mobilização de recursos presentes na região, em diferentes contextos, territórios e operadores, bem como o alinhamento de uma estratégia de valorização de conhecimento especializado existente, exige também a partilha de informação e comunicação no sistema de atores.

A organização e a valorização da rede de cursos profissionais no Alto Minho, exige uma visão regional, intervenções multinível (local/ escola, municipal e intermunicipal) e a afirmação do espaço e valor próprio das modalidades de dupla certificação no contexto do sistema educativo regional.

As conclusões do diagnóstico permitem sublinhar a **importância de uma visão e perspetiva de organização regional da rede de cursos profissionais** que, reconhecendo os domínios de diferenciação e especialização das escolas e considerando as necessidades de resposta a procura social, suporte o desenvolvimento de projetos educativos inovadores, induza a cooperação (entre municípios, escolas, IEFP, centros de recursos empresariais) necessária à coerência territorial da rede,

promova o reforço de ofertas já existentes, alimente a articulação com entidades e contextos de formação de competências especializadas e garanta o alinhamento de políticas regionais com impacto no acesso à educação e formação.

A perspetiva regional não dispensa, antes exige, uma ação municipal e local, sobretudo no que respeita ao conhecimento dos contextos educativos e sociais, da capacidade instalada nas escolas e à cooperação para construir respostas de proximidade que é necessário sempre garantir, nomeadamente no que se refere à inclusão e às oportunidades de acesso às ofertas de educação e formação.

O **planeamento regional da rede** deverá integrar, para além do conhecimento e monitorização dos critérios definidos pela tutela (e que incorporam já alguns dos desafios aqui partilhados), a estreita articulação com a política de transportes e mobilidade, a aposta e suporte à cooperação de recursos presentes no território e a informação, e acompanhamento, dos percursos dos alunos pós cursos, da sua empregabilidade e das opções pelo prosseguimento de estudos, disponibilizando informação relevante para a gestão dos recursos e do lançamento e concertação das ofertas.

SIGLAS

AEF – Áreas de Educação e Formação

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP

CIM – Comunidade Intermunicipal

CCH – Cursos Científicos-Humanísticos

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CEF – Cursos de educação e Formação

CP – Cursos Profissionais

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

INE – Instituto Nacional de Estatística

NEET – “not in education, employment, or training”

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

SANQ – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações

SIGO – Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa